



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 59, TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 45ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 4 DE MAIO DE 2026

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o Dia do Trabalhador e das Trabalhadoras, nos termos do Requerimento nº 49/2026, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	9
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	9
1.2.3 – Oradores	
Sr. Alberto Bastos Balazeiro, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST)	12
Sra. Teresa Cristina D´Almeida Basteiro, Procuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho (MPT)	14
Sra. Caroline Dias dos Reis, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)	17
Sra. Luciana Mendes Santos Servo, Presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	18
Sr. Valter Souza Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)	19
Sr. Sérgio Aparecido Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	22
1.2.4 – Entrega de placa e de publicação em homenagem ao Senador Paulo Paim	23
1.2.5 – Oradores (continuação)	
Sr. Marco Antonio Areias Secco, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai-DF)	24
Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)	26
Sra. Sônia Maria Zerino da Silva, Presidenta da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) ..	27
Sr. Luiz de Souza Arraes, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST)	29



Sr. Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais	30
1.2.6 – Entrega das Agendas ao Senador Paulo Paim	31
1.2.7 – Oradores (continuação)	
Sr. Uiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	31
Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh)	33
Sr. Wilson Pereira, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh)	35
Sr. João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)	37
Sr. Antônio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate)	39
Sr. José Reginaldo Inácio, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)	40
Sr. Tarcísio Brandão Melo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC)	42
Sr. José Antônio Pastoriza Fontoura, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)	44
Sr. Eduardo Annunziato, Vice-presidente da Força Sindical	45
1.3 – ENCERRAMENTO	48
2 – ATA DA 46ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE MAIO DE 2026	
2.1 – ABERTURA	50
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Considerações sobre a luta dos trabalhadores brasileiros, com destaque para a sessão especial em homenagem ao dia do trabalhador e da trabalhadora, presidida por S. Exa. e para a PEC nº 148/2015, em que S. Exa. é o primeiro signatário, e que reduz a jornada de trabalho semanal. Registro do recebimento das publicações: “A Luta Faz a Lei” produzido pelas centrais sindicais em homenagem à história política de S. Exa., e “Empregos, Direitos, Democracia, Soberania e Vida Digna - Pauta da Classe Trabalhadora” apresentado durante a Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat).	50
Senador Styvenson Valentim – Reflexões acerca das causas do endividamento do brasileiro (inflação, juros altos, alta carga tributária e desemprego) e da função paliativa, segundo S. Exa., do Novo Programa Desenrola Brasil na resolução desse problema.	56
Senador Eduardo Girão – Denúncia de perseguição política e de violações a direitos fundamentais no caso do Sr. Filipe Martins, ex-assessor internacional da Presidência da República.	62
Senadora Damares Alves – Registro de visita institucional de S. Exa. ao Sr. Filipe Martins, ex-assessor internacional da Presidência da República, em Ponta Grossa-PR. Alerta sobre a gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes, com defesa de mobilização social no âmbito da campanha Maio Laranja. Preocupação com possível restrição ao direito de isenção de IPI na aquisição de veículos por pessoas com deficiência.	67



2.2.2 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 5 de maio, às 10 horas, destinada a comemorar os 70 anos da indústria automotiva.	71
Convocação de sessão deliberativa ordinária semipresencial para 5 de maio, às 14 horas.	71
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 5 de maio, às 15 horas, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 139/2026.	71
2.3 – ENCERRAMENTO	71

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 46ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Documento encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno	73
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 4876/2024; 304, 1374 e 4552/2025; e 427/2026.	89
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 4742, 5749 e 5924/2025; 1297 e 1683/2026.	90
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 160, 931, 932, 935, 1328 e 1985/2026.	91
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

4.1.2 – Comunicação

Da Senadora Roberta Acioly, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 4 a 7 de maio (Ofício nº 23/2026).	93
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

4.1.3 – Encaminhamentos

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 4709/2025 e do Projeto de Lei Complementar nº 6/2026 às Comissões competentes.	95
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 2584/2025 e do Projeto de Lei Complementar nº 109/2025 às Comissões competentes.	96
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 1933/2021; 2922/2022; 2673 e 5672/2025, e do Projeto de Lei Complementar nº 177/2025 às Comissões competentes.	97
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----



4.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 580/2022, que altera as Leis nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer penalidades pelo descarte irregular de resíduos.	99
Projeto de Lei nº 3025/2023, que estabelece normas de controle de origem, alienação, transporte e rastreabilidade de ouro no território nacional; altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos das Leis nºs 11.685, de 2 de junho de 2008, e 12.844, de 19 de julho de 2013.	106
Projeto de Lei nº 4820/2023, que dispõe sobre a atenção integral à pessoa com epidermólise bolhosa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui pensão especial destinada às pessoas com a doença.	125
Projeto de Lei nº 533/2024, que institui a Política Nacional Mais Cultura nas Escolas.	130
Projeto de Lei nº 3453/2024, que altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores. ...	140
Projeto de Lei nº 399/2025, que altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para instituir a Taxa de Fiscalização e Serviços das Atividades das Indústrias do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Hidrogênio e da Captura e Estocagem Geológica de Dióxido de Carbono (TFS-ANP), a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis, a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para inibir o uso indiscriminado de ações judiciais para descumprimento das metas da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), e a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.	144
Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2026 (nº 383/2017, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 167 e 204 da Constituição Federal para dispor sobre o financiamento mínimo e conjunto das ações e serviços da assistência social pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios; e dá outras providências.	178

4.1.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 262/2026, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 3.257, de 2019.	185
Nº 264/2026, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 5609, de 2019.	186
Nº 266/2026, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 4.928, de 2023.	187

4.1.6 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 273/2026, do Senador Dr. Hiran, que susta a Portaria MTUR nº 41, de 14 de novembro de 2025, que institui a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), em meio digital, e dispõe sobre a Plataforma FNRH Digital.	190
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

4.1.7 – Requerimento

Nº 332/2026, do Senador Wellington Fagundes, requer voto de aplauso ao Senhor Walter Maria de Arruda, Presidente da Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros (FEMAB), por ocasião do Dia do Líder Comunitário.	195
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

PARTE III



5 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃOATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. **(Suplemento “A”)**ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. **(Suplemento “B”)**

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	205
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	208
8 – LIDERANÇAS	209
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	212
10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	217
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	219
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	264



Ata da 45ª Sessão, Especial Semipresencial,
em 4 de maio de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 55 minutos e encerra-se às 13 horas e 4 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 49, de 2026, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

Neste momento, eu convidaria a todos para que nós, de pé, cantássemos o nosso querido e respeitoso Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Meus amigos e minhas amigas, faço este meu pronunciamento neste momento. Como vocês verão, eu vou me referir a ele como sendo o último pronunciamento que faço – daqueles que fiz, ao longo desses 40 anos, em todos os dias Primeiro de Maio. Este é o último porque, no ano que vem, eu não estarei mais aqui. Saio do Congresso, mas não ficarei longe do povo brasileiro.

Amigos e amigas, como escreveu o poeta argentino Jorge Luis Borges, “já somos o esquecimento que [um dia] seremos”, e é com esse sentimento de tempo vivido e de consciência histórica que faço este pronunciamento, nesta que é a última sessão que presido em homenagem ao Primeiro de Maio, nesta Casa, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Ao final deste mandato me despeço.

A vida passa silenciosa, apagando aos poucos nossas marcas, nossos dias, nossas versões antigas de nós mesmos, e é justamente essa capacidade de mudança que dá sentido ao agora.

Viver não é permanecer; é sentir, é atravessar, é caminhar ao longo do tempo com lucidez, sabendo que tudo é breve e, por isso mesmo, profundamente valioso.

Estou no Congresso há 40 anos. Foram quatro mandatos de Deputado Federal, sendo um deles como Constituinte, e três mandatos como Senador da República.

Com vocês, aprendi que o homem público deve saber o momento de entrar, mas também precisa ter a grandeza de reconhecer o momento de sair.

Deixarei este Plenário, Comissões, corredores, pessoal terceirizado de que eu quase virei Presidente, respeitando sempre o Peixe, que é o Presidente... Deixarei este espaço de amigos e amigas, mas não deixarei a política, não deixarei vocês, porque a política, na sua essência mais nobre, é instrumento de transformação; é por meio dela que podemos melhorar a vida do nosso povo.

Não me arrependo de nada. Se fosse preciso, faria tudo, tudo outra vez.

Mantenho-me fiel à nossa história. A minha mensagem é minha própria vida, embalada caudalosa-mente pelo rufar dos tambores da justiça social, da igualdade, da luta antirracista e da dignidade humana.

Meus amigos, minhas amigas, nesse Primeiro de Maio, celebramos também os 83 anos da nossa CLT, esse farol que ilumina os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. É a luz.

Ela é mais do que um conjunto de normas; é símbolo de luta, é escudo, é caminho da dignidade.

E é com esse espírito que renovamos nossas esperanças: o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial.

E, num segundo momento, que está nas leis, aqui no Senado e nos projetos de lei lá na Câmara, nós deveremos avançar para as 36 horas, com a redução gradual de uma hora por ano.

Na Constituinte de 1988, eu estava lá, ao lado do Lula, do Olívio, de tantos outros. Nossa bancada dos trabalhadores foi decisiva para reduzir a jornada de 48 para 44 horas semanais.

Lutamos muito. Conseguimos chegar às 40 – porque as resistências eram enormes. Ainda assim,



plantamos sementes. E sementes, quando são lançadas, nunca morrem; elas germinam, com a parceria, com a terra e a água.

Hoje, 40 anos depois, estamos aqui novamente, junto com vocês, lutando pelas 40 horas.

A PEC 148, que apresentei ainda em 2015, é a proposta mais antiga em tramitação no Congresso: são 40 horas, depois uma hora por ano, até chegar às 36.

Já foi aprovada na CCJ. Está pronta para votação aqui neste Plenário.

Há também tantas outras propostas que têm que ser citadas, tanto no Senado como na Câmara, de Deputados e Senadores.

Há duas semanas, a CCJ da Câmara aprovou uma proposta que agora está em Comissão Especial, e a informação que temos é que deverá ser votada ainda no mês de maio.

O Governo Federal, o Presidente Lula, também encaminhou uma proposta ao Congresso Nacional.

Todas as propostas têm o mesmo sentido: redução de jornada sem redução de salário.

O mais importante disso tudo, de jornada, para mim, é a frase que eu falo agora: temos que juntar forças para alcançar o objetivo. O mais importante não é a mais velha ou mais nova ou a autoria; o mais importante é a aprovação e fazer justiça aos nossos queridos trabalhadores e trabalhadoras, tão sofridos neste país.

Por fim, a escala 6x1 é reconhecer o valor de mais de 100 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que sustentam este país, gente que constrói, que cuida, que produz e que vive exausta, quando vai, quando volta e durante o dia de trabalho, pela carga absurda que há aqui.

São pessoas que não têm tempo para descansar, para estudar, para conviver com suas famílias; pessoas que enfrentam jornadas invisíveis, horas no transporte, ida e vinda, responsabilidade doméstica, cuidado com o filho, com os idosos – sobretudo as mulheres, que carregam o peso de uma dupla e até tripla jornada.

Reduzir a jornada de trabalho é, antes de tudo, uma política humanitária. Quem é contra, muitas vezes, não conhece essa realidade, não vive essa rotina e, por muitas vezes, coloca o lucro acima da própria vida, a planilha acima das pessoas.

Os dados mostram: reduzir a jornada é inteligente. Pessoas descansadas produzem mais, vivem melhor, adoecem menos. É menos acidente do trabalho, é mais saúde, é mais vida. Todos ganham: trabalhadores, empresários, economia e a sociedade.

Estudos indicam que o impacto econômico é positivo: mais gente trabalhando, mais gente produzindo, mais gente recebendo.

A medida pode gerar milhões de empregos e aumentar a produtividade.

Conforme um estudo da Unicamp, a redução de jornada pode criar mais de 4,5 milhões... Não só da Unicamp; também do Diap, do Dieese, não é, Toninho? – que eu vejo ali no fundo.

A hora é agora e, como diz a canção, “quem sabe faz a hora, não espera acontecer” – Geraldo Vandré, que está com mais de 90 anos. É dele essa canção.

Esperamos por isso há décadas. Não podemos nos render ao medo, ao terrorismo econômico e às previsões catastróficas, que sempre surgem quando se quer avançar em direitos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Podemos sair daqui – como, já, os trabalhadores e o movimento sindical estão fazendo – e buscar a união para fazer esse bom combate, que já estamos travando.

Coragem! Muita coragem! Com determinação e consciência, vamos superar essa jornada desumana. E precisamos olhar além – além do horizonte; além dos egos e vaidades.

Temos que ter a compreensão do mundo, do nosso despreparo, da nossa falta de empatia, de olhar para o outro e estender a mão. Reduzir jornada é estender a mão para aqueles que mais precisam.



O mundo do trabalho está mudando rapidamente. A pejotização avança, a informalidade cresce. Os trabalhadores de aplicativo enfrentam insegurança e ausência de direitos.

As novas tecnologias e a inteligência artificial estão aí, são uma realidade. Precisamos que elas sejam usadas para o bem, melhorando o dia a dia das pessoas.

Rendo aqui as minhas homenagens ao movimento sindical. Se não fosse o sindicalismo, não teríamos, só como exemplo, um Brasil com uma CLT forte, que é atacada quase diariamente. Não teríamos direitos sociais, não teríamos a previdência social.

Agora, temos que reconhecer: se o mundo está mudando, com novas tecnologias, o sindicalismo também precisa avançar – avançar sempre –, sendo voz e instrumento de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Precisamos, com unidade, defender, por exemplo – porque esses dias eu vi um comentário de que o problema do país é o salário mínimo, porque tem inflação mais PIB –, a Política nacional de Valorização do Salário Mínimo. Teremos que voltar a discutir para defender os Estatutos da Pessoa Idosa, da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial, da Juventude, porque, se deixar, eles acabam com essas propostas.

Esses são alguns exemplos.

E defender a CLT, repito, defender a Justiça do Trabalho, pois, se deixarmos, os ataques continuarão, visando a eliminá-las.

A nossa Constituição Cidadã é a nossa bandeira. Eu tenho orgulho e repito: eu estava lá. Muitos de vocês estavam lá. Ela é uma das cartas sociais mais importantes do mundo! Vamos defendê-la. Vamos exaltá-la.

Diante disso, precisamos perguntar com coragem e responsabilidade: que país queremos construir? Um país que naturaliza a precarização ou um país que coloca a dignidade humana no centro de suas decisões? Queremos uma nação onde o trabalho liberta ou onde ele aprisiona?

Infelizmente, temos que reconhecer que fortalecer a luta do combate ao trabalho escravo tem que ser diariamente.

É com tristeza que eu digo: não há um estado, no nosso país, que não tenha ainda trabalhadores sob escravidão. Pode mudar o setor ou a área, mas não tem um que não tenha ainda trabalhadores sob escravidão. Os dados e levantamentos do Ministério do Trabalho, dos fiscais do trabalho, mostram essa realidade.

Eu digo: o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Seremos também o último país do mundo a garantir qualidade de vida para os trabalhadores? A reduzir a jornada de trabalho, num primeiro momento, para 40 horas e, depois, para 36?

Faço mais uma pergunta: queremos desenvolvimento econômico sem justiça social? Ou crescimento com inclusão, desenvolvimento sustentável e respeito à humanidade?

Meus amigos e minhas amigas, nossa luta continuará. Vou sair com a consciência tranquila de quem nunca se omitiu, defendendo as causas e não as coisas, de quem sempre esteve ao lado dos que mais precisam.

Os mandatos passam, os cargos passam, os nomes passam, mas as causas permanecem. Enquanto houver injustiça, enquanto houver desigualdade, enquanto houver um trabalhador ou uma trabalhadora sem direitos, sem voz, sem dignidade, sendo explorado, a nossa luta há de continuar, porque, no fim das contas, o que fica não é o poder que exercemos, mas o bem que fizemos. E, se é verdade que um dia seremos esquecimento, que sejamos, mas ao menos um esquecimento que deixou marcas, marcas de coragem, de compromisso e de amor ao povo brasileiro.

Como nos ensinou o escritor Viktor Frankl, o ser humano pode até ser empurrado pelas circunstâncias, pela dor, pelas necessidades, pela urgência da vida, mas é pelos valores que ele haverá de deixar-se conduzir.



E é isso que define o trabalhador e a trabalhadora deste país chamado Brasil. Não são apenas as dificuldades que enfrentam todos os dias, são valores que carregam a dignidade de quem não desiste, a coragem de quem acorda cedo, a esperança de quem acredita que o amanhã pode ser melhor.

O Brasil não se move apenas pelas forças das necessidades. O Brasil avança porque milhões de brasileiros e brasileiras são puxados por valores: justiça, solidariedade, respeito, igualdade e oportunidade. E é isso que nos sustenta, é isso que nos une e é isso que nos fará seguir em frente.

Nesta sessão – e aqui eu termino – em homenagem ao 1º de maio, reafirmamos: podem tentar empurrar nosso povo para trás, mas são os nossos valores que haverão de nos puxar para o futuro. E é para esse futuro, mais justo, mais humano, mais fraterno, que caminharemos juntos. A luta faz a lei, mas lembrem sempre: com a democracia, tudo; sem ela, o nada. A luta faz a lei. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos pela paciência, mas eu tinha que fazer um pronunciamento um pouquinho mais longo, falando de tantas vidas nas quais caminhamos juntos. As palmas são para vocês, que representam os trabalhadores, do campo e da cidade, da área pública e da área privada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fica, de forma permanente, ao lado de vocês, sempre.

Convidamos para compor a primeira mesa os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro Alberto Bastos Balazeiro, representando a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (*Palmas.*); Exma. Sra. Procuradora Teresa Cristina D’Almeida Basteiro, Procuradora-Geral do Trabalho (*Palmas.*); Sra. Luciana Mendes Santos Servo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (*Palmas.*); Sra. Caroline Dias dos Reis, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (*Palmas.*);

Exmo. Sr. Juiz Valter Souza Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Sérgio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

Essa é a primeira mesa, teremos três mesas.

De imediato, concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Alberto Bastos Balazeiro, representando a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

Informamos que estamos com 20 convidados a usar a palavra, e outros 20 brigando porque não demos a palavra – no bom sentido, fazendo o bom convencimento. (*Risos.*) Nós tentaremos que, se todos ficarem em cinco minutos, haja possibilidade de sermos não somente três mesas, mas de avançarmos para quatro mesas.

De imediato, passo a palavra, então, ao Exmo. Sr. Ministro Alberto Bastos Balazeiro, representando o Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO (Para discursar.) – Um bom-dia a todas e a todos.

Quero inicialmente cumprimentar o Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, proponente desta iniciativa importante da sessão especial, e também faço uma reverência ao mandato de V. Exa., ou melhor, aos mandatos de V. Exa., aqui nesta Casa – caminhamos juntos ao longo de muitos anos na condição de Procurador e na condição de Procurador-Geral. Então, quero fazer um reconhecimento a todo o trabalho, sempre ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, e ao lado do direito social.

Cumprimento também os Srs. Magistrados, colegas da magistratura: o Dr. Valter Pugliesi, Presidente da Anamatra; a Dra. Teresa Basteiro, Procuradora-Geral do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento também as demais autoridades que compõem a mesa, colegas da mesa e também, ainda, todos aqueles que nos acompanham aqui, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares.



Presidente, é com imensa honra que compareço à sessão, por deferência e representando o Exmo. Sr. Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em nome de quem já inicio trazendo os cumprimentos e o reconhecimento a esta Casa pela importante iniciativa de homenagear o 1º de maio, os trabalhadores e as trabalhadoras de nosso país, a centralidade do trabalho e o equilíbrio das relações na vida social.

Hoje, Presidente, celebramos uma história de lutas – como V. Exa. também pontuou no discurso de abertura –, de resistência, de conquistas civilizatórias. O Dia do Trabalhador e da Trabalhadora é, antes de tudo, um atributo àqueles que, ao longo do tempo, fizeram do seu esforço cotidiano a força motriz do desenvolvimento do país. É também um lembrete de que nenhum direito trabalhista nasceu por um acaso: cada avanço foi resultado de organização social, de luta e de mobilizações coletivas, e aqui faço um cumprimento também às entidades sindicais.

O trabalho dignifica, estrutura a vida em sociedade e dá sentido à ideia de cidadania concreta, mas, para que o trabalho seja, de fato, um instrumento de emancipação, ele precisa ser protegido por normas jurídicas, por instituições fortes e por uma cultura de respeito à pessoa que trabalha. Não há liberdade real no trabalho quando há medo, exploração, discriminação, jornadas desumanas ou discriminação.

É nesse contexto, Presidente, que precisamos valorizar o emprego formal e todas as formas de trabalho protegidas – a CLT –, como espelhos de uma sociedade que deseja avançar por meio da melhoria das condições de trabalho e da vida de todos e todas.

Proteger o vínculo de emprego não significa impedir a atividade econômica; significa assegurar que o desenvolvimento econômico caminha junto com a justiça social, significa reconhecer que não há prosperidade duradoura fundada na supressão de direitos. O direito de trabalho existe justamente para equilibrar as relações e fomentar o diálogo, preservando a parte mais vulnerável e assegurando que a liberdade econômica caminhe lado a lado do trabalho digno e da valorização social do trabalho.

A proteção trabalhista também é essencial para enfrentar a discriminação em todas as suas formas. Nenhuma sociedade pode se considerar justa se mulheres recebem menos, se sofrem barreiras invisíveis para ascender profissionalmente, se acumulam jornadas extenuantes dentro e fora do trabalho ou se são submetidas à violência de gênero, assédio e segregação ocupacional. O combate à desigualdade de gênero no mundo do trabalho exige normas de proteção, fiscalização, julgamento firme e, sobretudo, compromisso institucional.

É preciso recordar a importância também da proteção e do combate às discriminações por raça, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, origem, religião ou qualquer outra condição pessoal. O trabalho deve ser fonte de inclusão e jamais de exclusão, deve ser ambiente em que o talento possa florescer sem que a pessoa precise renunciar a quem é. A Constituição de 1988, ao consagrar a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, aponta precisamente nessa direção.

(Soa a campanha.)

O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO – O mesmo se diga em relação ao combate ao trabalho infantil, fonte inexorável de inúmeras mazelas de nosso país, elemento indissociável do nefasto trabalho em condições análogas à escravidão e do prolongamento do ciclo intergeracional da pobreza. Não por outra razão, Presidente, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, o mais antigo em andamento, elegeu a aprendizagem e a valorização do instituto e dos mecanismos legais que sustentam a aprendizagem como meta do biênio a ser debatida e fomentada neste país.

É indispensável reafirmar a importância dos direitos trabalhistas para assegurar um meio ambiente de trabalho digno, seguro e saudável. O trabalho não pode adoecer, mutilar ou matar, não pode produzir sofrimento como regra, não pode normalizar o risco à pressão excessiva, à sobrecarga e à exposição a



condições degradantes.

Quando protegemos a saúde e a segurança do trabalho, protegemos também a família, a comunidade e o próprio sistema público de saúde.

(Soa a campanha.)

O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO – Um acidente de trabalho, ou uma doença ocupacional, não pode jamais ser fonte de trabalho, e sim deve ser fonte de preocupação para todas as instituições.

É essencial proteger as entidades sindicais contra práticas antissindicais, contra perseguições, intimidações, discriminações e tentativas de esvaziamento de atuação. O pluralismo, a liberdade sindical e a negociação coletiva não são ameaças à ordem social; são pilares de uma ordem social democrática. Onde há diálogo efetivo, há mais estabilidade, mais legitimidade e mais justiça.

O Tribunal Superior do Trabalho, assim como toda a Justiça do Trabalho, mantém o compromisso de cumprir sua missão constitucional com independência técnica, diálogo e sensibilidade. A Justiça do Trabalho, como disse o Presidente, existe para afirmar que o trabalho sem dignidade não é trabalho protegido. Trabalho em que há desproteção é precarização. O desenvolvimento econômico não se mede por índice de produção apenas, mas também pela qualidade de vida que proporciona.

(Soa a campanha.)

O SR. ALBERTO BASTOS BALAZEIRO – Ao homenagearmos as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, rendemos tributo àqueles que constroem o país. Que esta sessão seja, portanto, um chamado à unidade em torno de uma convicção simples e profunda: sem respeito ao trabalho, não há democracia plena; sem direitos sociais, não há justiça; sem dignidade para quem trabalha, não há futuro digno para a nação!

Muitíssimo obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado. Parabéns ao representante do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Ministro Alberto Bastos Balazeiro. Agradeço, já que ficou dentro do limite do tempo. Eu digo cinco com mais um sempre, né? Parabéns. Muito bom.

Eu queria primeiro dar uma salva de palmas a esses companheiros que estão aqui na direita, que são das empresas terceirizadas da Casa, que fizeram questão de estar aqui conosco. *(Palmas.)*

Também tivemos aqui a presença, na galeria, dos alunos do ensino fundamental da instituição de ensino Beacon School, que até o momento estavam aqui. Que fique aqui marcado que fizemos o registro.

Passamos a palavra, de imediato, à Exma. Sra. Procuradora Teresa Cristina D'Almeida Basteiro, Procuradora-Geral do Trabalho, que também tem o tempo de cinco minutos, mais um, né? Esse um às vezes vira dois, mas vamos lá.

A SRA. TERESA CRISTINA D'ALMEIDA BASTEIRO (Para discursar.) – Exmo. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento as autoridades que compõem a mesa do Judiciário trabalhista, do Poder Executivo e líderes sindicais. Cumprimento também as demais autoridades presentes, servidores e servidoras, senhoras e senhores.

Cumprimento o Exmo. Senador Paulo Paim por esta sessão especial destinada a homenagear o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, permitindo encetar o debate sobre a centralidade do trabalho, as condições nas quais é prestado, a revolução tecnológica em curso e as consequências suportadas pelos trabalhadores e trabalhadoras no âmbito socioambiental.

Relevante mencionar o relatório da OIT, recentemente divulgado, que, abro aspas, “destaca as



mudanças no mundo do trabalho e as suas implicações para o ambiente psicossocial de trabalho. A digitalização e o uso da inteligência artificial têm vindo a transformar a forma como as tarefas são coordenadas, monitorizadas e avaliadas. As novas formas de emprego, incluindo o trabalho em plataformas, a diversidade das formas contratuais e a expansão do trabalho remoto e híbrido, obrigam a redefinir a supervisão, as expectativas e o tempo de trabalho”, fecho aspas. O relatório destaca os riscos psicossociais do mundo do trabalho na atualidade, enfatizando, dentre outros, que longas jornadas de trabalho podem constituir riscos à saúde, especialmente no aumento do risco de doenças cardiovasculares e de acidentes vasculares cerebrais. A OIT estima que, em nível mundial, 35% das pessoas trabalham mais de 48 horas por semana.

A redução de riscos psicossociais envolve, segundo o referido relatório, a revisão da carga de trabalho, da atribuição de tarefas, da supervisão e outros elementos do ambiente de trabalho, e, simultaneamente, reforça as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras para reconhecer e se protegerem dos riscos.

Assim, o Ministério Público do Trabalho, por meio de nota técnica previamente divulgada, reafirma a defesa pela redução da jornada de trabalho denominada de 6x1, sem redução do salário e da remuneração, como medida que cumprirá os preceitos constitucionais referentes ao valor social do trabalho, bem como à dignidade da pessoa humana, pois traduzirá em melhoria das condições psicossociais no trabalho, reduzindo o tempo à disposição do empregador, o que propiciará, especialmente nos grandes centros urbanos, onde há grave comprometimento da mobilidade, maior tempo de convívio com familiares, amigos e de lazer.

A redução da jornada de trabalho, objeto das PECs e PL, de 44 horas para 40 ou, ainda, 36 horas, traduz a promoção do trabalho digno, melhores condições de vida e, por consequência, incremento nas condições psicossociais dos trabalhadores e trabalhadoras.

A Constituição Federal, no art. 7º, XIII, estabelece a jornada máxima de 44 horas semanais, admitindo sua compensação e redução por meio de negociação coletiva. Jornadas extenuantes não têm base constitucional e integram o núcleo conceitual das condições análogas à de escravo, nos termos do art. 149 do Código Penal, que tipifica, entre suas modalidades, a submissão do trabalhador a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho. A base constitucional, portanto, abre espaço para a redução da jornada de trabalho, seja porque estabelece uma jornada máxima, e não mínima...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA CRISTINA D´ALMEIDA BASTEIRO – ... seja porque os demais princípios constitucionais privilegiam a segurança, a saúde, a dignidade da pessoa humana, além de fortalecer princípios fundamentais relacionados à vida em família, impondo-se desse modo a superação do regime semanal de trabalho de seis dias de labor por um de descanso.

São evidentes os impactos da jornada 6x1 na saúde e na segurança do trabalho, pois há relação direta entre o excesso de jornada, repouso semanal insuficiente e acidentes e doenças do trabalho. A fadiga crônica e o estresse prolongado são catalisadores de doenças cardiovasculares, distúrbios gastrointestinais, síndrome de *burnout*, ansiedade e depressão, conforme amplamente documentado em estudos da área de saúde do trabalhador. Os afastamentos previdenciários e acidentários fortemente associados à organização do trabalho produzem impactos significativos sobre a previdência social, sobre os sistemas público e privado de saúde e sobre o custo operacional das empresas, com reflexos negativos na produtividade nacional.

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA CRISTINA D´ALMEIDA BASTEIRO – O atual regime de trabalho 6x1, abrangendo 44 horas semanais de trabalho, baseou-se, segundo estudo da Universidade Nacional da Austrália, de 2017, na realidade de uma força de trabalho predominantemente masculina, cuja permanência



no mercado de trabalho era viabilizada pelo trabalho doméstico e pelos cuidados prestados pelas mulheres.

Diante da mudança significativa na composição de gênero no mercado de trabalho nos últimos anos, a tarefa de cuidado e amparo a crianças, idosos e outros membros da família passou a ser acumulada com o trabalho remunerado, gerando impacto sobre a saúde física e mental de trabalhadoras que majoritariamente conciliam essa dupla jornada de trabalho.

Dessa forma, não há como desvincular o debate sobre a jornada de trabalho do atual cenário econômico e social...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA CRISTINA D´ALMEIDA BASTEIRO – ... que sofreu profundas transformações nas últimas décadas, demandando reflexões sobre a desvalorização da tarefa de cuidado e a inclusão de novos atores no mercado de trabalho. Portanto, a entrada de outros atores no mercado de trabalho – mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, população indígena e quilombola, entre outros grupos minoritários e minorizados – demanda uma revisão dos patamares antes estabelecidos.

Portanto, a redução do atual regime de trabalho permitirá a redistribuição do trabalho de cuidado que é feito nos lares, além da mitigação dos impactos diferenciados sobre grupos minorizados, garantindo que o progresso econômico não se dê às custas da exclusão social ou do trabalho remuneratório de trabalhadores e trabalhadoras.

Outro tópico que merece destaque nesta sessão especial consiste nos desdobramentos do reconhecimento da repercussão geral do Tema 1.389, que discute a existência de fraude no contrato civil comercial de prestação de serviços, bem como a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade, a denominada pejetização.

Importante que se destaque, Senador, que, a depender do resultado do julgamento do Tema 1.389, os trabalhadores passarão de uma jornada 6x1 para uma jornada 7x0: sete dias de trabalho por zero dia de descanso. Então, o tema é de grande repercussão social. Entre 2020 e março de 2025, foram ajuizadas mais de um milhão de reclamações trabalhistas que pleiteavam o reconhecimento do vínculo empregatício em processos na Justiça do Trabalho.

O crescimento vertiginoso da pejetização e de outras modalidades de simulação de contratos civis que buscam mascarar a relação de emprego impõe severos prejuízos ao trabalhador e à trabalhadora...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA CRISTINA D´ALMEIDA BASTEIRO – ... que ficam à margem de inúmeros direitos trabalhistas, a exemplo de férias anuais remuneradas, décimo terceiro salário, aviso prévio, FGTS, horas extras, descanso semanal remunerado, seguro-desemprego, garantia de emprego em caso de acidente de trabalho e outros. Além disso, o Estado brasileiro será duramente impactado frente à diminuição da arrecadação, com prejuízo à Previdência Social.

Concluo, por fim, que os desafios na tutela dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores e trabalhadoras merecem integrar o desvelo das instituições públicas, no sentido de não permitir aviltamentos e violações, reconhecendo-se a centralidade do trabalho como elemento essencial ao desenvolvimento econômico e social, eixo estruturante que conecta a produção de riqueza material com a inclusão social e a dignidade humana, representando o principal mecanismo de integração na sociedade...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA CRISTINA D´ALMEIDA BASTEIRO – ... assegurando a autonomia, a



construção de identidade e ainda contribuindo para a redução da desigualdade.

Muito obrigada a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Ouvimos a Sra. Procuradora-Geral do Trabalho em exercício do Ministério Público do Trabalho (MPT), Teresa Cristina D’Almeida Basteiro. Parabéns pela fala.

Eu chamo, representando o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Sra. Secretária-Executiva Caroline Dias dos Reis.

Enquanto ela vai à tribuna, registramos a presença na galeria dos alunos do ensino fundamental do Colégio Ciman, Brasília-DF. Sejam bem-vindos, moçada. (*Palmas.*)

A SRA. CAROLINE DIAS DOS REIS (Para discursar.) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Gostaria de iniciar cumprimentando o Senador Paim pelo convite e pela oportunidade de estar aqui na data de hoje, uma importante data.

Aproveito e cumprimento, em nome da Ministra Janine Mello, todos os Parlamentares, as autoridades, organizações da sociedade civil e os movimentos sociais e todas as pessoas que estão aqui tendo a oportunidade de participar desta sessão especial em celebração ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

É com imensa satisfação que me somo a este evento para falar de uma data tão importante, uma data que nos convida à reflexão sobre o esforço cotidiano de milhões de brasileiras e brasileiros que fazem a sociedade funcionar, que sustentam famílias e que mantêm viva a esperança de um futuro melhor.

Aqui faço questão de destacar especialmente o papel das mulheres, em particular das mulheres negras. São elas que, em grande parte, sustentam seus lares, organizam a vida familiar e doméstica. São mulheres que trabalham dentro e fora de casa, que estudam, que cuidam, que enfrentam longas jornadas e que ainda assumem responsabilidades que, muitas vezes, não são compartilhadas de forma justa.

Quando falamos de trabalho, estamos falando do trabalho formal, do trabalho informal e também do trabalho invisível, o trabalho do cuidado. O trabalho de cuidar de casa, dos filhos, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência é um trabalho essencial, que sustenta a vida em sociedade, mas, muitas vezes, não é reconhecido, não é remunerado e não é valorizado como deveria.

Por isso, quando tratamos da valorização do trabalho, precisamos incluir esse debate. Precisamos reconhecer que o trabalho de cuidado também faz parte da base que sustenta o nosso país.

E falar em trabalho digno também é falar em condições adequadas, em equilíbrio e em respeito à dignidade da pessoa humana. O descanso faz parte dessa discussão.

Ainda hoje, muitas pessoas enfrentam jornadas longas, com pouco tempo disponível para si mesmas, para suas famílias e para o convívio social. Isso tem impacto direto na qualidade de vida dessas pessoas.

Por isso o debate sobre a superação da escala 6x1 precisa ser conduzido com responsabilidade, levando em consideração a realidade do país, mas também com compromisso com a melhoria das condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Garantir mais tempo de descanso significa também reconhecer que a vida não se resume ao trabalho. Significa assegurar condições para que pessoas possam viver com mais equilíbrio, com mais saúde e com mais dignidade.

Este é um tema que passa necessariamente pelo diálogo institucional e envolve vários Poderes e várias instituições.

Nesse sentido, esta Casa Legislativa tem um papel central na construção de soluções, ouvindo a sociedade, os trabalhadores e as trabalhadoras e também os setores produtivos, buscando caminhos que promovam o desenvolvimento com justiça social.

Ao longo da nossa história, direitos importantes foram conquistados pela luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. As férias, o décimo terceiro, o descanso semanal são exemplos dessa construção coletiva. Esses avanços mostram que é possível seguir ampliando direitos com responsabilidade e com



diálogo. Quando a vida de quem trabalha melhora, toda a sociedade se beneficia. Há mais equilíbrio, mais dinamismo econômico e mais perspectivas de futuro.

Nesta sessão em comemoração ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, reafirmamos o compromisso com os direitos humanos, com a dignidade da pessoa humana e com a valorização do trabalho.

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DIAS DOS REIS – Reafirmamos também o compromisso do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania com o combate a toda e qualquer forma de trabalho infantil e toda e qualquer forma de trabalho análogo à escravidão.

Em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, reitero nossa convicção de que é possível construir um país mais justo, onde o trabalho seja reconhecido, respeitado, valorizado, com dignidade para todas as pessoas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Representando o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a Sra. Caroline Dias dos Reis. Parabéns pela fala.

De imediato, passamos a palavra à Sra. Presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Luciana Servo.

A SRA. LUCIANA MENDES SANTOS SERVO (Para discursar.) – Bom dia a todos e todas presentes.

Eu queria começar cumprimentando o Ilmo. Senador Paulo Paim, que é uma referência na minha trajetória e, no final, eu vou falar por quê. Se hoje eu estou Presidenta do Ipea, Senador, é pelas lutas que o senhor comprou há anos, há décadas, inclusive durante o período Constituinte brasileiro, com algumas poucas pessoas que estavam aqui para fazer a luta do combate ao racismo no Brasil.

Eu gostaria de dizer que eu presido uma instituição que completou, este ano, 61 anos – na verdade, no ano passado, em setembro do ano passado. Essa instituição tem como missão qualificar a ação do Estado brasileiro e o debate público. E a gente faz isso de várias formas: pela assessoria ao Estado, por notas, publicações, por pesquisas e, recentemente, nós publicamos uma nota sobre a redução da jornada, e os números que a gente traz só vêm confirmar estudos que o Ipea faz há mais de 40 anos sobre o mercado de trabalho brasileiro.

A primeira coisa é que a jornada acima de 40 horas se concentra nas piores posições no mercado de trabalho, apresentando salários menores, maiores rotatividades e desempenhando funções de menor escolaridade. Nesse espaço, você tem remunerações que chegam a ser 40% menores para os que trabalham mais de 40 horas do que para aqueles que trabalham 40 horas. Trabalham mais, com piores condições e ganham menos.

Isso reflete também as somatórias das discriminações e das desigualdades no mercado de trabalho. Ainda que as mulheres estejam sub-representadas no mercado formal, elas estão absolutamente sobrerrepresentadas nas jornadas superiores a 40 horas: mais de 70% das mulheres trabalham mais de 40 horas. Assim, também, estão as pessoas negras deste país: mais de 80% trabalham mais de 40 horas. Todas elas recebendo salários menores do que aqueles que trabalham 40 horas.

Nesse sentido, quando olhamos esses números, nós temos que nos perguntar: que país e que modelo de desenvolvimento nós queremos para este país? Nós somos ainda um dos países mais desiguais do mundo, e essa desigualdade se reflete na forma como a gente organiza o mercado de trabalho. As diferenças salariais para as mulheres, as diferenças salariais para pessoas não brancas, as diferenças salariais entre nossas regiões são um desafio para o nosso modelo de desenvolvimento.



Nós já mostramos num estudo do Ipea, Senador, que nós temos perdas de produtividade de PIB pela discriminação no mercado de trabalho. E a jornada acima de 40 horas também se soma a esse processo. Se vamos fazer um país desenvolvido, nós precisamos fazê-lo com uma discussão do que queremos, qual nível de desenvolvimento nós queremos alcançar, a que regiões nós queremos levar o desenvolvimento, porque as desigualdades territoriais deste país ainda continuam.

Nesse sentido, também estão nas menores empresas do país que, ainda que não concentrem a maior parte dos postos de trabalho, concentram aqueles trabalhadores que trabalham longas jornadas. Esse estudo do Ipea mostrou que é, sim, viável fazer a redução da jornada de trabalho no país. O custo dessa redução é baixo e, além disso, nós temos uma questão muito central nesse processo: nós estamos num momento muito propício para fazê-lo, com a taxa de desemprego muito baixa. Este é o momento de fazer essa mudança da redução da jornada de trabalho. E eu diria mais ainda: é o momento de avançarmos para um modelo de país onde as pessoas, como foi dito aqui antes, não se exauram, porque as 44 horas não são a jornada total. Nós temos ainda deslocamentos casa-trabalho...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUCIANA MENDES SANTOS SERVO – ... que são maiores do que duas horas em algumas capitais, para ir e para voltar. Então, nós estamos falando, somando o deslocamento, de quase 50 horas semanais. Para além disso, como foi dito, as mulheres ainda têm uma tripla jornada. Dito isso, estamos, sim, no momento de fazer essa mudança; estamos, sim, no momento de olhar para o país numa perspectiva de desenvolvimento inclusivo, socialmente justo e sustentável.

E, dito isso, vou agora para uma nota pessoal. Meu pai se sentou numa outra Casa durante a Assembleia Constituinte e foi Vice-Presidente da Comissão do Trabalho. Naquele momento, junto com o Senador Paim e várias outras pessoas, lutou pelos direitos dos trabalhadores. Assim, nesse sentido, esse legado que nós recebemos – e eu tenho certeza de que o Senador Paim continuará a sua jornada – irá nos trazer para um espaço de desenvolvimento diferenciado. E, mais do que isso, eu queria fazer uma homenagem a uma outra pessoa – que esteve no Ipea e depois foi assessor do senhor, Senador –, que é o meu nobre colega e uma das grandes pessoas do mercado de trabalho no Brasil, o Mário Theodoro. Eu acho que o Mário marcou a forma como nós trabalhamos e pensamos a desigualdade neste país. *(Palmas.)*

Agradeço em nome do Mário, agradeço em nome do Ipea a oportunidade de estarmos aqui contribuindo para o debate público brasileiro, para que avance na discussão da redução da jornada de trabalho.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns, Sra. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Luciana Servo, por ter lembrado aqui do nosso querido Theodoro. Ele já faleceu, mas foi o grande construtor, junto com os outros consultores da Casa, do Estatuto da Igualdade Racial.

Nós trouxemos... Quando eu estive na África do Sul, junto com uma comitiva, exigindo a libertação do Mandela, eu recebi da Winnie Mandela a Carta da Liberdade. Baseado na Carta da Liberdade do povo sul-africano, com os consultores aqui do Congresso, nós escrevemos o Estatuto da Igualdade Racial.

Mário Theodoro, você está lá no céu, mas foi lembrado hoje, aqui. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Juiz Valter Souza Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que nos ajudou muito na construção do projeto que está tramitando, que é o novo estatuto do mundo do trabalho.

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI (Para discursar.) – Bom dia a todas e todos.

Peço a compreensão e permissão para cumprimentar todos os integrantes da mesa de honra na



peessoa do Senador Paulo Paim, um companheiro, um parceiro da Anamatra, indiscutivelmente um dos maiores defensores dos direitos sociais nesta Casa Alta do Congresso Nacional.

O Dia do Trabalho, celebrado em 1º de maio, tem origem em lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Como sabemos, tudo começou nos Estados Unidos, em especial na cidade de Chicago, no final do século XIX. Naquela época era comum trabalhar 12, 14, 16 horas por dia, sem direitos trabalhistas básicos, e os trabalhadores começaram a se organizar para exigir a redução da jornada. Desde então, o 1º de maio passou a marcar conquistas históricas, como a limitação da jornada de trabalho, direitos trabalhistas básicos e o reconhecimento da necessidade de equilibrar trabalho, descanso e vida pessoal.

O Dia do Trabalho não é apenas uma data de celebração, mas igualmente de reflexão, pois nos conduz a relembrar as conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras ao longo da história, bem assim permite que se coloquem luzes nas muitas lutas que ainda precisam ser travadas, como por melhores salários, condições dignas, eliminação das chagas do trabalho em condições análogas à escravidão e do trabalho infantil e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

A pauta referente à redução da jornada de trabalho sem decréscimo salarial, como necessária para balizar melhores condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, retorna ao centro das discussões nacionais. Esse debate está ligado a mudanças profundas no mundo do trabalho, decorrentes da automação, economia digital, reestruturação produtiva e precarização.

O mundo do trabalho, como não poderia deixar de ser, não é infenso aos reflexos dos avanços e das transformações na sociedade, e as novas relações de trabalho, decorrentes e impulsionadas pela tecnologia e pela flexibilização das normas então vigentes, por sua vez, apresentam desafios significativos para o Poder Judiciário, que busca interpretar e aplicar a legislação existente às realidades laborais e em constante transformação.

Com a revolução digital, caracterizada pela automação, robotização e adoção maciça de alta tecnologia, ocorre verdadeira metamorfose no trabalho humano e nas relações daí decorrentes. A produção, aparentemente, aparece mais enxuta e a gestão empresarial, horizontalizada. De reverso, o trabalho começa a metamorfosear-se, tornando-se informal, autônomo e precarizado. Fala-se em cooperação, parcerias, empreendedorismo, e não mais na subordinação clássica ou dependência econômica do trabalhador.

Torna-se, assim, necessário ao Judiciário especializado ampliar ou remodelar o conceito de subordinação, na busca de solução adequada para a inclusão dos novos trabalhadores da era digital, eletrônica e plataformizada, no alcance da tutela jurisdicional adequada aos valores e princípios que forjaram o nascimento do direito do trabalho, de forma a garantir condições mínimas de trabalho, resguardando-se a dignidade do trabalhador.

Nesse sentido, preocupa-nos a precarização das novas relações de trabalho e a adequada resposta do Poder Judiciário no exercício do seu papel constitucional de fazer valer o que podemos assentar como princípio fundamental da nossa Carta Magna, de preservação da dignidade da pessoa humana concretizada nos valores sociais do trabalho, que tem por objetivo substancial...

(Soa a campanha.)

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – ... proporcionar o estado de bem-estar social e o bem comum.

Nesse contexto, defrontamo-nos com alterações legislativas e precedentes judiciais que assentam a constitucionalidade e a legalidade, por exemplo, da atividade da terceirização em atividade-fim, do pejetizado, do trabalho intermitente – nos quais empreendimentos operam com base em algoritmos e coleta de dados – e daqueles trabalhadores que se cadastram e prestam serviços administrados por essas



empresas, considerando-se colaboradores, parceiros, microempreendedores, ou seja, qualquer coisa, menos empregados.

A cada dia nos parece mais claro que a tecnologia deve ser regulada e utilizada em prol da sociedade, não devendo beneficiar apenas aqueles que a controlam. Estudos indicam que, em relação à distribuição extrema de riqueza...

(Soa a campanha.)

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – ... os 10% mais ricos controlam 76% da riqueza mundial, enquanto os 50% mais pobres dividem apenas 2% dessa riqueza. Algo, com certeza, está errado.

O debate que envolve as novas relações de trabalho e o papel do Poder Judiciário não prescinde do destaque necessário ao que restou denominado de trabalho decente, bem assim a importância do exame da convencionalidade na atividade jurisdicional. Formalizado pela Organização Internacional do Trabalho, em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, sendo considerado condição fundamental...

(Soa a campanha.)

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – ... para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

Em suma, o desafio reside em garantir que o direito interno do trabalho seja interpretado e aplicado em conformidade com o bloco de convencionalidade, assegurando a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores em um cenário de alta flexibilização legislativa e judicial.

Por fim, não poderia deixar de destacar a discussão que se trava no âmbito dos Temas 1.291 e 1.389 no Supremo Tribunal Federal sobre as relações de trabalho plataformizadas, bem assim a competência da Justiça do Trabalho. A Anamatra participa ativamente dos julgamentos no sentido da defesa do direito do trabalho e a sua raiz principiológica, bem assim da competência da Justiça do Trabalho, buscando convencimento na linha de fundamento...

(Soa a campanha.)

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – ... de que o nosso ordenamento constitucional se funda na centralidade do ser humano, na centralidade do trabalho e na sua dimensão ética de dignificação do ser humano.

São inegáveis as contribuições da Justiça do Trabalho para a concretização e o respeito aos direitos sociais assentados na Constituição Federal de 1988, como direitos fundamentais em decisões que, guardados o viés humanista e a centralidade do ser humano, asseguram a proteção do meio ambiente do trabalho, a par ainda dos elevados índices de acidente de trabalho e de adoecimento laboral, de expansão das chagas do trabalho infantil e do trabalho análogo ao do escravo e do avanço da precarização nas novas modalidades de contratação laboral, envidando esforços para atuação com foco nos compromissos internacionais de convencionalidade assentados nas recomendações e convenções da Organização Internacional do Trabalho.

(Soa a campanha.)

O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI – Se nos indagam qual o papel da Justiça do Trabalho frente às novas relações de trabalho, com segurança respondo: a Justiça do Trabalho quer cumprir o seu papel, conforme previsto na Constituição Federal e nos tratados internacionais firmados pelo Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr.



Presidente da Associação Nacional dos Magistrados e Magistradas da Justiça do Trabalho, Juiz Valter Souza Pugliesi.

Encerrando esta mesa, passamos a palavra agora ao Sr. Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores, Sérgio Nobre. (*Palmas.*)

Como eu vim do movimento sindical, não tenho como negar as origens, não é? Dessa central, na sua fundação, Jair Meneguelli foi eleito Presidente, eu fui eleito Secretário-Geral, Avelino Ganzer foi o Vice. Daí, como eu me elegi Constituinte, passei a ser Vice, e vice praticamente não existe. Daí me deram o cargo simbólico de Vice e eu tenho até hoje essa lembrança de que eu estava lá na fundação da Central, como eu tenho uma participação – eu diria – com todas as centrais. Não teve uma central de que eu não participei dos seus eventos.

O SR. SÉRGIO APARECIDO NOBRE (Para discursar.) – E nos orgulha a sua trajetória, ter sido fundador da nossa querida Central Única dos Trabalhadores e também a relação que você sempre teve com o conjunto do movimento sindical, e a gente reconhece muito isso.

Queria saudar aqui os companheiros e companheiras do movimento sindical, saudar aqui os dirigentes de todas as centrais sindicais, os companheiros e companheiras que compõem a mesa, saudar de maneira muito especial o nosso Senador Paulo Paim, parabenizar por esta sessão tão importante em homenagem ao Primeiro de Maio, o Dia Internacional da Classe Trabalhadora. E queria aproveitar também esta oportunidade para parabenizar todo o movimento sindical e sindicatos de base pelo belo Primeiro de Maio que a gente realizou. (*Palmas.*)

Foi muito acertada a nossa decisão de descentralizar o Primeiro de Maio e incentivar os nossos sindicatos de base a fazerem a mobilização, porque de todas que eu acompanhei e que eu vi, todas, tinha muita gente nas comemorações do Primeiro de Maio, e foi um debate político de nível sobre o que está acontecendo no nosso país, os nossos desafios, em especial, e o maior deles é vencer as eleições deste ano, porque ainda está na nossa memória, e a gente discutiu isso no 1º de maio, tudo o que foi feito de maldade com a gente de 2016 a 2022, e a gente tem a tarefa de fazer com que esse período trágico jamais volte a acontecer no nosso país. Essa é a grande tarefa que a classe trabalhadora tem e também a nossa pauta.

Então, a gente viu o quanto foi importante e quanto tem de apego popular o fim da escala 6x1 – e nós temos agora... (*Palmas.*)

... o desafio de fazer passar o fim da escala 6x1 nesta Casa – e também a importância da regulamentação do trabalho por aplicativo, porque, na sua maioria, são jovens que têm menos de 40 anos de idade os que trabalham sem nenhuma forma de proteção social, trabalhista, e não têm direito à organização sindical. Portanto, é uma grande responsabilidade nossa trazer para o sistema de proteção esses trabalhadores por aplicativo, e é um compromisso nosso. E também garantir o direito de negociação. Estamos em pleno século XXI e os servidores públicos ainda não têm regulamentado seu direito de negociação coletiva. (*Palmas.*) Agora, graças à iniciativa do Presidente Lula, nós temos a oportunidade de fazer o debate nesta Casa e finalmente conquistar esse direito de negociação dos servidores públicos.

Muito nos preocupa, Senador Paim, a possibilidade da pejetização ilimitada que está no STF. Aliás, não deveria nem estar lá, não deveria, porque lá não é o espaço de debate dessas coisas. Agora, se ela vier do jeito que estão dizendo que vem, sem nenhum controle, vai ser muito mais nocivo para a classe trabalhadora do que foi a terceirização, mas muito mais nocivo! Inclusive, nós estamos dizendo que é o fim da previdência, porque o que sustenta a previdência é a carteira de trabalho assinada.

Então, é muito grave esse tema que está no STF e por isso, Paim, a sua importância. Você tem toda uma trajetória de luta em defesa da previdência, da previdência para os trabalhadores, dos aposentados em especial, e, por isso, você não disputar as eleições este ano, para nós, é um momento muito duro da nossa vida, a gente não poderia perder o Senador aqui.



Então, nós, do movimento sindical, trabalhamos muito o nosso povo lá no Rio Grande do Sul, para te convencer a ficar, porque o período que vem é um período difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fui testemunha do trabalho que vocês fizeram lá. Positivo.

O SR. SÉRGIO APARECIDO NOBRE – Eu sei. A gente fez, mas também a gente compreende: com toda a sua trajetória e a sua contribuição...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO APARECIDO NOBRE – ... é legítimo querer atuar em outro espaço, porque eu tenho certeza de que você vai continuar na luta em outro espaço e, seja o espaço qual for, vai ser vitorioso, porque você tem compromisso com a classe trabalhadora e sempre esteve do lado certo da história.

Então, para terminar, a gente queria fazer uma homenagem – todas as centrais sindicais – a você.

A gente fez uma cartilha com a sua trajetória, contando os momentos mais importantes da sua trajetória, e também uma placa que a gente queria entregar.

Então, eu queria chamar os representantes das centrais sindicais, os Presidentes... *(Palmas.)*

Se não estiverem presentes os Presidentes, venham os representantes, para a gente fazer essa justa e simbólica homenagem ao companheiro Paulo Paim.

(Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Senador Paulo Paim.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Neste momento, eu agradeço aos convidados e às convidadas que participaram da composição da primeira mesa, e eles podem retornar ao Plenário.

Eu passarei agora à segunda mesa. *(Palmas.)*

Os senhores e as senhoras podem voltar ao Plenário.

Quer fazer uma foto dessa mesa de pé, por favor?

Agora! *(Pausa.)*

O.k. *(Palmas.)*

Composição da segunda mesa: Sr. Marco Antonio Areias Secco, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai) *(Palmas.)*, onde me formei, só que foi lá em Caxias.

O meu primeiro curso técnico foi no Senai em Caxias do Sul, Escola Senai Nilo Peçanha – não está aqui no papel não, mas me lembro de que eu chegava todo dia lá para estudar, fiz curso técnico, e Nilo Peçanha foi o primeiro Presidente negro da história do Brasil.

O tempo... Venha à mesa, no primeiro momento, e depois o senhor vai ser o primeiro a falar.

De “senaiano” para “senaiano”.

Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores. *(Palmas.)* Ao te chamar, Patah, eu lembro já a excelente relação que eu tive com todas as centrais, todas, todas, todas, e todas estão hoje aqui representadas pelo Presidente ou, em alguns casos, pelo Vice. É um prazer recebê-los aqui.

Sra. Sônia Maria Zerino da Silva, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. *(Palmas.)* Manda um abraço para o Moacyr. Sr. Luiz Arraes, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Sr. Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais. *(Palmas.)*

Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). *(Palmas.) (Pausa.)*



Concedo a palavra, de imediato, ao Sr. Marco Antonio Areias Secco, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do DF (Senai).

Lembro a todos, se assim me permitirem, que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também fez curso técnico no Senai.

O SR. MARCO ANTONIO AREIAS SECCO (Para discursar.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, que preside esta sessão solene em homenagem ao Dia do Trabalho, parabênzo V. Exa. pela excelente iniciativa e pela sensibilidade constante com a pauta trabalhista neste Parlamento – o que ficou muito evidente aqui, com o reconhecimento das centrais.

Cumprimento as demais autoridades presentes, representantes de confederações, federações, sindicatos, especialmente a todos nós, trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes.

Inicialmente, eu gostaria de expressar minha alegria pelo convite. Para mim, participar desta sessão é motivo de grande orgulho pessoal. Estar aqui na tribuna da Câmara Alta realmente me emociona.

Eu dedico a minha carreira à interseção entre educação e trabalho há mais de 40 anos. Então, estou no Senai há 35 anos e, antes disso, eu trabalhei dez anos nas Forças Armadas. Por isso, eu reconheço que o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas o alicerce da dignidade humana.

Historicamente, o trabalho surge com o *homo faber*, há 2 milhões de anos. Quando a gente fala 2 milhões de anos é muita coisa, a gente não consegue nem quantificar.

Passamos pela subsistência coletiva na Idade da Pedra Lascada, pelo regime de escravidão na Antiguidade e pelo feudalismo na Idade Média, até chegarmos ao capitalismo no século XV, à Revolução Industrial, que é como a gente enxerga o trabalho até hoje.

Do ponto de vista antropológico, a preocupação da nossa sociedade com os direitos de quem trabalha é extremamente recente. Não chega a 200 anos, em um lapso de 2 milhões de anos. Contudo, do ponto de vista sociológico, cada minuto conta, e o nosso progresso é sempre muito sofrido, conquistado a duras penas e quase sempre, até pelos depoimentos que já aqui tivemos, postergado até o limite da necessidade de sobrevivência.

Então, os primeiros movimentos, na perspectiva do reconhecimento mundial: o direito ao trabalho não nasceu por concessão, mas por necessidade de sobrevivência durante a Revolução Industrial. O estopim, já lembrado aqui pelo Dr. Valter Pugliesi, foi em Chicago, em 1886.

O 1º de maio homenageia os mártires de Chicago, que foram às ruas pela jornada de oito horas, quando a realidade impunha exaustivas 16 horas diárias.

Quanto ao trabalho infantil e feminino, recordamos que os primeiros marcos mundiais foram leis para proibir o trabalho de crianças menores de 9 anos e para limitar a jornada feminina. Isso aconteceu – quem leu Émile Zola sabe bem disso – no Reino Unido, nas carvoarias, né?

A criação da OIT em 1919, após a Primeira Grande Guerra, trouxe a premissa de que não existe paz universal e duradoura sem justiça social. E, olhando para o Brasil, a evolução no Brasil, a nossa grande realidade, o grande salto foi no Estado Novo.

Olhando para o nosso Brasil, sabemos que nossa linha do tempo recebe um impulso decisivo no período de Getúlio Vargas. Em 1930, apenas 26 dias após Vargas assumir, ele criou o ministério que foi chamado, apelidado, de Ministério da Revolução, que era o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, que nasceu exatamente para mediar o conflito entre capital e trabalho, tirando a questão social da esfera da polícia e trazendo-a para a esfera do direito.

E é uma situação com que a gente convive até hoje, né?

(*Soa a campanha.*)



O SR. MARCO ANTONIO AREIAS SECCO – Em 1932, a questão da cidadania de trabalho, a instituição da carteira de trabalho e o direito ao voto feminino caminharam juntos, simbolizando um novo Brasil.

Em 1943, já lembrado aqui pelo Senador Paim, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) não apenas unificou normas, mas criou a figura do cidadão trabalhador, garantindo direitos fundamentais que estruturaram a nossa classe média e o nosso consumo interno.

Quanto à mulher no mercado e na política, é preciso destacar a simbiose entre o voto feminino, que é de 1932, também no Estado Novo, e a entrada das mulheres nas fábricas.

A luta liderada por Bertha Lutz defendia que, se a mulher já contribuía para a economia, especialmente na indústria têxtil de confecção, era imperativo que ela tivesse voz política, e o Decreto 21.417-A daquela época foi pioneiro ao proibir diferenças salariais para a mesma função, uma luta que sabemos, infelizmente, ainda exige nossa vigilância e esforço institucional nos dias de hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCO ANTONIO AREIAS SECCO – Paralelo a isso, eu quero reforçar aqui o papel das nossas instituições.

O Senai é o primeiro serviço social, criado também no Governo Vargas, em 1942, e já são 84 anos, né? Concomitante a todos esses movimentos, ele é focado na educação profissional, e a missão é transformar o cidadão através da técnica.

O Senador é um “senaiano”, o nosso Presidente Lula é um “senaiano”, e são mais de 80 milhões de jovens e trabalhadores que passaram pelas nossas escolas, justamente para que eles pudessem não receber o peixe, mas aprender a pescar, poderem construir a sua história a partir do seu conhecimento e da sua dedicação.

Em 1946, em resposta à Carta da Paz Social, reunião após a Segunda Guerra Mundial, foram criados os demais serviços sociais.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCO ANTONIO AREIAS SECCO – Aí o Sesi – de que também eu sou Superintendente aqui no DF: foca na qualidade de vida, cuida do trabalhador aqui e agora, através da saúde, da educação básica, do lazer e do bem-estar. No dia 1º de maio, fizemos a Corrida Nacional do Trabalhador, e foram mais de 60 mil trabalhadores participando dessas atividades.

Para concluir, gostaria de reforçar que, se o Senai forma o trabalhador, o Sesi cuida da sua mente e do seu coração. Juntos, formamos um ecossistema que acredita que o desenvolvimento do Brasil passa, obrigatoriamente, pela valorização de quem produz.

Nesse sentido, recordo-me das palavras de Paulo Freire, nosso Patrono da Educação Brasileira, figura histórica tão maltratada nesses últimos tempos, mas cuja essência permanece urgente. Freire dizia: “Bom profissional porque bom cidadão, porque boa pessoa”.

Essa frase sintetiza a nossa missão, ela une os três elementos essenciais para uma sociedade saudável: a família, que forma a pessoa; a escola, que forma o cidadão; e o trabalho, que forma o profissional.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCO ANTONIO AREIAS SECCO – É, sob esse equilíbrio, que continuaremos construindo o futuro da nossa economia e do nosso país.

Muito obrigado a todos e parabéns às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros! Contem sempre com o Sesi e o Senai. Muito obrigado! *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marco Antonio Areias Secco, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai-DF), meus cumprimentos.

Concedo a palavra, de imediato, ao Sr. Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, que, seguido, estava no Rio Grande do Sul, colaborando lá com os movimentos. Inclusive, as centrais foram fundamentais para que eu estivesse na Constituinte.

O SR. RICARDO PATAH (Para discursar.) – Bom dia, amigos e amigas!

Em primeiro lugar, quero cumprimentar as mulheres do país. Vivam as nossas queridas mulheres! (*Palmas.*)

Senador Paim, realmente, nós temos muito orgulho – enquanto dirigentes sindicais que somos, e muitos aqui estão – por termos, no Senado, que é a Casa Alta do Parlamento, como dizem, uma voz que gosta do povo, uma voz que escuta o povo, que é a sua voz, Senador Paim. Nós estamos aqui comemorando o Primeiro de Maio, mas não dá para comemorar o Primeiro de Maio no Senado, com o Senador Paim, sem falar do Senador Paim.

Com o Senador Paim – todos sabem –, tantas conquistas tivemos, mas tem algumas que eu faço questão de colocar, porque nós... Eu sou comerciário, e no comércio há uma discriminação racial muito grande até hoje. E nós fomos o primeiro sindicato do Brasil a fazer a cláusula de inclusão do negro, e o Senador Paim fez o estatuto. E podem ter certeza, meus amigos e minhas amigas, que, lá em 2023, quando o Presidente Lula, na ONU – e nós estávamos lá, os presidentes das centrais –, sugeriu colocar, como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, o combate ao racismo, foi conquistado, foi colocado. Hoje lá está, é o 18º, mas isso se deve ao Senador Paim, que é o Senador que mais lutou para que nós pudéssemos ter, resgatar essa questão fundamental de igualdade e oportunidade, bem como a questão dos aposentados, como foi dito, colocar cidadania para todos aqueles que deram o seu sangue e suor ao país, e não eram reconhecidos, mas aqui tiveram a sua visibilidade.

Nós temos uma série de situações por que temos que lutar, como foi dito aqui: a questão da jornada de trabalho, a redução, e o fim do 6x1. O Senador Paim conhece todos nós; ele esteve inclusive em vários sindicatos, esteve lá nos comerciários de São Paulo e sabe que os comerciários, que hoje é a maior categoria do Brasil, tem mais de 10 milhões de pessoas e muitas mulheres. E essas mulheres, chefes de família, em cidades grandes como São Paulo, para irem trabalhar, é uma hora e meia para chegar ao trabalho, uma hora e meia para voltar; quando chegam em casa, vão trabalhar; e só têm um dia de folga. Não é isso que nós queremos; nós queremos ter um país cidadão, e não um país de castas.

Foi aprovado recentemente, aqui no Parlamento, que os funcionários das Casas do Parlamento, Câmara e Senado, iriam trabalhar 3x1, e ganhando acima do teto. É possível isso, pessoal? É possível?! Tem categoria que tem 60 dias de férias, 30 dias de recesso e milhões de brasileiros ganham uma miséria e trabalham de forma análoga à escravidão. Então chegou o momento, Senador, de nós iniciarmos um processo muito grande com relação a esse tema.

E eu queria colocar um outro tema, daqui a pouco toca a campanha, vai tocar muito essa campanha? Não? Que é o feminicídio, eu falei das mulheres. Nós estamos colocando hoje no sindicato que você nos deu o prazer de conhecer – o sindicato tem 14 andares, um *banner* de 20m x 9m de largura com relação ao feminicídio – que nós temos que nos indignar (*Palmas.*), não adianta só focar na fala, temos que ir para as ações, nós vamos fazer movimentos na rua. Não dá para morrerem quatro mulheres todo santo dia por feminicídio. E seis não morrem porque o cara errou, mas quer matar. O que é isso? Não é esse o país que nós queremos. E, Senador, realmente, o nosso querido Sérgio comentou, não dá mesmo para você voltar a ser candidato, você já desistiu mesmo, não dá? Porque teve uma... numa campanha, nós fomos lá, você até falou, as centrais foram lá.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fizeram até um livro.

O SR. RICARDO PATAH – Fizemos um livro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O livro era doado e alguém doava alguns centavos ou reais para a campanha. Naquele tempo não tinha fundo eleitoral.

O SR. RICARDO PATAH – Olha, pessoal, sem a voz do Senador... Porque tudo bem, uma andorinha não faz verão, como dizem, mas ele faz verão, faz verão, primavera, faz um monte de coisa. Porque nós sabemos aqui, o Senado, a Câmara, com relação à sensibilidade para com os trabalhadores. Já fizeram em 2017 o que fizeram, que todo mundo sabe. Mas, se nós não tivermos pessoas como o Senador – e vamos ver o que o Senador vai sugerir, lá no Rio Grande do Sul, para a gente trabalhar –, nós vamos perder uma voz importante...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO PATAH – ... que é a voz que nos trouxe a igualdade e a oportunidade, a voz que nos trouxe o combate ao racismo, a voz que nos trouxe o combate ao assédio à mulher, a voz que nos trouxe o trabalho feito para os aposentados. E todas as questões trazidas pelo movimento sindical recebem eco. Fora, quando nós começamos no Governo Lula recentemente, tivemos as vitórias da política de salário mínimo, política de salário da mulher igual ao do homem, isenção do Imposto de Renda e assim por diante, mas tentamos resgatar um custeio para o movimento sindical. Meus amigos, vocês não imaginam, todo mundo sabe, o que ele fez para que a gente tivesse uma possibilidade efetiva de ter um custeio, porque aqui nesta Casa tem gente que, se é para acabar com o sindicato, é o que eles fazem mais aqui.

Mas, Senador, eu vim aqui com o maior prazer, eu tenho realmente um respeito pela sua pessoa, pela sua dignidade e pelo seu legado...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO PATAH – ... porque pessoas como você são poucas, mas nos trazem a alegria e a emoção de ter esperança de ter um país melhor, um país de cidadania, de educação, um país com educação, qualificação, como o Senai está aqui colocando à disposição, e um país com saúde, um país rico, que distribua a sua renda, um país que possa nos tornar verdadeiros cidadãos.

Eu tenho muito prazer de estar aqui e fazer um grito: viva o Paim! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agradeço muito ao Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores. O Patah – e essa história do livro eu conto e repito de novo, Patah –, o Patah produziu um livro, não sei como, lá em São Paulo. *(Risos.)*

Esses livros eles mandaram para o Rio Grande do Sul. O cara recebia um livro e dava R\$1, R\$2, R\$3 para a minha campanha. E aí a gente fez a campanha desse jeito lá. São histórias que poderiam ser contadas numa autobiografia, como foi. E era um livro de um trabalhador no Congresso.

Passo a palavra agora ao senhor... *(Pausa.)*

Não, isso depois. Está certo.

Concedo a palavra à Sra. Sônia Maria Zerino da Silva, Presidente da Nova Central de Trabalhadores. Eu sei que o Moacyr esteve muito doente, mas o Moacyr muitas vezes esteve conosco. *(Palmas.)*

Eram os amarelinhos daquele tempo lá. Vocês lembram, né?

A SRA. SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas. Eu quero primeiro agradecer a Deus por essa oportunidade de estarmos aqui reunidos nesta sessão especial do dia 1º de maio, Dia do Trabalhador e da trabalhadora brasileira.

Quero trazer um abraço fraterno, Senador, do nosso companheiro, diretor da Nova Central, ex-



Presidente, Seu Moacyr, porque nós da Nova Central temos um carinho muito grande pelo senhor. Seu Moacyr também se empenhou muito na sua campanha lá no Rio Grande do Sul.

Quero cumprimentar todos os companheiros da mesa, dizer que, como foi anunciado, eu sou Sônia, presido a Nova Central Sindical de Trabalhadores e sou Secretária nacional para Assuntos de Trabalho da Mulher da CNTI, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Então hoje nós nos reunimos aqui para celebrar o dia do trabalhador e da trabalhadora, uma data que vai muito além de uma simples homenagem. Esse é um momento de reconhecimento, reflexão e, sobretudo, da valorização de cada um que, com seu esforço diário, constrói a nossa sociedade.

O trabalho dignifica, transforma e impulsiona o progresso deste país; está presente em cada conquista coletiva, em cada avanço econômico e social e em cada sonho que se torna realidade. Por trás de toda cidade que cresce, de toda família que prospera, existe a dedicação de homens e mulheres que não medem esforço para cumprir sua missão de trabalhador e de trabalhadora.

Mas esse dia também é carregado de história, o dia 1º de maio, sobre o qual estamos hoje fazendo uma reflexão. Ele nos lembra das lutas por direitos, por condições dignas e por respeito; direitos que hoje consideramos fundamentais, que foram conquistados com coragem, união e perseverança. E é nosso dever manter viva essa memória, garantindo que esse avanço não seja esquecido, mas fortalecido, nem que sofra os retrocessos que a gente tem visto nos últimos anos – os direitos trabalhistas têm sofrido bastante retrocessos.

E nós demonstramos agora, Senador, no dia 15 de abril, a nossa unidade, a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, na Marcha da Classe Trabalhadora.

Então, celebrar o trabalho é reconhecer a força que move este país, é olhar para cada profissão com respeito, seja no campo, na cidade, no setor público ou privado, na formalidade, na luta diária pela sobrevivência.

E a nossa pauta... Foi entregue ao senhor agora a pauta da classe trabalhadora, que focou principalmente na redução da jornada de trabalho sem a redução do salário; abaixo o feminicídio – como o companheiro Patah falou aqui na questão do feminicídio, que são números alarmantes, e nós, do movimento sindical, estamos imbuídos nessa luta do combate ao feminicídio –; fortalecimento das negociações coletivas, porque é fundamental para nós trabalhadores o fortalecimento das negociações coletivas; e a ratificação das Convenções 190, 151, 156. Então, marchamos, demonstrando nossa unidade e o fortalecimento da classe trabalhadora.

(Soa a campanha.)

A SRA. SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Em se tratando da questão da escala 6x1, eu vou me reportar um pouco à questão de nós mulheres trabalhadoras, que temos dupla, tripla jornada. Então, falar sobre o fim da redução da escala 6x1 é, acima de tudo, falar sobre dignidade, qualidade de vida e justiça social. E, quando olhamos para o impacto dessas mudanças na vida das mulheres, percebemos que essa pauta é ainda mais urgente. Historicamente, as mulheres acumularam jornadas múltiplas. Além do trabalho formal, ainda recai sobre elas a maior parte das responsabilidades domésticas, do cuidado com os filhos, idosos e família. Essa chamada dupla ou até tripla jornada não é uma exceção, é a realidade de milhões de mulheres trabalhadoras deste país.

(Soa a campanha.)

A SRA. SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – É importante destacar também que essa transformação não é apenas a pauta das mulheres, é a pauta de toda a sociedade: famílias mais equilibradas, trabalhadores menos exaustos e uma divisão mais justa do tempo que beneficie a todos. Portanto, discutir



a escala 6x1 e a redução da jornada não é apenas falar da economia ou da produtividade, é de justiça, de equidade de gênero e de um modelo de sociedade mais humano.

Então, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e parabenizá-lo mais uma vez, Senador Paulo Paim, pela sua trajetória de luta nesses 40 anos que esteve aqui nesta Casa, em defesa dos direitos trabalhistas, dos aposentados e principalmente em defesa da democracia deste país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos à Sra. Sônia Maria Zerino da Silva, que é Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Se eu não me engano, é a primeira mulher Presidente da Nova Central, não é?

A SRA. SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus parabéns pela sua fala.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Arraes, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.

Queria cumprimentar a mesa na pessoa do Senador Paim e todas as mulheres na pessoa da companheira Sônia; cumprimentar também aqui todos os companheiros presidentes de confederações aqui presentes. Não vou nominá-los, mas sintam-se todos cumprimentados.

Bom, sinto-me muito feliz, Senador, em participar de uma sessão tão especial em homenagem ao trabalhador e à trabalhadora. Em vez de só comemorar, eu acho que nós devemos fazer uma grande reflexão e chamarmos os trabalhadores, convocar os trabalhadores para fazer parte da vida do sindicato, para participar da luta.

As férias, o Fundo de Garantia, a licença-maternidade, o vale-transporte, nada disso caiu do céu. Às vezes, a gente vê alguns trabalhadores se voltarem contra o sindicato, influenciados pela mídia, influenciados pelas redes sociais, e eles têm que entender que nada do trabalhador cai do céu, que a luta é dura e que o sindicato só se faz forte com a participação efetiva dos trabalhadores. Nenhuma pauta dos trabalhadores avança no Congresso Nacional se não tiver efetivamente a participação dos trabalhadores.

Então, nós temos que fazer essa reflexão e chamar os trabalhadores para, junto com o sindicato, implementarmos essas pautas dos trabalhadores, porque nada cai do céu. E temos também, Senador, que colocar o ser humano na pauta do mundo. Hoje, em todos os fóruns que a gente vê pelo mundo, falam na sustentabilidade, falam em crescimento econômico, e a gente sente que o ser humano fica sendo deixado de lado. Nós não queremos um país desenvolvido, altamente sustentável, com um povo infeliz, com a pobreza aumentada. Nós precisamos ter um país desenvolvido, mas que pense principalmente no ser humano.

Então, hoje, Senador, eu estava ouvindo o seu discurso inicial, e já dá em nós, sindicalistas, um aperto no coração. Nós já começamos a ficar saudosos de saber que, no próximo ano, nós não vamos ter mais o Senador aqui no Parlamento. A gente já começa a sentir um vazio, porque a importância do Senador Paim aqui no Parlamento, só sabe, de verdade, quem acompanhou.

Aí a gente precisa fazer uma pequena retrospectiva de quando nós, capitaneados pelo senhor e juntamente com o saudoso Schulte, invadimos o Salão Verde, tomamos lá e ficamos fazendo uma vigília. Desligaram a luz, e nós amanhecemos o dia lá, porque nós queríamos um salário mínimo de US\$100.

Na reforma que o Governo Fernando Henrique queria fazer, na reforma trabalhista e sindical, quantas batalhas travadas nos corredores e nos bastidores aqui da Casa?

Então, V. Exa. vai fazer muita falta para nós. E nós temos aí uma responsabilidade de, em sua homenagem, continuarmos essa luta com bravura, com força.

Senador Paim, o senhor vai ser para nós sempre um marco do movimento sindical!



Viva o movimento sindical brasileiro!

Viva o sistema confederativo!

E vivam os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Líder Luiz Arraes, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, belas lembranças na tua fala.

Passo a palavra agora ao Sr. Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO (Para discursar.) – Bom dia. Bom dia a todos e todas.

Na pessoa do Senador Paim, cumprimento todos que estão participando desta mesa.

Senador, eu quero aproveitar esta oportunidade e, nesta comemoração, além das homenagens que já foram feitas à sua trajetória aqui no Senado e a todo o trabalho que resultou em várias conquistas e avanços, agradecer, quando fui Diretor Técnico do Dieese, toda a interação, a colaboração e a atuação conjunta com o Departamento. Hoje, a Adriana, dirigindo o Dieese, também recepciona esse mesmo entendimento.

Mas eu quero usar esses minutos aqui para fazer a apresentação e a entrega – que já foi feita na fotografia, mas agora do ponto de vista do conteúdo –, a entrega da pauta da classe trabalhadora, de que a Sônia, o Patah, o Sérgio já trataram, que é a pauta que as centrais sindicais lançaram em uma marcha, na Conferência da Classe Trabalhadora, realizada no dia 15 de abril, aqui em Brasília. Foram milhares de dirigentes e ativistas sindicais que vieram do Brasil todo, em uma atividade nacional, e foi assim que as centrais definiram: fazer uma atividade nacional em Brasília, com milhares de trabalhadores representando os sindicatos do Brasil todo, e lançar a pauta da classe trabalhadora para o período de 2026 a 2030.

São 68 propostas que as centrais apresentam para pensar a agenda dos próximos cinco anos, com as prioridades para 2026. Sônia, Sérgio, Patah já falaram, destacaram: redução da jornada, combate ao feminicídio, a regulamentação do direito de negociação coletiva para os servidores públicos e outras prioridades. Então, já apresentamos a você a pauta, vou fazer a entrega desse documento e, junto com a pauta, as centrais lançaram também, no dia 15, dois documentos de apoio técnico e institucional a esta pauta.

Um desses documentos, elaborado pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), é a *Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional*. A partir da pauta, nós destacamos quais os projetos que estão tramitando aqui no Congresso Nacional – na Câmara e no Senado – que têm relação com a pauta. E é sempre bom ver que nessas nossas agendas, o Senador sempre se faz presente com seus projetos, com as suas iniciativas. Então, quero entregar a agenda para este ano, para o qual você ainda é protagonista aqui na Casa, para fazer o avanço dessa agenda. Esperamos que tanto a negociação, o direito de negociação dos servidores públicos, quanto a redução da jornada ainda sejam aprovados este ano, junto com o seu mandato.

E o terceiro documento é a *Agenda Jurídica das Centrais Sindicais* no STF e no TST: também uma leitura de quais são os temas do mundo do trabalho que têm alto impacto sobre o conjunto da classe trabalhadora, e que estão em debate no Tribunal Superior do Trabalho ou no Supremo Tribunal Federal.

Então, esses são três documentos que nós lançamos no dia 15 de abril, que foram apresentados nas atividades que as centrais fizeram e os seus sindicatos promoveram, junto com as federações e confederações nos estados, nos locais de trabalho, nas cidades, de maneira unitária ou em várias atividades – jornadas, debates, eventos, eventos culturais –, nessas atividades, foram lançadas essas agendas, esses documentos. E, agora, ao longo do mês de maio, junto com o Dieese, a partir de uma jornada nacional de debate, nós levaremos essas agendas para todas as capitais, apresentando ao movimento sindical também esses documentos e mobilizando em torno das nossas prioridades para este ano.



Então, em nome, mais uma vez, das centrais sindicais, quero agradecer...

(Soa a campanha.)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – ... o seu trabalho e passar às suas mãos nesses documentos.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Sr. Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, Clemente Ganz, estivemos já junto por inúmeras vezes, inclusive na Presidência do Senado com as centrais sindicais.

(Procede-se à entrega das Agendas ao Senador Paulo Paim.) (Palmas.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

É o último nessa mesa, não é? *(Pausa.)* Depois vamos para a segunda mesa... *(Pausa.)* Terceira mesa... O Bira vai concluir a segunda mesa. Eu quis dar uma desdobrada aqui: eu troquei a segunda pela terceira, mas eu quis dizer que o Bira vai concluir a segunda mesa!

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Está certo!

Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, todos os companheiros, todos os representantes das centrais, todas as pessoas que estão aqui.

Pela minha ligação com o companheiro Paim, eu vou deixar para falar por último dessa questão. Eu queria entrar no problema do nosso país.

Essa é uma sessão especial destinada a comemorar o Dia do Trabalhador e das Trabalhadoras. A situação está grave, não está fácil a situação! Para que a gente possa derrotar o fascismo, para que a gente possa derrotar o bolsonarismo, que tanto prejudicou esta nação, é necessário que o povo brasileiro tenha uma vida digna, é necessário que o povo brasileiro tenha um trabalho de qualidade, um emprego de qualidade, é necessário que o trabalhador possa estudar, possa levar sua família para passear.

Nesse sentido, eu queria dizer: como é que vai ter emprego de qualidade e uma indústria pujante com uma taxa de juros de 14,5%? Isso significa, nos últimos 12 meses, que foram entregues, para quem não produz um prego, R\$1 trilhão. Eu não estou exagerando, não sou eu que fiz esse número: R\$1 trilhão foi entregue de mão beijada para quem não produz um prego.

E a situação do Brasil é essa, você vê trabalhadores... Estava até conversando hoje com um companheiro: o cara está com a comida aqui andando; ele sente o cheiro da comida e não tem dinheiro para comprar. Que emprego é esse? Então, tem que ter uma política industrial que desenvolva a nação, que fortaleça a indústria nacional, e isso só é possível com investimento público de monta. Como é que a Nova Indústria Brasil vai funcionar se tem um limitador chamado arcabouço fiscal, que impede o investimento mais de monta na economia do nosso Brasil? Então, essa lógica tem que mudar para que realmente o povo possa sentir as mudanças acontecendo na sua vida.

Senhores, vocês sabem quantas pessoas estão endividadadas no nosso país? Agora, com uma pesquisa recente, mais de 30 milhões de trabalhadores não conseguem pagar a dívida deles. É claro que essa proposta do Governo vai ajudar, mas não resolve! Objetivamente, não resolve o conjunto da questão!

Então, nós precisamos reduzir drasticamente essa taxa de juros, investir na produção, no desenvolvimento e tal. Não venha me querer, de novo, botar um ajuste fiscal em cima de nós, que prejudica quem tem Bolsa Família, que prejudica o BPC (benefício de prestação continuada), que reduz o aumento do salário mínimo. Isso só serve para dar arma para os nossos inimigos. Então, o povo precisa viver bem, com



dignidade, para poder ter um país soberano. Um país soberano só é soberano se o seu povo é soberano – se ele come, se ele estuda, se ele trabalha com dignidade e tal.

Então, essa semana passada...

(Soa a campanha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... teve, na minha opinião, senhores, duas questões importantes. O Congresso Nacional votou a favor do golpe – do golpe, entendeu? Querem tirar os caras da cadeia, junto com tudo quanto é tipo de bandido que estupra, que mata. etc. e tal. Isso é um retrocesso, é inconstitucional, e nós vamos derrubar. E vamos derrubar porque não é possível viver numa situação dessa no nosso Brasil. *(Palmas.)* Liberar bandido para ficar nos roubando? Que conversa é essa? Nós não podemos permitir.

Ao mesmo tempo, eu considero bastante importante essa questão da jornada de trabalho – da redução da jornada sem a redução do salário – e, através dessa proposta, acabar com a 6x1 – acabar com a 6x1. Isso é muito importante, e nós vamos conseguir. Vamos conseguir!

As demonstrações do Primeiro de Maio no Brasil inteiro foram muito importantes. A marcha que teve aqui – a que a nossa querida Sônia Zerino se referiu – foi chave decisiva e importante para todos nós. Então, nós vamos conseguir. Os patrões podem botar a barba de molho, porque esse papo de que “vai acabar o Brasil”... Não acabou com o aumento do salário mínimo, com os direitos que a gente tem, por que vai acabar agora? A gente tem dados, concretamente, de que vai melhorar a vida do povo.

Por último, eu quero dizer o seguinte. Companheiro Paim, eu sou testemunha, porque eu fiquei perturbando-o aqui um monte de vezes no sentido de pegar as coisas dos trabalhadores e desenvolver: você é um homem importante para o Congresso Nacional, um ser humano ímpar. Eu tive a felicidade de lhe ajudar lá na campanha, junto com vários outros companheiros, lá no Rio Grande do Sul. A situação estava tensa, e o senhor falava para nós: “Vamos ter que jogar pesado”. Jogamos pesado e ganhamos.

Eu não vou pedir para o senhor ser candidato – não vou pedir porque é uma decisão que eu não posso mudar, não tenho o poder para mudar. Mas nós temos que encontrar pelo menos um próximo Paim aqui, está certo? *(Palmas.)*

Nós vamos ter que articular alguém aqui que possa... Porque você, como já disseram aqui, atendeu a todos nós – todas as vezes, que hora fosse. E nunca discriminou nenhuma tendência no movimento sindical; todas – confederações, federações, sindicatos, centrais, A, B, C, D, E, F, G, H, tudo – em benefício do povo. Então, você merece essa honraria que nós demos para o senhor aqui, está certo?

E peço, encarecidamente, companheiros das centrais...

(Soa a campanha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... precisamos contribuir no sentido de que tenha um outro companheiro que possa nos ajudar aqui, porque, na eleição passada, abriram o esgoto e saiu um monte de rato que veio para cá, certo? Evidentemente, não são todos, mas saiu. Olha o resultado da votação que teve aqui. Então, vamos botar esses ratos para o esgoto de novo, de volta, e trazer os melhores filhos do povo para poder defender a classe operária e defender a nação brasileira.

Vida eterna para você! Que Deus te ajude na sua luta! Está certo? Continue nos inspirando, faça livros, faça discursos. Se os caras estiverem vacilando aqui ou lá no Rio Grande, faça uns discursos da hora, bota para o cara ou então manda para a gente porque a gente vem para cima dos caras e faz os caras falarem aquilo que o trabalhador pode fazer.

Eu agradeço profundamente.

Estamos com saudade, mas vamos te encher a paciência.



(*Soa a campanha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Você não vai fugir de nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, de jeito nenhum.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Vamos passar para luta.

Muito obrigado.

Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estarei junto, grande Bira.

Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Olhem, eu vou abrir uma exceção, se vocês me permitirem, porque muitos disseram para mim que não poderiam estar presentes e mandariam um vídeo. Como tínhamos mais de 20 líderes que gostariam de falar, eu disse que o vídeo eu receberia com muito carinho, mas exibir nesta sessão seria impossível.

Neste momento, também já cumprimento o Jacy Afonso de Melo, que foi diretor junto comigo nas centrais e hoje é Diretor da Fetec Centro Norte. (*Palmas.*) Um abraço para você e, na sua pessoa, simbolicamente, a todos que não foram citados aqui, porque não deu para citar todos.

Neste momento, abro uma exceção, porque o Moacyr, da Nova Central, foi um companheiro de todos nós, viu? Todos os anos – por isso é que eu falei a palavra “amarelinho” –, eu não sei como é que ele fazia, mas ele botava uns cem amarelinhos lá nas campanhas dos nossos mandatos. E ele teve um problema sério... Eu vou dizer, Moacyr, porque eu também tive um problema sério e, por isso, é que eu não estive aqui, no dia 15, na passeata, na caminhada das centrais. Estava marcado para eu vir, mas eu tive que me operar – tive que operar, não; tive que ir para o Sírio-Libanês, em São Paulo, fazer uma série de exames porque me recomendaram muito cuidado, não é? E esse é um dos motivos por que eu não aceitei, apesar do carinho de todos vocês, ser candidato mais uma vez. Eu tenho certeza de que seria mais uma eleição em que eu estaria de volta aqui, mas só não aceitei porque eu tenho que fazer esse tratamento da minha saúde, não é?

Mas o Moacyr... Eu vou dizer, Moacyr, que nós não temos o mesmo problema, mas eu tenho um problema com o qual eu tenho muito cuidado. O Moacyr teve um problema sério, operou já duas vezes, se eu não me engano. Vocês sabem mais do que eu, não é? Ele não pôde estar aqui hoje e gravou um vídeo de cinco, seis minutos. Aí eu conversei aqui com a Consultoria do Senado, eles disseram: “Não, se é um sindicalista com problema de saúde e quer muito falar uns cinco minutos...” e abriram, então, para que ele falasse por videoconferência.

Moacyr, os amarelinhos jamais vão esquecer... Olhem ali, ele está de amarelinho. Eu não sabia que ele tinha gravado em amarelo. Vai lá, amarelinho.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para discursar. *Por vídeo.*) – Prezado Senador Paulo Paim; prezado Presidente da Contratuh – na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os dirigentes sindicais aqui presentes –; companheira Sônia, Presidenta da Nova Central – na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres aqui presentes –, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, hoje é um grande dia de agradecimento.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo apoio, pela dedicação e pelo período em que eu estive à frente da Contratuh, do Fórum Sindical, da Nova Central, pelas ações, pelas nossas lutas nas quais estivemos presentes durante esse período em que V. Exa. esteve no Congresso Nacional.

A nossa participação... Gostaria de fazer uma pequena lembrança de que a nossa aproximação com



o Senador Paim começou lá em 2001, no Governo do Fernando Henrique, na época em que já foi tentado alterar a CLT no art. 618, uma oportunidade – ainda os meios sociais não eram os mesmos de hoje – em que o Senador hoje, na época Deputado, saía lá da Câmara, das discussões, e ia trazer as discussões para nós, que estávamos fora do Congresso Nacional porque não nos deixavam entrar. Só entrava dentro da Casa quem era amigo do rei e quem defendia a flexibilização. Lembro, como se fosse hoje, que, para ter acesso à Câmara dos Deputados, nós precisamos entrar com uma medida judicial, através de nosso advogado Agilberto Seródio, que nos permitiu entrar na Câmara dos Deputados.

O Senador Paim foi sempre um guerreiro presente nas nossas lutas. Na oportunidade – eu lembro como se fosse hoje –, num discurso seu na tribuna da Câmara dos Deputados, em que ele contestava a alteração do art. 618, retirou algumas folhas de uma Constituição e encaminhou essa Constituição da tribuna, de onde ele falava, à Mesa Diretora da Câmara, oportunidade essa em que tentaram, inclusive, cassá-lo, mas não foi para a frente. E nesse mesmo discurso, V. Exa. dizia: “Perdemos aqui na Câmara, mas eu vou para o Senado, para discutir novamente e derrubar essa tentativa de flexibilização da CLT”. E a partir desse momento, nós nos tornamos praticamente amigos pessoais, na luta e na defesa dos trabalhadores. Na oportunidade, chamavam-no – criticavam o Senador – de o homem dos US\$100, o homem do salário mínimo de US\$100, e diziam que o Brasil iria quebrar, que não iria suportar o pagamento de US\$100 de salário mínimo. Hoje, está em torno de US\$324 e está muito bem, obrigado. O salário mínimo, o valor dos aposentados, faz parte da economia de muitos municípios que ficam aguardando o dia do recebimento.

Não podemos esquecer também diversos estatutos que V. Exa. aprovou dentro desta Casa e que hoje viraram lei em nível nacional. O Estatuto do Idoso – e aí eu faço um parêntese – quantas noites foi discutido? Inclusive, passamos algumas noites dentro do Senado, junto com os aposentados, com a Cobap, em defesa da Previdência, do reajuste do salário e propriamente do Estatuto. Não podemos esquecer também do da Igualdade Racial, do estatuto do trabalho, que está sendo discutido, da lei da inclusão social, da luta dos aposentados e pensionistas, da CPI da Previdência, em que V. Exa. provou para todo o Brasil que a Previdência não era deficitária, ela era mal gerida, e que o valor que foi tirado da Previdência para outros fins era o que deixava a Previdência deficitária, mas não por causa dos seus aposentados.

E agora vamos lembrar a luta pelas 40 horas semanais. Só para fazer um parâmetro, de 1943 até 1988, já se passaram 45 anos. Nós malmente conseguimos ultrapassar das 48 horas para as 44. Isso foi na época da Constituinte, em que V. Exa. participou efetivamente para essa redução. De 1988 para 2026, já se passaram 38 anos. E aí continuamos lutando para reduzir das 44 para 40 horas.

Já foram feitos projetos. Já fizemos. As centrais sindicais, o movimento sindical já chegaram a entregar outros projetos dentro da Casa, mas não foram para frente. Agora, novamente, V. Exa. está na discussão da 6x1. Esperamos que isso seja ainda aprovado neste mandato do Presidente Lula, no término do seu mandato.

Gostaria ainda de lembrar, Senador Paulo Paim, as eleições. São quatro mandatos para Deputado Federal e três mandatos para Senador. Eu, na Nova Central, na Contratuh, e os sindicatos que participaram da Nova Central tivemos uma participação, eu posso dizer a todos, de muito orgulho e trabalho no Rio Grande do Sul, fazendo parte da campanha de V. Exa.

Hoje, V. Exa., a partir da última sessão em homenagem ao trabalhador, do 1º maio, pode ter certeza do dever cumprido: o seu mandato foi histórico e com muita honradez, porque, no Brasil inteiro – e nós tivemos a oportunidade de andar neste Brasil inteiro em defesa dos trabalhadores –, por onde V. Exa. passa, todo mundo tira o chapéu. Por onde V. Exa. passa, todo mundo o conhece. Se V. Exa. fosse candidato pelo Brasil, eu tenho certeza de que seria o mais votado de todos os Senadores aqui da República. Portanto, lamento profundamente não poder estar presente neste momento, nesta homenagem, mas não



vai faltar oportunidade – ainda falta um bom tempo para terminar o seu mandato. Estaremos juntos, para dar um grande abraço em V. Exa. Parabéns! Pode ter certeza de que seu mandato foi cumprido com muita honradez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, amigo Moacyr.

O depoimento eu sinto que é de alma, de coração. Eu devo lançar um livro no fim do ano com o nome *Fiz Política com a Alma*. Poderia dizer “fiz política com o coração”, mas preferi o título *Fiz Política com a Alma*.

E o Moacyr vocês notaram que estava falando lento, devagar. Ele teve um problema muito sério, senão eu tenho certeza de que ele estaria aqui conosco.

Eu queria dar uma salva de palmas a todo o movimento sindical, na figura também do Moacyr, como a todos vocês. (*Palmas.*)

Agradeço a todos os convidados que estão aqui nesta mesa.

Vamos agora para a terceira mesa e já passo a chamá-los, dando uma salva de palmas a esta mesa. (*Palmas.*)

Vamos tirar fotos, como as outras mesas também tiraram. (*Pausa.*)

Eu gostei do livrinho que vocês fizeram. Vai para a minha autobiografia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Convidamos para compor a última mesa o Sr. Wilson Pereira, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (*Palmas.*); convidamos o Sr. Antonio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (*Palmas.*); convidamos o Sr. João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (*Palmas.*); convidamos o Sr. José Reginaldo Inácio, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (*Palmas.*); convidamos o Sr. Tarcísio Brandão Melo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (*Palmas.*); convidamos agora o Sr. José Antônio Pastoriza Fontoura, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) (*Palmas.*); e, por fim, o Sr. Eduardo Annunziato, chamado também de Chicão, Vice-Presidente da Força Sindical. (*Palmas.*)

Gostaria de registrar que teremos mais duas falas. Não tinha mais lugar na mesa, por esse motivo eles não foram chamados. Nesta mesa ainda, falará a Sra. Adriana Augusta, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, e também usará a palavra o Sr. Alexandre Caso, Secretário Nacional de Relações Institucionais da Intersindical.

Então, passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Wilson Pereira, Diretor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

O SR. WILSON PEREIRA (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, demais componentes da mesa, autoridades presentes nesta sessão, senhoras e senhores, povo brasileiro, é uma data histórica, não sei se não é a última vez que eu falo desta tribuna. Digo isso porque nós temos, nesta Casa, no Senado Federal, o Senador Paulo Paim.

Não sabemos se o movimento sindical vai ter outra oportunidade de falar desta tribuna. Isto é um momento de tristeza. Por outro lado, Senador Paim, é um momento de alegria, de saber que V. Exa. cumpriu, e cumpriu muito bem, o seu papel, aqui no Senado Federal, e vai ter, logicamente, um merecido descanso. Logicamente, nós achamos também que é difícil V. Exa. só descansar, porque não para. Não é verdade?

E, como disse aqui o Patah, não tem como falar do Dia do Trabalho sem falar do Senador Paulo Paim.



Eu conheci esse guerreiro em Curitiba, no ano de 1987, quando lá estive para discutir, com o movimento sindical, as questões trabalhistas. Enfim, estivemos lá, Senador, não sei se V. Exa. recorda, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu lembro.

O SR. WILSON PEREIRA – ... no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lembro como se fosse hoje. Lotado.

O SR. WILSON PEREIRA – Maravilha. Muito obrigado.

Isso se deu, logicamente, em 1987, e ele debateu com as lideranças sindicais as questões da liberdade sindical, a redução da jornada de trabalho, a valorização do salário mínimo, direitos trabalhistas e outras questões.

Mas eu quero relembrar, Senador... A gente precisa lembrar um pouco do passado, e eu digo isso porque, verificando as minhas anotações – eu tenho o hábito de fazê-las –, fui lá e encontrei a Ata da 338ª Sessão, Extraordinária, do Congresso, em 1º de setembro de 1988, sob a Presidência do Senador Ulysses Guimarães. E V. Exa., na oportunidade – lá está na ata –, pediu a palavra e assim se dirigiu ao povo brasileiro:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, indiscutivelmente hoje é um dia histórico. Provavelmente, gerações futuras não passarão por um dia como hoje, em que estamos terminando a votação em segundo turno na Assembleia Nacional Constituinte. Neste momento, gostaria de fazer rápidas considerações [dizia V. Exa].

Primeiro, quero dizer que foram quase dois anos em que estivemos neste palco e me afastei do ambiente natural.

Foram quase dois anos, dois anos sem entrarmos nas greves [...], quase dois anos sem irmos às portas das fábricas, quase dois anos sem estarmos de corpo presente ao lado de trabalhadores.

Foram quase dois anos de luta em uma arena diferente, no plenário do Congresso Nacional Constituinte.

[É emocionante, Senador, fazer a leitura desta ata.]

Hoje, sinto-me como se estivesse terminando uma batalha, mas sabemos que a luta não termina aqui. Concluímos apenas mais uma fase.

Valeu! Levo na mochila as propostas aprovadas, orgulhoso, sim, mas da classe trabalhadora.

Vivi dois anos num palco de estrelas, umas com mais brilho que outras, mas com o mesmo valor, porque tinham apenas o poder de um voto.

Não me arrependo de nada, das negociações, do discurso forte no plenário ou do pronunciamento leve à caça do voto, ou quando as galerias, junto com os trabalhadores, discutiam até mesmo com segurança, para permitir que pressionassem o “Centrão”.

Sim, foi importante. Às vezes, aqui mesmo, dentro desta Casa, me olhavam e notavam que não estava de macacão, avental, botina ou as luvas de couro usadas na fundição. Estava eu não mais como um operário em construção, mas sim como o operário construído de Vinícius de Moraes: de paletó, gravata, camisa branca, no meio dos figurões.

Olhava para traz, e a imagem vinha dos meus irmãos negros, brancos, índios, mulheres, crianças, velhos, enfim de todos os explorados, e cada vez mais entendia que tínhamos que arrancar o que fosse de melhor dessa Constituição para toda a nossa gente e as futuras gerações.

Com o tempo, com a nossa organização, participação e pressão, haveremos de fazer a reforma agrária [dizia V. Exa.]. Podemos não ter o trator, mas serão milhões de pés a arar a terra, num



ruído tão grande, que haverá de atropelar a UDR.

Aqui aprendi a divergir sem odiar; aprendi a admirar, a respeitar, a conhecer pessoas como Cristina Tavares, uma leoa, uma guerreira que luta contra obstáculos da vida e os enfrenta como uma deusa. Não permite que lhe dobrem a espinha. Continua firme na tribuna, defendendo a nossa gente e o seu País.

Sim, valeu.

À classe operária eu quero dizer que isto aqui faz parte do grande jogo do poder. Temos capacidade e competência para construir um país melhor.

Temos que fazer política. Temos que disputar eleições, temos que nos preparar cada vez mais. Este país depende de nós, precisa de nós.

Aos operários quero, apenas, deixar esta mensagem: este palco faz parte do grande jogo do poder. Os trabalhadores provaram que têm competência e devem saber claramente que este país precisa, cada vez mais, de operários em todas as instâncias. Este país precisa da classe operária.

Era o que tinha a dizer.

E aí vieram as palmas, que caíram com brilhantismo para o seu pronunciamento.

Quando V. Exa. se referiu à questão de 23 de setembro de 1988, que falava sobre a questão da publicação da ata da Assembleia Nacional Constituinte, era porque, no dia 8 de outubro de 1988, seria proclamada a nossa Constituição Cidadã.

Deus o abençoe! Deus lhe dê muita força nessa nova caminhada! E estejamos juntos para sempre! Muito obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Chamamos, neste momento, o Sr. Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Senador Paulo Paim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Pois não, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu não fiz a devida consideração ao Diretor Presidente da Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Sr. Wilson Pereira, que resgatou uma ata do tempo em que eu estava lá na Assembleia Nacional Constituinte, fazendo um dos pronunciamentos, porque eu falava quase todo dia na tribuna, porque vinha orientação de quem? Dos trabalhadores: “Fale sobre isso!”. “Fale sobre aquilo!”. Então, eu quero dizer que aquele discurso que você resgatou e achou importante foi construído pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, como eu faço até hoje.

Eu falo quase todo dia, aqui. E alguém: “Mas onde é que tu buscas tanto assunto para falar?”. Eu digo: “Eu não busco. Eles que remetem para mim”. Os trabalhadores remetem, e eu acabo traduzindo nesta tribuna, praticamente todos os dias, como falarei hoje à tarde.

Então, uma salva de palmas a esse trabalho histórico aí. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – E que emocionou a todos nós assim, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É com você, João Domingos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Eu só pediria, por gentileza, que



repusesse meu tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora!

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS (Para discursar.) – Senador Paulo Paim, demais autoridades da mesa, senhoras e senhores aqui presentes e os que nos assistem pela internet.

Literalmente, em todas as oportunidades – e foram várias, centenas talvez, que eu tive – de falar em qualquer público, na sua presença, eu sempre procurei dimensionar exatamente o que significa o Senador Paulo Paim. Eu sempre fiz questão de destacar que o senhor é muito mais do que um Senador, o senhor representa muito mais do que uma bancada de Senadores; eu sempre disse que o senhor representa, na prática, uma verdadeira instituição de defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, do mundo social como um todo. Por isso, Senador, lembrando disso, e é assim que eu penso, deu-me um aperto no coração o seu discurso hoje; pensar que, a partir do ano que vem, nós não estamos perdendo um Senador, nós estamos perdendo uma instituição. E a mais guerreira nos últimos 40 anos aqui no Congresso Nacional, desde a Constituinte, como já foi bem lembrado aqui.

Isso é particularmente preocupante, porque nós estamos vendo a tendência... Nós já temos uma ridícula correlação de forças aqui no Congresso Nacional, e estamos vendo uma tendência de ter muito mais dificuldade.

Mas nós respeitamos, apoiamos a sua decisão. Só esperamos que não percamos você, o Senador, mas a instituição que continue a nos proteger e a nos honrar, como sempre fez.

Mas, Senador, aqui é uma sessão de homenagem ao Dia dos Trabalhadores, e todos os trabalhadores do Brasil têm que comemorar, no mínimo, a possibilidade concreta da redução da jornada.

Mas uma categoria de trabalhadoras e trabalhadores, aqui no Brasil, está especialmente num momento de muito entusiasmo, de muita mobilização, de muita comemoração. É porque, depois de 48 anos... Eu, particularmente, estou nessa luta há muito mais do que isso, porque eu participei da luta pela homologação da Convenção 151, que traz o tripé das relações de trabalho no setor público, com ênfase na negociação coletiva.

Pois bem, Senador: depois de 48 anos, o Presidente Lula, no dia da nossa marcha, assinou o decreto-lei, já tramita na Câmara dos Deputados, que estabelece a negociação coletiva no setor público.

Às vezes, fica incompreensível, porque meio século para conseguir algo tão natural, que somente os servidores públicos não têm, que é o simples direito à negociação, mas nós compreendemos a dificuldade e estamos em fase de comemoração.

Por isso, Senador, eu queria trazer mais um desafio para o senhor.

Nós começamos uma jornada e vamos fazer cinco grandes eventos pelo país inteiro, em cada região, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, e vamos repetir essas mesmas jornadas durante a tramitação aqui no Senado. Então, Senador, esse desafio consiste basicamente em que o senhor empreste, mais uma vez, para nós a sua energia, o seu poder de articulação, a sua credibilidade, reivindicando, desde já, para que possamos também articular, como fizemos na relatoria da Câmara dos Deputados, que o senhor reivindique a relatoria do projeto que tramita na Câmara com o número de 1.893, se não me engano, para que possamos, ao mesmo tempo, ter essa sinergia, mas também uma troca de oportunidades. O senhor nos empresta todo o seu poder de articular aqui nesta Casa, o seu fácil trânsito em todos os partidos, em todas as lideranças, e, em troca, nos oferece a oportunidade de fazer mais uma jornada conosco pelo Brasil, para que os servidores e as servidoras públicas, os trabalhadores em geral, possam expressar, pessoalmente, na sua presença, a enorme gratidão que têm.

Todas as lutas importantes, civilizatórias, humanitárias, de alto impacto no mundo do trabalho...

(*Soa a campanha.*)



O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... passaram por suas mãos, desde a luta do salário mínimo, a valorização do salário mínimo, que foi sua primeira luta, passando pelos negros, passando pelos idosos, pelas crianças, pelos servidores públicos. Eu rememoro aqui, inclusive, que uma grande sessão de homenagem ao cinquentenário da nossa confederação foi de sua autoria. E juntos nós já percorremos este país defendendo as pautas dos servidores públicos.

Então, nós gostaríamos muito de ter essa oportunidade, de um lado, de os servidores públicos expressarem a sua eterna gratidão e, de outro, de o senhor nos ajudar a aprovar algo tão fundamental, mas tão difícil, como é a negociação coletiva. Por quê? Porque os governos, os gestores não conseguem. Eles só enxergam a negociação coletiva como sendo um instrumento de poder do sindicato, e o é, de fato. Mas antes disso, negociação coletiva é a mais importante e poderosa ferramenta de gestão...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – ... o instrumento de gestão que pacifica as relações de trabalho, que antecipadamente e preventivamente supera os conflitos. E isso tudo é traduzido em produtividade, é traduzido a bem da gestão pública e, sobretudo, dos usuários do serviço público.

Então, Senador, terminando, eu quero, em nome dos servidores públicos, antecipar essas homenagens.

Irei pedir que o senhor seja, no mínimo, o construtor máster do movimento sindical junto a esta Casa aqui, nessa nova fase de vida. Eu não pediria isto, mas me deu vontade de pedir, “não nos abandone”. Mas o senhor jamais faria isso; não é justo eu pedir isso, é como se eu previsse uma coisa dessa. Só continue a nos orientar, a nos liderar; a nos liderar e a nos agraciar com tantas vitórias, como o senhor já o fez.

Muito obrigado. Parabéns, meu eterno Senador! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

É como eu digo, eu saio do Congresso, mas não saio do bom combate em defesa dos trabalhadores do campo, da cidade, da área pública e da área privada. Eu sou que nem aquele jogador que gostaria muito de estar na seleção, mas não tinha sido convocado. Agora, se você me convocar, eu vou, para estar nessa seleção junto com vocês, caminhando no Brasil pela jornada de 40 horas e, quem sabe amanhã, ou depois, pela 4x3, né? Por que não as 36 horas, como também a luta dos servidores? O.k.?

Concedo a palavra de imediato ao Sr. Antônio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos. Bom dia à mesa. Cumprimento toda a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim. Realmente, Senador, o senhor fará muita falta nesta Casa – não só nesta Casa, mas na luta do Congresso Nacional em prol do que já foi muito bem relatado aqui.

Quero ressaltar a presença do FST, o Fórum Sindical dos Trabalhadores, junto com as centrais. Estamos todos aqui unidos numa mesma missão, numa mesma trincheira. E também quero falar, principalmente, com quem estiver nos assistindo, quem estiver acompanhando esse trabalho fantástico, porque aqui estão reunidos os representantes de praticamente todos os brasileiros, de todos os trabalhadores do Brasil. E nós temos uma coisa que... Para cada um que está nos assistindo agora, o que eu diria? Tenho certeza de que cada um já passou pelo momento de fazer um foco em alguma coisa que era muito importante na sua vida, de centralizar esforços em coisas importantes na sua vida e viu milagres acontecerem, viu situações se alterarem profundamente, graças a essa força de mobilização própria – sua mesmo – em função de alguma coisa. E a que isso nos leva, mais uma vez? Sabemos que temos aí pela frente situações muito



complicadas para enfrentar, mas, se nós soubermos fazer essa mobilização, esse foco, nós vamos superar este momento e vamos... Já tivemos todos – repito –, todos já tivemos prova de que isso é possível, de que nós podemos, sim, mudar o curso dos acontecimentos.

Então, eu quero referir um pouquinho à fala que foi feita aqui também de falarmos com os trabalhadores, servidores públicos e da iniciativa privada, para que eles venham se somar e despertem para a necessidade e a gravidade dos problemas que teremos pela frente, para que nós nos unamos, para que façamos... E também passemos a usar a inteligência artificial, que muitas vezes é usada contra os trabalhadores – com todo respeito à dinâmica da história, que é irreversível, mas sabemos que muitos postos de trabalho se perdem, muitas situações se complicam –, mas nós podemos, sim, usar a inteligência artificial em favor dos trabalhadores. Nós podemos usá-la para fazer com que haja um equilíbrio nessa relação toda. E isto é da maior importância nós termos em mente: sim, vamos usar a inteligência artificial também em favor dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público e do setor privado de todo o Brasil, em benefício de toda a sociedade.

A gente sempre faz questão de ressaltar que o equilíbrio, o que gera uma relação saudável entre mercado e sociedade, para que ambos caminhem bem, nós precisamos de uma estrutura de Estado sadia, e a gente alerta muito até o próprio mercado. Olha, vocês precisam de uma estrutura de Estado sadia para a própria vida do próprio mercado. Então, nós queremos ter registrado...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERNANDES LIMA JUNIOR – ... – temos um último minuto – e fazer uma mobilização muito grande para que a sociedade perceba a importância das estruturas de Estado, Senador. Os desvios que foram aqui apontados são exceções – os desvios que foram levantados aqui são exceções. A grande estrutura de Estado trabalha pela sociedade brasileira, trabalha pelo Brasil.

Então, fica aqui a nossa mensagem de fazermos uma mobilização muito grande para revertermos os desenhos sombrios que se avizinham e podermos fazer deles bons momentos.

Dentro dos meus cinco minutos, concluo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Sr. Antônio Carlos Fernandes Lima Junior, Presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado, que fez um chamamento geral aí a todos, e estamos juntos.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. José Reginaldo Inácio, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO (Para discursar.) – Paulo Paim, queria de pronto agradecê-lo e, ao saudá-lo, saudar todos os componentes da mesa, a plenária e todos que nos acompanham.

Eu tenho certeza, Senador, de que, se o nosso saudoso José Calixto estivesse neste momento aqui, neste ano, inclusive, em que completamos 80 anos, seria digno de muita honra tê-lo presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Olhem que eu não o fiz em toda a sessão, mas o José Calixto teve um papel numa época que vocês não imaginam!

Reunido todo o movimento sindical no Rio Grande do Sul, ele tinha que decidir: apoiar o peão, o negão, o metalúrgico lá de Canoas ou alguém que já estava no Senado. Ele chegou lá e disse: olha, tenho o maior respeito por quem já está lá, que era uma pessoa que era gaúcha, mas não tem como eu não apoiar



o Senador Paulo Paim.

Eu jamais vou esquecer isso. E eu cheguei, eu e o Olívio estávamos naquele momento para a Constituinte.

Faço só este aparte.

Ele está lá em cima, mas esse episódio, eu jamais vou esquecer e guardei para sempre: José Calixto.

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – José Calixto Ramos.

Neste momento histórico, acaba que nós temos que render homenagem a essa história do Senador Paulo Paim, e, neste momento histórico, emblemático, não se pode dizer que não há nenhuma confusão. É muito claro. A história da classe trabalhadora, sobretudo da proteção social do trabalho tem a assinatura do Senador Paulo Paim. Nós temos que reconhecer isso muito claramente.

Agradecendo às autoridades presentes, aos sindicalistas, à companheirada, aos camaradas presentes de sindicatos, de federações, de confederações e de centrais sindicais, quero dizer da satisfação de poder estar aqui neste ato, ao celebrar o Dia do Trabalhador, também celebrando a história da dignidade humana.

Muita coisa foi falada, muita coisa já foi rebatida, repisada, mas é importante, Senador, trazer aqui alguns elementos.

Nenhuma sociedade se sustenta sem o trabalho. Nenhuma democracia permanece viva quando despreza aqueles que produzem a riqueza coletiva. Nenhum projeto nacional alcança legitimidade quando transforma o trabalhador em peça descartável da economia. O senhor já disse isso para nós várias vezes.

Por isso, esta sessão solene possui um significado especial. Hoje não celebramos apenas uma data histórica. Celebramos também uma trajetória pública que se confunde com a própria defesa histórica dos direitos sociais do Brasil contemporâneo, e é impossível fazê-lo sem reconhecer a figura do Senador Paulo Paim. Nós iniciamos com a homenagem das centrais, outros dirigentes também reforçaram, e eu aqui quero reiterar esta homenagem.

Homenageá-lo, Senador Paulo Paim, é homenagear a persistência da ideia de que o trabalho possui valor humano, social, moral e civilizatório. Em tempos marcados pela precarização, pela fragmentação das relações laborais, pela corrosão da proteção social e pela tentativa de transformar direitos em meros custos econômicos, sua trajetória permaneceu e permanece como uma das vozes mais constantes em defesa daqueles que vivem do próprio trabalho, que dependem do seu próprio trabalho para viver.

Filho da classe trabalhadora, metalúrgico, sindicalista, Constituinte comprometido com a justiça social, Parlamentar cuja história jamais se afastou da realidade concreta do povo trabalhador, ao longo de décadas de vida pública, Senador Paulo Paim, você ajudou a escrever capítulos fundamentais da proteção social brasileira e – por que não? – mundial.

Seu nome está associado a algumas das mais importantes conquistas legislativas do país. Aqui vou repisá-las, já foram faladas várias: o fortalecimento da Seguridade Social, a defesa permanente da previdência pública, a valorização do salário mínimo, a proteção das aposentadorias, a luta pela redução da jornada de trabalho – que é uma luta incessante; ela inaugura a história do movimento sindical, lá na Revolução Industrial, e permanece viva, e a sua defesa, na sua pessoa, é uma constante – a...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – ... defesa da liberdade sindical, o combate à discriminação, a valorização da pessoa idosa, a inclusão das pessoas com deficiência, e poderia citar diversas outras aqui. Mas a sua maior contribuição ultrapassa os próprios textos legislativos. É importante, Senador Paulo Paim, porque há Parlamentares que exercem mandatos e há Parlamentares que se tornam referência histórica de uma causa.



Paulo Paim, você tornou-se uma referência permanente na defesa do trabalho digno, da cidadania social e da dignidade humana. Sua atuação atravessou diferentes ciclos políticos, econômicos e ideológicos sem abandonar aquilo que talvez seja o núcleo ético mais importante da Constituição de 1988: a centralidade do trabalho, da pessoa humana e do valor social também do trabalho.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Senador Paulo Paim, em nome dos trabalhadores e trabalhadoras aqui representados, registramos o nosso reconhecimento pela coerência da sua caminhada pública. Num tempo em que tantas convicções se dissolvem diante das conveniências momentâneas, sua trajetória demonstrou fidelidade histórica à defesa do trabalho, da justiça social e, sobretudo, da democracia, porque não há democracia sem um trabalho consistente, sem a força viva pulsante da ação de quem organiza a classe trabalhadora. É importante também... E sua presença nesta Casa tornou-se, para milhões de brasileiras e brasileiros, símbolo de escuta – conforme muitas vezes foi dito aqui –, de diálogo, acolhimento e, sobretudo, resistência social.

Mais do que homenagear o trabalhador...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – um Parlamentar operário, esta sessão reconhece um compromisso histórico com aqueles que constroem diariamente este país: os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil.

Nesse dia e sempre, Senador, tenha a certeza: é e será reconhecido pelo povo trabalhador como alguém que jamais abandonou suas causas fundamentais.

Que esta sessão solene do Dia do Trabalhador reafirme que o trabalho digno não é apenas uma dimensão econômica da vida; é fundamento da cidadania, é condição da democracia, é expressão da dignidade. E, enquanto houver quem defenda esses valores com sua coragem pública, Senador, a esperança social brasileira continuará viva.

Vida longa ao Senador Paulo Paim! Um grande abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Vida longa à classe trabalhadora! Parabéns!

Esse foi o José Reginaldo Inácio, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que se referiu aqui ao Calixto, porque o Calixto foi um grande Presidente dessa mesma confederação que você hoje dirige com muita competência, com muita maestria, como a liderança que você é.

E o Calixto teve dois episódios: um na Constituinte, como falei do Moacyr; e outro, quando eu inventei que eu tinha que ser Senador. Ele foi lá e fez o mesmo discurso, praticamente.

Muito obrigado!

Concedo a palavra, neste momento, ao Tarcísio Brandão Melo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

O SR. TARCÍSIO BRANDÃO MELO (Para discursar.) – Senador Paulo Paim, estou rouco porque dia 1º foi trabalhoso, tivemos várias atividades.

Falar do Senador é fácil; difícil é ser o Senador.

Sr. Senador Paulo Paim, trabalhadores e trabalhadoras, demais autoridades aqui presentes, recebo esse convite com honra e, sobretudo, com senso de responsabilidade. Estar nesta mesa, em uma sessão especial dedicada ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora no Senado Federal, não é apenas um reconhecimento pessoal; é o reconhecimento da importância da luta da classe trabalhadora brasileira.

O 1º de maio não é uma data comemorativa qualquer. É uma data de memória, de resistência e de



reafirmar dos nossos direitos. É o dia em que lembramos que cada conquista, da jornada de trabalho aos direitos sociais, não foi concedida – foi conquistada com luta, organização e coragem. E é justamente por isso que este momento não é apenas de celebração; é, sobretudo, de reflexão.

Vivemos um período de profundas transformações no mundo do trabalho. A tecnologia avança, novas formas de contratação surgem. Surgem e, ao mesmo tempo, vemos crescer a precarização, a insegurança e a tentativa de fragilização das organizações sindicais. Por isso, debates como o fim da escala 6x1, aqui mencionado, são fundamentais. Não estamos falando apenas de jornada de trabalho; estamos falando de qualidade de vida, de saúde física e mental, de convivência familiar e de dignidade humana. Não é razoável que, em pleno século XXI, trabalhadores ainda sejam submetidos a jornadas exaustivas, com pouco ou nenhum tempo para viver. O trabalho deve dignificar, e não adoecer.

Defender melhores condições de trabalho é defender um país mais justo. Nesse contexto, é preciso reafirmar o papel do sistema confederativo. O movimento sindical continua sendo instrumento essencial de equilíbrio nas relações de trabalho. Sem organização coletiva, o trabalhador fica fragilizado diante das forças econômicas.

O Brasil precisa fortalecer o diálogo social, valorizar a negociação coletiva e garantir que os trabalhadores tenham voz ativa na construção de suas próprias condições de vida e de trabalho. Como Presidente da CNTEEC, entidade que há seis décadas atua na defesa dos trabalhadores em educação e cultura, posso afirmar: não há desenvolvimento sem valorização do trabalho. Não há democracia plena sem justiça social.

Celebrar o Dia do Trabalhador...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO BRANDÃO MELO – ... é, portanto, renovar compromissos: compromisso com a dignidade e com os direitos e compromisso com o futuro. Que este Parlamento continue sendo espaço de escuta, de diálogo e de construção de soluções. Que coloque o ser humano no centro das decisões – isso é fundamental.

Finalizo, e aqui gostaria...

A luta da classe trabalhadora não pertence ao passado. Ela é atual, necessária e continuará sendo enquanto houver desigualdade.

Quero, neste momento, fazer uma pequena homenagem a um grande trabalhador que tem nos auxiliado – a todos nós, a todo o movimento sindical. Quero aqui, na pessoa do Dr. Cristiano, Cristiano Meira, cuja atuação técnica é comprometida...

(Soa a campanha.)

O SR. TARCÍSIO BRANDÃO MELO – ... e tem sido decisiva nas pautas da classe trabalhadora, especialmente como autor e referência do Tema 935, que trata da contribuição assistencial – um debate central para o fortalecimento das entidades sindicais e da própria representação sindical –, dizer meu muito obrigado, Cristiano; no Dia do Trabalhador, você merece essa homenagem.

Senador, para encerrar, quero lhe agradecer muito. É uma pena... Eu queria dizer aqui: *hashtag #ficaPaim*. Você é uma pessoa extremamente importante pela história, pelo movimento sindical, mas eu continuo: fica, Paim! Sei da sua decisão – e eu a respeito – e vamos seguir em frente, mas eu espero que você não saia do movimento sindical e que você continue com os seus discursos, com as suas palavras mesmo que nos bastidores.

Muito obrigado por esse dia, muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode ter certeza



de que continuarei – não aqui no Congresso, mas nas ruas, nas universidades, nas portas de fábrica – fazendo tantas palestras quantas foram necessárias.

Esse foi o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, Tarcísio Brandão Melo.

Passamos agora a palavra ao Sr. José Antônio Pastoriza Fontoura, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA (Para discursar.) – Boa tarde a todas e a todos.

Agradeço ao Senador Paim o honroso convite feito ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O nosso Presidente, Bob Machado, também gaúcho, está num curso no exterior, motivo por que não está aqui nesta homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas posso dizer?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele é tão teimoso como eu sou. Ele me ligou umas dez vezes lá do exterior – não sei onde é que ele está, mas sei que é no exterior – para saber se estava garantida a sua fala. Eu disse: “Está garantida, Presidente”. “Então, tá. Agora, vou continuar a minha jornada.”

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA – Eu me senti muito honrado com essa escolha, mas também disse ao Presidente Bob que qualquer colega de diretoria dos diferentes rincões do nosso país estaria apto a estar aqui presente e fazer esta homenagem ao Senador, porque nós temos um Senador da República que transcende o aspecto apenas territorial do seu estado. Nós podemos dizer, sem medo de errar, que o Senador Paim é um Senador do país, é um Senador dos nossos trabalhadores, do Oiapoque ao Chuí. Não há quem desconheça, sendo trabalhador, o mérito da trajetória do Senador Paim.

Não vou me referir aqui ao nosso dia, o 1º de maio, nem ao objeto da nossa futura jornada 5x2, porque já foi falado com muita propriedade por todos aqueles que nos antecederam. Quero dividir a minha fala em duas partes, o passado e o presente.

No passado, a nossa convivência com o Senador Paim se confunde com a história do Sinait, porque o Sinait foi o primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil, fundado exatamente no dia da promulgação da Constituição de 1988. De lá para cá, passamos a encontrar no Senador Paim uma referência e aquele que nos apoiou nas nossas iniciativas, que eu me permito dizer agora em breves momentos.

Neste passado, sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quando era Ministra a Dorothea Werneck, convencemos a Ministra de que o Fundo de Garantia era um fundo de natureza trabalhista, porque substituía a indenização de antiguidade, e esses 8% do Fundo de Garantia equivaliam a um doze avos da indenização de antiguidade prevista na CLT. De quem tivemos o apoio? Do Senador Paim.

Num segundo momento, apresentamos à Ministra Dorothea uma proposta de MP, trazendo várias modificações na CLT, no tempo em que se legislava a favor dos trabalhadores. Mostramos à Ministra que alguns dispositivos legais estavam completamente inócuos e precisavam de aperfeiçoamento. Cito alguns: prazo para pagamento de rescisão contratual, que não tinha na lei – a inflação naquele período era 84% e grande parte dos empregadores aplicavam o dinheiro no *overnight* e deixavam o pagamento da rescisão contratual para depois que tivessem embolsado esses recursos, e colocamos prazo para rescisão contratual –; acabamos com a farra do aviso prévio dispensado, que só ficou de duas formas, ou indenizado ou trabalhado; e mostramos à Ministra a necessidade de atualizar a questão do trabalho da mulher, porque no passado...



(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA – ... a mulher não podia trabalhar em serviço insalubre e perigoso; para realizar a hora extraordinária, apenas compensação. Fizemos uma mudança equiparando a mulher a todos os trabalhadores com os mesmos direitos e deixando apenas, por questão óbvia, o respeito à maternidade. Apresentamos também uma proposta, nessa medida provisória, de pagamento dos salários, fosse qual fosse a periodicidade, no primeiro dia útil ao período vencido. E o Senador deve se lembrar disso. O Senador Fernando Henrique Cardoso, o senhor e o Sinait. O Senador, na época Deputado Paim, disse: “Vamos fazer esse pagamento acontecer nesse primeiro dia útil subsequente ao período vencido”. O Senador Fernando Henrique Cardoso apresentou uma proposta de conciliação...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA – ... não só no primeiro dia, mas no quinto dia útil, para o pagamento. Nós ficamos desesperados, o Senador lembra disso. Terminada a sessão, a proposta vencedora foi a do Senador Henrique Cardoso e o Senador nos levou a conversar com ele. E a gente disse: “Ministro...” Ou, na época, Senador: “Senador, o quinto dia útil da CLT praticamente restabelece o mesmo prazo de dez dias consecutivos. ”Não, mas a lei diz dez dias úteis.“ Não, Senador, o Decreto-Lei 369, com a mesma equivalência da CLT, trouxe o prazo para dez dias. Ora, quinto dia útil praticamente vai ser elas por elas. O Senador ficou de fazer um projeto apoiando a proposta do hoje Senador Paulo Paim, mas, quando foi para Ministro da Fazenda, esqueceram-se os...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA – Bom, para encerrar, Senador, como já disse o poeta: “Eu, que não creio, peço a Deus por minha gente”. E o que eu quero pedir a Deus neste momento é pelo senhor. Que o senhor continue com a nossa luta, e nós vamos estar sempre juntos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o nosso querido amigo, gaúcho, José Antônio Pastoriza Fontoura, Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; foi Presidente, inclusive, dessa entidade, e dialogamos muito durante esses anos e construímos juntos, naturalmente, algumas propostas que foram importantes para os trabalhadores.

Concedo agora, então, para o último desta manhã tarde, cinco para uma, concedo a palavra ao Sr. Eduardo Annunziato, Vice-Presidente da Força Sindical. E permita que eu diga que a Força Sindical quase que acampou lá em frente ao meu escritório exigindo que eu fosse candidato. Mas, enfim, construímos um entendimento com todas as centrais.

O SR. EDUARDO ANNUNCIATO (Para discursar.) – Bom, quero saudar a mesa aqui, na pessoa do companheiro – permita-me chamar de companheiro – Paim. Na pessoa do companheiro Reginaldo, quero saudar todas as confederações presentes e os sindicatos.

Quero dizer o seguinte, Paim: todas as falas ovacionaram o seu histórico, a sua vida. Mas eu quero dizer: cuide-se para continuar cuidando da gente. É o que eu quero dizer aqui. Cuide-se para continuar cuidando da gente. Você sempre estará junto com a gente, eu não tenho dúvida disso. A coerência, a retidão do seu trabalho demonstra a sua alma – como você falou do livro, eu acho que a palavra é essa mesma.

Como electricista que sou, eu digo o seguinte: um cabo com alma de aço se rompe se perder a sua alma. Você nunca perdeu a sua alma, sempre estive do lado certo da história e do lado do trabalhador. Então, muito me honra estar neste momento aqui podendo falar.

E estou aqui, porque o companheiro Miguel, Presidente da Força Sindical, não pôde estar, porque



está cuidando da saúde também. Então, quero deixar esse registro aqui, um forte abraço que ele mandou para o senhor e dizer que, no dia do meu aniversário, que é hoje, eu ganhei o grande presente de estar aqui podendo usar a palavra nessa plenária histórica, que se tornou mais histórica ainda com os pronunciamentos feitos em referência ao senhor.

Quero dizer aqui, como trabalhador que sou e representando o Dia dos Trabalhadores, que o Senador é um Senador de vanguarda. Geralmente, quando a gente vai ganhando idade, ganhando experiência, a gente às vezes muda um pouco a forma de ser, mas o Senador não mudou. A proposta do Senador é a proposta de vanguarda: 36 horas é a melhor proposta que existe para os trabalhadores hoje – eu quero dizer isso aqui. Lá no nosso sindicato, porque eu acho que a gente tem que viver de exemplos, como o senhor sempre fez, a gente implementou, no Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, a 4x3, porque eu acho que a gente tem que dar exemplo. E funcionou muito bem a 4x3. Na 4x3, para os nossos empregados do sindicato, os trabalhadores do sindicato passaram a produzir mais – os trabalhadores trabalhando numa escala 4x3. E lá, como alguns diziam que não dava para conciliar a escola e tudo, colocando uma horinha a mais, porque tem aquela adaptação para 36 e 40 horas, eles optaram em ficar em 5x2. E falamos: “O.k.”. E 5x2, então, e 4x3 é o que nós temos hoje lá. E funciona muito bem. Voltando para lá, a gente vai implementar 36 para todos, porque eu estava aqui pensando sobre essa questão. Vou falar depois com o meu tesoureiro lá, o Reginaldo o conhece, e nós vamos ajustar essa questão financeira, mas vamos reduzir para 36. Por quê? A jornada Paim, que é de 36 horas, quero dizer aqui – a gente tem que usar esse nome “jornada Paim”, de 36 horas –, é a melhor para os trabalhadores brasileiros e para as trabalhadoras brasileiras.

Quero dizer aqui o seguinte: nós fizemos alguns trabalhos, nos últimos dias, referentes aos ODS. E os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)... O Brasil criou o 18º ODS, que é a questão do racismo; no mundo, são 17. A gente fez um estudo profundo com o auxílio do Dieese e outros companheiros, 200 entidades participando, a gente discutindo, e chegamos a uma conclusão, Paim: não há que se falar de sustentabilidade no país sem falar de valorização do trabalhador. E a gente chegou na questão do salário mínimo: você tem um papel fundamental no crescimento do salário, mas a gente sabe que o nosso salário hoje está distante da realidade de garantir a dignidade plena para o trabalhador e para a trabalhadora. Então, a gente chegou no momento aqui – em conjunto com a nossa confederação, a gente vem trabalhando sobre essa questão – de aumentar o salário mínimo para um patamar maior, acima do que ele está hoje, para garantir a dignidade plena da classe trabalhadora. Hoje, reduzir jornada é fundamental, mas sem valorizar... Enquanto tiver um trabalhador com dificuldade de ter um teto para morar – e temos muito –, com dificuldade de colocar comida na mesa da sua família e dele próprio... Como o Bira falou aqui, é humilhante um trabalhador carregar a comida nas costas, sentindo o cheiro de comida...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO ANNUNCIATO – ... com o estômago vazio, roncando. E é a realidade de muitos trabalhadores hoje. Enquanto tiver gente nessa condição, pessoas nessa condição no nosso país, o movimento sindical vai estar vivo, vai estar lutando.

E eu convoco aqui os trabalhadores, nesse dia de reflexão, a virem junto com a gente para essa luta, para colocar mais Paims aqui no Senado, para colocar mais Paims no Congresso Nacional, porque só assim a gente vai mudar a correlação de força dessas duas Casas e construir leis para o trabalhador, porque hoje o que nós temos são pessoas com ganância extrema e sem uma visão humanitária – e é isso que diferencia o Paim de todos esses outros. Ele é humano, ele veio do Senai, como ele falou, ele sabe, como um garoto querendo progredir, buscando conhecimento. Sem tempo não dá para buscar conhecimento; sem oportunidade não dá para buscar conhecimento. Então é essa humanidade que nós temos que trazer



para dentro do Congresso Nacional.

Então, conclamo os trabalhadores aqui: vamos nos unir a todos e vamos trazer para dentro do Congresso gente com mais humanidade, mais Paims para dentro do Congresso.

Eu vou resumir aqui esta fala dizendo o seguinte: não tem como mudar fazendo as coisas do mesmo jeito, não tem como mudar. Nós temos que romper, tem que haver uma ruptura nesse sentido, e os trabalhadores têm que entender que não dá para encher a Casa de patrão e querer o ganho para o trabalhador. Nós temos que ter mais trabalhadores aqui, pessoas que comeram marmita, que pegaram ônibus lotado, pessoas que conhecem a realidade do dia a dia, para poder alterar a realidade do Brasil, porque não dá para ter um país rico com um povo pobre, não existe essa realidade. E a economia que é defendida muitas vezes nestas duas Casas é essa economia de um país rico com um povo pobre. Isso não faz sentido nenhum, nem para o Brasil, nem para nenhum lugar do mundo. Nós temos que fazer essa avaliação juntos aqui e refletir nesse sentido de construir um futuro melhor para todos. Se o Brasil estiver bem, e tiver ainda um brasileiro passando fome, o Brasil não está bem. Esse é o sentido das coisas.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO ANNUNCIATO – Estamos juntos na luta, e a luta faz a lei.

Forte abraço, gente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Eduardo Annunciato é Vice-Presidente da Força Sindical. E, se você não fala, o Quebra-Mola, lá em Porto Alegre, me mata. *(Risos.)*

O Quebra-Mola é um grande amigo meu lá da Força, que preside o sindicato de Gravataí.

O SR. EDUARDO ANNUNCIATO *(Fora do microfone.)* – Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu, um abraço. E parabéns aqui pelo teu aniversário.

O SR. EDUARDO ANNUNCIATO *(Fora do microfone.)* – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Aceite um abraço coletivo aqui de todos nós nessa tua data. Você podia estar almoçando com a família, com os amigos, mas veio trabalhar aqui no Congresso, porque isso aqui é trabalhar, viu? Se alguém pensa que não... Cada um que está aqui deixou o seu dia a dia para defender os interesses dos trabalhadores.

Agora temos que terminar, pessoal. *(Risos.)*

Por mim, eu ficaria mais tempo aqui e passaria a palavra para cada um de vocês.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado, eu agradeço a todos que nos honraram e aqui participaram de um debate sobre o Primeiro de Maio, mas fizeram muita homenagem a este humilde Senador, que é um admirador do povo brasileiro.

Eu sempre aprendi na vida a ouvir bastante e falar menos. E foi muito bom ouvi-los aqui, porque eu saio daqui com a certeza de que eu aprendi muito mais do que aprendi já nesses 50 anos de vida pública, entre líder estudantil, sindical e Congresso. Mas também aprendi, vocês podem ter certeza, que a classe trabalhadora deste país merece o troféu de primeiro lugar, porque são guerreiros, são lutadores e fizeram este país.

Eu disse no meu discurso – só vou dizer esta frase –: será que nós, que fomos o último país do mundo a conseguir a abolição da escravatura, vamos ser também o último país do mundo a ter uma jornada de 40 horas, ou de 36 horas mais à frente, porque a proposta original, de 2015, diz isso? Eu vou torcer para que não. Estou muito convicto de que as 40 horas nós vamos aprovar este ano, mas deixaremos já como meta, olhando para o horizonte, as 36 horas semanais, para o bem do povo brasileiro, para o bem dos trabalhadores e das trabalhadoras.



Um beijo no coração de cada um de vocês – todos, homens, mulheres. (*Palmas.*) Política faremos sempre com alma. Uma salva de palmas a vocês!

Está encerrada a sessão, mas vamos fazer uma foto aqui com os guerreiros e guerreiras. Subam aqui, por favor. Todos os que ficaram no Plenário têm o nosso convite para subirem aqui e nós fazermos uma foto aqui na frente. Todos e todas, hein! Homens e mulheres, dentro daquilo que eu defendo, sem nenhum tipo de preconceito.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 04 minutos.)



Ata da 46ª Sessão, Não Deliberativa,
em 4 de maio de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência da Sra. Damares Alves e do Sr. Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 15 horas e 48 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa semipresencial destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

Os Senadores presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

Passamos à lista de oradores, que terão até 20 minutos para o uso da palavra.

Chamamos, para ocupar a tribuna, o ilustre Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul, que hoje fez nesta Casa uma grande festa. Nós, hoje, comemoramos nesta Casa o Dia do Trabalhador em uma homenagem justa e merecida.

Senador Paim, 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Presidenta Damares, pode ter certeza que, de minha parte, é uma enorme satisfação poder falar da tribuna sob a sua orientação, como Presidenta desta Casa em exercício, como tem sido na Comissão de Direitos Humanos, quando alguns achavam que a gente não ia se entender, aí chegam e dizem: “Agora vocês se entendem até demais”. (*Risos.*)

Presidenta Damares, hoje pela manhã nós realizamos aqui neste Plenário, por minha solicitação, uma sessão especial para celebrar o 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Entre os convidados, estavam representantes das centrais sindicais, das confederações, líderes dos trabalhadores da área pública, da área privada, do campo e da cidade, ministros ou representantes, magistrados, autoridades, enfim, entidades também da sociedade civil.

O objetivo desse 1º de maio foi lembrar a luta dos trabalhadores, do passado, do presente e a perspectiva para o futuro. Não tem como, nessa oportunidade, não falar da redução de jornada. O assunto mais falado hoje pela manhã foi o debate do fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial; e no segundo momento, claro, depende do acordo que vai ser firmado, avançar para as 36 horas com redução gradual, oxalá seja de uma hora por ano.

A PEC 148, que apresentei em 2015, é a proposta mais antiga em tramitação sobre o tema. Já foi aprovada na CCJ, Rogério Carvalho foi o Relator, está pronta para votação neste Plenário, mas existem outras propostas aqui no Senado, como também na Câmara, de iniciativas mais recentes, mas todas, também, de suma importância. Há duas semanas, a CCJ da Câmara aprovou uma proposta que agora já está numa Comissão Especial. Conforme o Presidente daquela Casa, pretende votar a matéria no Plenário até o fim do mês de maio, chamado Mês do Trabalhador. O Governo Federal também encaminhou uma proposta ao Congresso. Enfim, todas essas propostas têm o mesmo sentido.

Temos que juntar forças para alcançar o objetivo comum, que é melhorar a vida dos trabalhadores do nosso país, e trabalhadoras. O mais importante não é a autoria, é a aprovação, é fazer justiça. Dar fim à escala 6x1 é reconhecer o valor de mais de 100 milhões de brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras, que sustentam este país com a sua mão de obra – gente que constrói, que cuida, que produz, que vive de forma exausta. São pessoas que não têm tempo para descansar, para estudar, para conviver com seus familiares; pessoas que enfrentam jornadas invisíveis, horas no transporte, na ida e volta do trabalho, na responsabilidade doméstica – cuidados com filhos, filhas, idosos –, sobretudo as mulheres, que carregam o peso maior de uma dupla jornada ou até de uma tripla jornada.



Reduzir a jornada de trabalho, antes de tudo, é uma política humanitária.

Presidenta, essa foi a última sessão que presidi em homenagem ao Primeiro de Maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Ao final deste mandato, despeço-me desta Casa – é claro, no final do ano –, mas lembro: foram 40 anos de Congresso; quatro mandatos de Deputado Federal; um de Constituinte, que está incluído nos quatro mandatos; e três de Senador, efetivamente. Reafirmei hoje pela manhã: não serei mais candidato ao Congresso.

Quero fazer aqui um registro que acho importante: as centrais sindicais me prestaram, nesta manhã, uma homenagem que, além da importância dos temas de que elas trataram, acabou levando a mim, e a nós todos, para o lado emocional. Foi esta a cartilha que me entregaram, que tem aqui fotos e trabalhos realizados desde a Constituinte – desde a Constituinte! Então aqui são dezenas de fotos; foram ao arquivo do Senado, naturalmente. Eu achei de muita criatividade, agradeço a todos eles.

Tem aqui fotos... Eu presidindo a Comissão de Direitos Humanos, viu, Presidenta atual? Você que é a Presidenta atual. Fotos da fundação da CUT, fotos de quando eu era bem mais jovem, com barba preta e cabelo preto; fotos que mostram um dia em que eu estava aqui na galeria da Câmara dos Deputados, momentos de debate do salário mínimo – eu estou num deles de joelhos, rezando para que pelo amor de Deus votassem favoravelmente ao salário mínimo –; fotos da CPI da Previdência, do Estatuto da Igualdade, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Juventude, da CLT: jornada de trabalho e resistência, combate à precarização.

Enfim, é uma longa história, e, em algumas breves palavras, eu diria: essa homenagem que as centrais e confederações me prestaram, para mim, foi um momento especial; inclusive, esta revistinha que eu folheei aqui foi produzida pelas CUT, CTB, CSB, Nova Central, UGT, Pública, Força Sindical e Intersindical, com a participação também das confederações. Estão aqui todas as centrais sindicais. O título desta revistinha, que eu aqui mostro, é: Paulo Renato Paim – A Luta Faz a Lei.

Naturalmente, eu já a li. Essa revista resgata a nossa trajetória política e a atuação como representante aqui dos trabalhadores e trabalhadoras no Congresso. Reúne projetos de nossa autoria, projetos que se transformaram em leis, audiências públicas. Enfim, é um grande mosaico da nossa ação parlamentar ao longo dessas quatro décadas.

Recebo essa homenagem com o coração profundamente tocado. Não a recebo como algo individual, mas como expressão de uma história coletiva, a história de um povo que nunca deixou de lutar, mesmo nos momentos mais difíceis. Esse mandato, como bem diz a revista, não nasceu simplesmente na burocracia. Nasceu no chão das fábricas, nasceu no barulho das máquinas, no suor dos trabalhadores do campo e da cidade, nas assembleias, nas greves, na coragem de quem ousou sonhar com dignidade em tempos de silêncio e até de repressão.

Foi na Cipa, na Forjasul, Grupo Tramontina, a quem pertencio até hoje, em Canoas, que aprendi que a vida vale mais que o lucro. Foi no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas que aprendi que ninguém conquista nada sozinho. Foi com as centrais sindicais e confederações, com os movimentos sociais, com a classe trabalhadora organizada que compreendi que a política só tem sentido quando serve ao povo.

Quando cheguei ao Parlamento, não deixei minha origem do lado de fora. Trouxe-a comigo para que eu retratasse aqui dentro o que eu vivi e como está o povo lá fora. Levei comigo cada rosto, cada história, cada luta. Fiz da tribuna uma extensão das assembleias. Fiz do mandato uma ferramenta de resistência, de proposição e de esperança.

Sublinho que o que estou falando aqui consta nessa revista.

Na Constituinte de 1988, estivemos juntos ajudando a escrever a Constituição Cidadã, uma Constituição que reconheceu direitos, que afirmou a dignidade do trabalho, que disse ao Brasil que democracia sem justiça social é incompleta.



Ao longo das décadas, seguimos juntos na defesa do salário mínimo – porque o salário mínimo não é um número, é comida na mesa da nossa gente –; na luta pelos aposentados e pensionistas, na luta pelas pessoas com deficiência, na luta com as mulheres, na luta com os estudantes, na luta com os operários que trabalham em área insalubre, penosa e periculosa, na luta por uma previdência justa, porque ela, sim, é um pacto de solidariedade entre gerações.

Avançamos também na igualdade racial, na lei de injúria, nas cotas. Avançamos no enfrentamento ao racismo estrutural, que ainda marca a nossa sociedade. Antes de chegarmos à Constituinte, no Brasil não tinha cotas, política de cotas no serviço público e nas universidades. Eu tive a satisfação de ser escolhido – até porque eu era o único negro aqui na época – Relator ou autor tanto da política de cotas nas universidades, como também no serviço público.

Lutamos pelos direitos da pessoa idosa, pela inclusão de pessoas com deficiência, pela valorização do trabalho e contra todas as formas de precarização e discriminação. Cada lei, cada projeto, cada audiência pública, tudo isso só foi possível porque houve organização popular, pressão social e consciência.

Essa revista diz algo que precisa ser repetido sempre: sem organização popular, a lei não nasce; sem a disputa e o bom debate na política, a lei não se conserva; sem memória, os direitos se perdem.

Hoje, ao viver este que é o meu último 1º de maio, em que eu presidi uma sessão do Senado, não falo em despedida, falo que saio do Congresso, mas não sairei do bom debate na busca de melhorar a qualidade de vida do nosso povo, porque a luta não termina com o mandato, como a luta não começa com o mandato. A luta é maior que qualquer mandato, quando ele tem o compromisso de fazer o bem sem olhar a quem.

Como disse hoje pela manhã e repito aqui, continuarei ao lado de vocês nas ruas, nos debates, nas universidades, na defesa intransigente dos que vivem do trabalho. Talvez, algumas vezes, volte aqui para falar em alguma comissão ou mesmo em uma sessão temática neste Plenário, porque, enfim, jamais esqueço da minha origem, de onde saí, por que vim para cá e por que chegou a hora de voltar. Eu disse que o homem público tem de saber a hora de iniciar e a hora de parar, abrindo portas, abrindo espaço para que outros assumam este papel do bom debate na política e, por que não dizer, na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores, nas prefeituras, como Governador ou mesmo Presidente da República.

Marco a minha história como alguém que dialogou com todos, mas nunca mudei de lado. Agora, o diálogo fraternal e sincero ajuda todos e não somente aquele que pensa que é dono da verdade. Quem pensa que é o dono da verdade não entendeu ainda que ninguém é dono da verdade. Na sua verdade absoluta, se alguém o convencer de que está errado, você tem que ter a grandeza de dizer: “Realmente, eu pensava assim, mas posso mudar”.

Enfim, eu sou alguém que enfrentou derrotas, mas nunca abandonei os princípios, que acredita profundamente que é possível construir um Brasil mais justo, mais igual e mais humano.

Agradeço de coração a todos que estavam aqui e àqueles que não estavam e, mesmo à distância, contribuíram para que este momento acontecesse. Agradeço aos sindicatos, à federação, à confederação, à central sindical, a cada dirigente, a cada trabalhador, a cada trabalhadora que caminhavam ao meu lado. Agradeço também a todos os congressistas porque, de uma forma ou de outra, eu sempre estive aberto ao diálogo, e eles dialogaram comigo.

Sigamos assim: em um outro momento, vou para outro espaço, mas com o mesmo espírito de defender princípios e fazer política com a alma. Assim, sigamos juntos, com memória, com coragem, com esperança, porque, enquanto houver injustiça, haverá o bom debate; enquanto houver debate, significa que haverá futuro, porque a lei se faz na democracia, na construção coletiva.

E eu sempre digo: com a democracia tudo, sem a democracia nada.



Presidenta, eu termino aqui.

O Senador Girão já chegou. Eu teria quatro minutos ainda, mas é porque não almocei, eu emendei direto aqui. Eu só vou pedir que se pudesse ficar nos *Anais* da Casa estes dois livros: Paulo Renato Paim, *A Luta Faz a Lei*, que eu recebi da CSB, CUT, Intersindical, Nova Central, a Pública, UGT, CTB e Força Sindical. Enfim, todas as centrais sindicais estão contempladas.

E deixo também aqui, nos Anais da Casa – e aqui eu termino –, esse aqui que é *Empregos, Direitos, Democracia, Soberania e Vida Digna – Pauta da Classe Trabalhadora*. Estão aqui as principais propostas que os trabalhadores tiraram dos seus eventos e remeteram para o Congresso Nacional. Creio que todos os Congressistas vão receber.

Era isso.

Obrigado, Presidente, mais uma vez, pela sua gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Paim, que belo discurso.

Mas o senhor vai ficar um pouquinho aí para me ouvir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estou encantada com a homenagem que fizeram ao senhor, uma homenagem justa.

E quando a gente pega a cronologia aqui – em 1979, o senhor já estava numa Comissão interna de Prevenção de Acidentes –, eu tinha 15 anos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Eu tinha 7.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você tinha 7.

E aí a gente vai vendo aqui a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu tinha 29.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente vendo aqui, Senador, a cronologia, ano a ano, como o senhor foi fiel à pauta desde então.

Aí a gente vê a sua filiação ao PT, ali em 1984, porque foi o partido que acolheu os seus ideais. E vejo o senhor muito fiel a esse partido – e isso me chama a atenção –, porque foi o partido que acreditou naquele trabalhador lá da ponta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O partido que investiu, o partido que ousou trazer um homem negro para o Congresso Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para a Constituinte.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E quando a gente vê aqui a pauta, o senhor se manteve fiel às pautas.

E aí, Presidente Paim – que vai ser sempre meu Presidente da Comissão de Direitos Humanos –, tem umas fotos suas aqui que, se colocar uma lupa, eu acho que eu vou estar lá atrás.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vai estar mesmo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Essa foto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... na Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas em alguns movimentos também.



Tem gente achando que eu sou esquerda, não é? Mas como não estar contigo no Estatuto do Cigano? Olha essa foto incrível das ciganas dançando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E você estava lá mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estava lá!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estava lá sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como não estar contigo no Estatuto da Pessoa Idosa? Eu era uma assessora do cantinho e o senhor escrevendo o Estatuto do Idoso.

Como não estar contigo nessa foto, que eu acabei de mostrar para o Secretário aqui, no dia em que nós aprovamos aqui a Lei da Inclusão, a LBI?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A LBI.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E naquele dia, Senador, quando o senhor mostrou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mara Gabrilli, sua querida amiga foi Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... todo o desprendimento para não ser pai e mãe de luta? A gente sabe onde tudo começou, mas o senhor sempre disse: “Não, eu não preciso aparecer, eu não quero protagonismo.”

Como não estar contigo no Estatuto da Igualdade Racial?

Então, tem umas fotos aqui, Senador, que, se alguém olhar com lupa, eu estou lá atrás, bem jovem, te acompanhando. Eu te vi a primeira vez na Constituinte. O senhor era Deputado Constituinte – aquele homem bravo, do Rio Grande do Sul, barbudo –, e eu era uma ativista de corredor.

Eu era uma jovem ativista de corredor na Constituinte e ele, Deputado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Barba preta, cabelo preto, agora é tudo branco. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso, o senhor era bonito, Senador. O senhor era bonito.

E aí, Senador Paim, eu vou encontrar com o senhor novamente em 1998, quando eu venho como assessora para o Congresso Nacional, e o acompanho nos corredores. Em 2015, vim ser assessora no Senado, mas já o acompanhando desde a Câmara. Quando a gente vê a sua trajetória fiel ao que prometeu fazer, à sua pauta, muitos dos direitos do trabalhador que estão garantidos hoje, foi a sua luta.

Inclusive, Girão, tem uma cena dele que você não vai lembrar, você era muito jovem: em 1991, ele fez greve de fome pelo valor do salário mínimo. Ele não achava justo. Foram 72 horas de greve de fome. Ele não achava... Sem quebrar nada, sem fazer barulho, era uma greve pessoal, mas que chamou a atenção do Brasil. Ele não achava justo aquele valor de salário mínimo. Ele tem uma história.

E quando lhe fizeram essa homenagem hoje, Senador, eu quis muito estar aqui. Eu ouvi muito pelo rádio, eu estava acompanhando, estava longe aqui do Plenário e queria muito ter corrido para estar aqui para me unir à homenagem, mas que bom que eu tive esta oportunidade agora. O senhor escreveu o seu nome na história. Não há mais como falar de direitos no Brasil sem citar seu nome, não existe essa possibilidade.

Então, Senador Paim, é, inclusive, uma homenagem muito simples – muito simples –, porque o senhor merecia muito mais. A sua trajetória é uma trajetória de vitória, e acredite, o senhor fez muitos discípulos – eu sou uma delas que acreditou –, o senhor levantou bandeiras que as pessoas achavam absurdas, “nunca ele vai conseguir”, e o senhor aprovou matéria por matéria por causa da sua capacidade de diálogo e de



articulação.

O Congresso Nacional vai perder, o Brasil vai perder, mas nós já ganhamos muito com sua história e com sua dedicação, nós o amamos demais, e me permita falar isso, vai ser mais um vídeo que eu vou apanhar da direita, mas como não declarar carinho, admiração e respeito por um homem que soube dialogar? E foram pautas nobres, Girão: pessoa com deficiência, criança, trabalhador, mulher, idoso... Você não pode falar hoje de direito do idoso sem falar o nome de Paim.

Então, Senador Paim, a homenagem que lhe prestaram aqui hoje... O senhor chamou uma sessão para homenagear o trabalhador e o senhor foi surpreendido, todas as instituições que vieram queriam homenagear Paim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Só um aparte rápido...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se ela me permitir... Se V. Exa. me permitir, não se surpreendam com aquilo que eu vou dizer – e vou passar em seguida para o Senador Girão –: o seu pronunciamento, a senhora não esteve aqui porque estava em outra atividade, e eu sabia disso, mas que fez aqui agora, foi de fato emocionante. Eu peço que ele seja incluído nos *Anais* da Casa junto ao meu que eu fiz minutos atrás.

Senador Girão...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Eu quero só cumprimentar, Presidente Senadora Damares, esse brilhante Senador do Rio Grande do Sul, um homem de bem, um homem que trata todos aqui com muito respeito, nunca vi sair da linha, por mais que, de forma ardorosa, ele defenda... E isso é bonito, não precisa a gente concordar, mas a gente tem que valorizar o bom combate que o senhor faz aqui pelas pautas que o senhor acredita.

Então, eu quero também fazer minha homenagem ao senhor. O Congresso Nacional vai perder um grande Parlamentar, mas que está na história. A Senadora Damares fez aqui esse breve resumo, e isso é consenso. Eu não conheço ninguém aqui, nenhum Senador, que discorde.

E, outra coisa, o senhor também faz algo que quebra paradigma na política, que é enviar para todos os municípios do seu estado, o Rio Grande do Sul, emendas, independentemente de questão política e ideológica do Prefeito e tudo. Isso é muito bonito, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque o povo não tem culpa dessa questão ideológica, dessa questão partidária, política.

Então rendo-lhe minhas homenagens. Que Deus o abençoe e que o senhor continue a inspirar aí tantos outros, não apenas gaúchos, mas brasileiros, com o seu trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado.

Peço, da mesma forma como pedi para a Senadora, e ela autorizou, que o complemento que o Senador Girão fez agora seja incluído também no meu pronunciamento.

Muito obrigado a ambos. Muito obrigado à Casa e à assessoria.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM. (Vide Item 3.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Cartilha Paulo Renato Paim, A Luta Faz a Lei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) –



Obrigada, Senador Paim. Que Deus o abençoe!

Seguindo a lista de inscritos, convido o Senador Styvenson Valentim para ocupar a tribuna, por permuta com o Senador Girão.

Na sequência, o Senador Girão.

Senador Styvenson, do PSDB, Rio Grande do Norte. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Por até 20 minutos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discursar.) – Tá, mas eu não vou usar isso tudo não, porque o tema não é tão agradável. O tema tira o sono das pessoas do nosso país: 80 milhões de brasileiros se incomodam, como eu disse, perdem sono, se desesperam; tem uns que tiram até a própria vida, Eduardo Girão. O tema de hoje é o endividamento do brasileiro.

Infelizmente, o que foi feito em 2023, e nós estávamos aqui, o Renegocia!... Naquele momento eram cerca de 70 milhões de brasileiros, Senadora Damares e nossa Presidente. Para 15 milhões de brasileiros, R\$53 bilhões foram renegociados em dívidas. Ali se tratava apenas de pessoas – CPF –, pessoas físicas, que estavam limpando o nome e, infelizmente, fazendo dívidas outra vez.

Esse número chega a 80% das famílias brasileiras atualmente. O Governo lança o reprograma de combater o endividamento, o 2.0, para combater esse mal que está afligindo a nossa população, e inclui, agora, fiéis, produtores rurais e pequenas empresas. Então, esse número aumentou.

Bom, e o que eu acho interessante nesta nossa fala... Porque seja bem-vindo todo o nosso esforço aqui, como Parlamentares, como Senadores, e também o de um Governo Federal que venha tratar do tema do renegociar dívidas do brasileiro. Como eu disse, não é um tema fácil de falar, porque, só no Estado do Rio Grande do Norte, 49,65% da população, em 2025, população adulta, estava endividada, ou seja, 1,24 milhão de pessoas passam por isso.

Esse número deve subir, uma vez que incluiu novas figuras nesse cenário de reendividamento.

O Rio Grande do Norte ocupa o terceiro percentual, no Nordeste, de inadimplência; perde para o seu estado, Eduardo Girão, e perde para Pernambuco na questão de pessoas endividadas.

O Desenrola 2.0 vem como uma propaganda de Governo, uma iniciativa que a gente defende, louvável, mas que não é definitiva a solução. Por que não é definitiva? Porque o primeiro já se mostrou ser ineficiente. O primeiro, que tratava de 70 milhões de pessoas com CPF negativado... Cerca de 15 milhões de brasileiros passaram por esse processo, e eu não sei dizer nem afirmar, através de pesquisas as quais eu li, se esse número voltou para o mesmo patamar, se essas pessoas que limparam os nomes recontraíram dívidas, através de crédito, e passaram a dever de novo.

E o Governo Federal dá um foco, na sua propaganda, nas *bets*; ou seja, aqueles que, a partir do anúncio do novo Desenrola, versão 2.0, forem renegociar suas dívidas no cartão de crédito, no Fies, com promessas de desconto de até de 90%, vão ficar proibidos de fazer qualquer tipo de jogo pelas *bets*. Ora, isso é louvável! A gente tem um projeto de lei que proíbe, Eduardo Girão... É o Projeto de Lei 2.985, de 2023, que ainda continua parado aqui dentro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Ah, ele está na Câmara – passou por aqui e está parado na Câmara.

Ele extingue a propaganda. A gente sabe que a propaganda é um bom caminho para essas pessoas terem acesso a esse tipo de jogos eletrônicos, porque tem muitos que se enganam achando que vão fazer renda com aquilo.



Eu acho louvável que o Governo Federal use essa trava, que o bloqueio seja no CPF dessas pessoas ao fazerem aposta *online*. Agora, o que o Governo não combate, de verdade – e a gente precisa dizer aqui –, são as causas, realmente, da vida sufocante do brasileiro. E quais são essas verdadeiras causas? A gente sente, Eduardo Girão! Não é porque é Senador, não é porque tem um salário de R\$46 mil, pago quase todo aqui por esta Casa e pelo povo brasileiro, que a gente não sente o que é a inflação, que a gente não veja a nossa moeda perdendo valor todos os dias. Então, é o custo de vida. Segundo pesquisas, no caso AtlasIntel, o endividamento do brasileiro não é exclusivamente culpa das *bets*; pelo contrário, entre todos os vilões do endividamento de cada brasileiro, hoje, que está me ouvindo, as *bets* ocupam acho que o último do *ranking*, mas é um mal que tem que ser combatido. Nem eu, nem o senhor, acho que nem a Senadora Damares aqui concordamos com que as pessoas peguem o pouco dinheiro – e são pessoas que têm já pouco, baixa renda – e acreditem que vão ficar ricos fazendo uma aposta. Então, o Governo está certo em bloquear para quem for fazer essa renegociação, mas, como a pesquisa disse, a dívida que se acumula para os brasileiros se dá nas altas dos preços dos alimentos. Como eu disse, a inflação está consumindo o bolso do brasileiro. A cesta básica está corroendo o poder de compra. Para quem ganha um salário mínimo, ou come ou não vive mais.

Um segundo item, além da cesta básica, são as altas que se dão na conta de água e de luz, que são gastos básicos.

Somam-se a isso os juros abusivos – o nosso país é um dos que tem os maiores. E a gente sabe que o Governo Federal não concorda com a taxa de juros de hoje, mas nada faz para reduzi-la. Ainda bem que a gente tem um Banco Central que controla isso, porque, senão, estaríamos em uma situação bem pior no nosso país.

Levando também o gasto das famílias brasileiras... Eu estou falando mais das famílias, porque já se incluíram agora produtores rurais, novos CNPJs de empresas, as pessoas que têm Fies, que vão ter esse desconto, mas eu estou falando das pessoas que têm CPF, do dia a dia, das pessoas que realmente estão ouvindo e sabem o que é o endividamento, o que é estar com o cartão de crédito sufocado, o que é não ter de onde tirar dinheiro para comprar um remédio nem comprar os seus alimentos. Então, também carece, Eduardo Girão... O real problema não está sendo combatido. Acharam um bode expiatório para propaganda governamental. A propaganda do Governo Federal diz que, a partir de agora, se você fizer o Renegocia, você não vai mais jogar nas *bets*, como se as *bets* fossem o grande causador do endividamento brasileiro, que não são. A verdadeira causa é a inflação, são os juros altos, são os preços de produtos que a gente comprava três, quatro, cinco anos atrás e que o dinheiro de hoje já não compra mais. Então, esse é o verdadeiro motivo de ter hoje 80% da população endividados.

A gente precisa vir aqui e conversar sobre isso, porque fazer o Desenrola 2.2... Vai vir um 2.3, vai vir um 2.4, vai vir um 2.5... Sabe-se que o brasileiro não tem uma educação financeira. Sabe-se que o brasileiro, a maioria, está ali dentro do patamar que ganha R\$3 mil, R\$4 mil, até R\$5 mil com isenção, agora, do Imposto de Renda. Mesmo assim, não supre o desfalque causado por esses itens que foram citados na pesquisa Intel. Não é o Senador Styvenson que está falando, é a pesquisa que está dizendo que o que está destruindo com a renda do brasileiro é a inflação.

No Estado do Rio Grande do Norte, não é diferente. Além da inflação, como todo o Brasil sofre, o Estado do Rio Grande do Norte ainda aumenta impostos, ainda se apodera de dinheiro público, aumentando cada vez mais a carga de impostos sobre o nosso povo, o que torna a vida mais difícil. Não é à toa que, no Nordeste, a maior quantidade de pessoas hoje é de pobres, porque não têm emprego, porque o que ganham não dá para comprar o básico, para pagar as suas contas. Aí fazem as suas dívidas...

“Ah, mas o Governo vem com a proposta de que até R\$100 a gente zera as suas contas”. Isso dá oportunidade de você se endividar de novo. Então, daqui a um ano, dois anos, vão estar essas mesmas



peessoas – segundo o meu raciocínio – no mesmo programa Renegocia. Então, em 2023 e 2024, teve; em 2026, vai ter de novo; em 2028, o próximo... Ou só na próxima campanha, Senadora Damares? Ou só quando tiver uma próxima eleição é que a gente vai cuidar de tratar de um problema sério, que é o endividamento do brasileiro? Surgem em momentos assim, oportunos, para abrir crédito, mas o real problema não está sendo discutido, que seria realmente combater a inflação, o aumento dos juros. Atribui-se o aumento do juros, atribui-se a inflação ao quê? Só às guerras? Há muito tempo, a gente está em guerra, então. Há muito tempo, a gente vem passando por isso, porque há muito tempo que a gente vê o nosso dinheiro desvalorizando, o nosso real já não dando mais realidade de vida para as pessoas.

Senador Eduardo Girão, o primeiro programa, como eu disse, renegociou R\$53 bilhões, e 15 milhões de pessoas foram beneficiadas. Três anos depois, o endividamento parece que bate recorde. Os brasileiros que renegociaram dívidas lá atrás, com os custos de vida, não melhoraram. Pelo contrário, mostra-se que a situação se torna cada vez pior. Tem gente que não está conseguindo pagar nem o feijão, nem o arroz, nem a conta de luz.

A conclusão para o nosso Desenrola 2.0 é que é um remédio paliativo, para esse paciente que é o... Eu não vou dizer o “devedor contumaz”, não, porque não tem como não ser contumaz, não tem como o brasileiro que ganha baixos salários – não tem como – sair de uma situação como essa. Então, não se classifica essa pessoa como “devedora contumaz”, ela é uma devedora por necessidade. Então, não dá para a gente usar essa expressão para eles. Eles vão continuar vivendo, Senadora Damares, em ambientes cada vez mais difíceis; ainda vão continuar perdendo seu sono; ainda vão continuar desesperados; e ainda vão continuar acreditando em propagandas como essa do Governo que vai solucionar o problema. Não é o Desenrola sozinho que vai solucionar.

Como eu disse, Senador Eduardo Girão, não é prática das escolas públicas, nem das particulares, nem do brasileiro saber como gastar. Agora, não é esse o problema também, pois pode ter a educação financeira que for, se o problema real não está sendo combatido... O que já foi dito aqui e repito é que, se o real problema é inflação, se o real problema é o aumento de juros, se o real problema é o que está consumindo o bolso brasileiro, a gente está discutindo outra coisa, a gente está discutindo só o paliativo. A gente está colocando só um remendo para fazer uma boa propaganda e dizer que o Governo e esta Casa estão interessados em que você, brasileiro, limpe o seu nome. Vai limpar temporariamente. Logo, logo, a gente vai estar aqui de novo falando que esse número de hoje de 80 milhões ou 90 milhões só sobe, só cresce, por esse endividamento.

Era essa notícia ruim que eu tinha para dizer. Eu não digo que o programa do Renegocia 2.0 seja ruim, mas ele, sozinho, não vai corrigir o problema do endividamento do brasileiro. Ele, sozinho, não é a solução para esse problema. Ele pode ajudar. O que realmente tem que ser combatido é que a gente devolva para o brasileiro um poder de compra maior, não é o melhor salário, porque nós que ganhamos bem sentimos a inflação... Qualquer brasileiro... Ah, eu não estou dizendo isso aqui por demagogia, não, porque o brasileiro sabe o quanto a gente recebe, o quanto a gente ganha e a gente sente isso. A gente sente isso nas escolas. A gente sente isso quando paga alguém que trabalha na nossa casa. A gente sente isso quando um veículo comprado há três ou há quatro anos era um preço e hoje é quatro vezes maior. Então, esse problema é que tem que ser combatido. Enquanto não for combatido, Senador Eduardo Girão, é só mesmo propaganda governamental de qualquer Governo, não é só do PT, não; é de qualquer Governo que queira enganar a população.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Eu ia pedir, se a Presidente me permite... (*Pausa.*)

Obrigado, Presidente Damares.

Senador Styvenson, eu quero cumprimentá-lo pelo seu discurso. Sempre que o senhor sobe a esta



tribuna, são discursos que dissecam o assunto.

Curiosamente, neste final de semana, eu conversei com alguns estudiosos que trataram dessa tese. Além da AtlasIntel, tem outras pesquisas também em que os economistas estão quebrando a cabeça. E olhe só a tese que foi apresentada por uma grande mente brilhante que tem efetivamente pesquisado sobre este assunto que é o endividamento em massa do Brasil, que, como o senhor colocou aí, está se multiplicando, a cada ano.

A educação financeira, o senhor tem razão, é um fundamento, mas isso é para evitar problema nas próximas gerações, porque, nessas gerações agora, o problema real tem que ser combatido, tem que ser enfrentado.

O senhor falou do aumento dos preços. Olhe essa tese em que a gente pode mergulhar juntos, já que esse assunto interessa ao senhor e a mim também... Nós votamos contra as casas de aposta. Eu, o senhor, a Senadora Damares fomos firmes, perdemos. Isso é a democracia, mas a gente avisou – todos nós –, falta de aviso não foi. E o Governo, eu acredito, é o grande responsável, o Governo Lula, porque colocou a digital junto com o centrão para regulamentar essa tragédia anunciada de apostas, que está levando as pessoas à perda de casamento, à perda de emprego, ao suicídio em massa também... A tese que eu queria colocar para o senhor aqui é a seguinte: se não fossem as *bets*... Olhe só! As *bets* são uma coisa de 2017, vamos dizer assim. Na época do Governo Temer, começou, e o Governo, em vez de cortar pela raiz, proibir, que era o que a gente queria... Um dia, se Deus quiser, vai ser assim. Eu ainda espero que o Governo Lula, seja por interesse eleitoreiro, como esse projeto, seja por outro interesse qualquer, humanitário mesmo, possa tomar uma decisão, o quanto antes, para acabar com as *bets*, porque o crime organizado está soltando fogos, nunca lavou tanto dinheiro como com isso. E a gente sabe também de outros problemas, o comércio perdendo... E olhe só a tese que vai gerar uma discussão interessante: se não fossem as *bets*, essas casas de apostas, que é um advento relativamente breve, o senhor sabe que tem estudiosos que defendem que a inflação estaria maior? Olhe que loucura! E tem lógica, porque a pessoa gasta o dinheiro com as *bets* na intenção de ganhar um dinheiro para ficar rico, como o senhor falou... Muita gente tem essa ilusão, porque as propagandas enganosas tomaram conta, e o senhor e eu temos um projeto, que já foi aprovado aqui, que está na Câmara, para restringir, o ideal era acabar. Essas pessoas jogam – e a gente está vendo nos hospitais psiquiátricos isso, nas manchetes dos jornais –, perdem tudo, perdem a casa, perdem o dinheiro que têm, ficam endividados com agiotas e aí não têm dinheiro para comprar sabe o quê? Comida. Está acontecendo isto a três por quatro no Brasil: ficam sem dinheiro para comida, porque gastaram com as *bets*. Então, se não fossem as *bets*, a inflação estaria ainda maior. Olhe que loucura! Como é a autofagia do que acontece, esse retroalimento negativo desse vício absurdo, dessa droga, que é a questão de casa de apostas.

Sobre esse assunto, acho que a gente podia fazer até uma audiência pública, Senador Styvenson. Não sei se o senhor faz parte da CAS ou faz parte da própria CDH, em que a Presidente é a Damares, se o senhor faz parte da CAE...

A gente podia fazer até uma sessão conjunta – eu me comprometo a assinar com os senhores isso –, para a gente trazer especialistas aqui sobre esse caso, porque a situação está ficando cada vez mais grave, como o senhor falou. Vão ter que vir outras eleições – porque é sempre às vésperas de eleição um projeto desse –, para salvar o brasileiro. E a gente entende essa situação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se a senhora me permite, Presidente Senadora Damares, quero dizer que eu concordo, Senador, que o câncer social e a conveniência de Governo... Eu não nego que as *bets* destroem famílias, mas o Governo está as elegendo como a culpada oficial para mascarar a própria incompetência. Qual é a incompetência do



Governo hoje? Não gerar empregos? Não conter o aumento dos preços? Não controlar a inflação?

Hoje, se você parar para analisar, a gente aprovou aqui carga tributária do nosso país, ou seja, o que tinha sido solução lá atrás – “Ah, vamos aumentar” – eu fui contra. Eu sou contra o aumento de imposto, acho que imposto tem que ser gasto de forma eficiente e não aumentar mais imposto para gastar indiscriminadamente. Eu fui contra aqui o aumento do imposto dos importados, blusinhas, e agora o Governo quer botar a culpa no Congresso, quer botar a culpa na gente. Ainda bem que eu fui contra. Aumentar imposto não é a solução, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte já mostrou isso. Saiu de 18% a carga tributária para 20%, mas continua sem pagar as contas, continua sem ser o órgão maior de gerência econômica para pagar até mesmo um terceirizado.

(Soa a campanha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Falta tudo lá no estado.

Então, isso mostra que as *bets* sozinhas, Senador Eduardo Girão... Concordo com tudo que o senhor disse, sou contra também – sou contra. Concordo com todas as linhas, mas a gente não pode também esconder aqui que o Governo Federal não fez a parte dele e agora vem com propaganda de dizer que as *bets* são a maior culpada, e a gente não pode cair nessa, porque o verdadeiro culpado é o Governo, que não está fazendo a contenção da inflação, não está reduzindo os juros, não está gerando emprego. O brasileiro hoje continua com a mesma vida de cinco, seis, sete anos atrás, com promessas que não vão ser realizadas. Então, ele parte para as *bets* pensando que vai ficar rico. Então, se coloque também no lugar do brasileiro que está pensando que vai jogar e tirar um bom dinheiro – uma ilusão.

Agora, se o Governo pode hoje, Presidente Damares, controlar através do CPF o bloqueio, por que não bloqueia as pessoas que estão justamente dependendo do Bolsa Família, do BPC? Por que essas pessoas que têm essas dívidas, que estão desesperadas, que não conseguem pagar... Por que não bloqueia permanentemente? Se você não consegue hoje ter controle sobre os seus gastos, então seria bom você bloquear esse tipo de gasto, porque isso não é lazer. Se hoje a população não consegue pagar, é inadimplente em 27%, na conta de água, de luz... Se não consegue pagar o próprio alimento nem o remédio, vai conseguir pagar *bets*?

Eu peço, Senador Eduardo Girão, que a gente reflita e que o brasileiro também faça essa reflexão, porque a *bet* não é exclusivamente a culpada do endividamento. É isso que o Governo quer colocar, dando a própria solução de bloqueio. O Governo tem que dizer qual é a ideia e o que foi feito durante esses quatro anos para controlar a inflação, porque a gasolina está subindo e não é por causa da guerra, não. Já vem subindo há muito tempo. A gente paga mais álcool do que gasolina na bomba do carro, então a gente sofre com isso. A gente paga muito mais caro por remédios, plano de saúde... Porque o pessoal pensa, Senadora Damares, que aqui a gente ganha o plano de saúde; a gente paga por ele, os Senadores pagam pelo plano de saúde. Sei que o senhor não tem, Senador Eduardo Girão, que o senhor abriu mão, mas eu faço uso e pago por ele, e está mais caro, cada vez mais.

Então, a gente precisa deixar claro, porque as pessoas não precisam cair nesse engodo, nessa enrolação. O Governo precisa dizer qual é a verdadeira solução... Não é para combater o endividamento brasileiro, não, porque a gente já sabe o porquê, qualquer pesquisa diz a real causa do endividamento brasileiro. A real causa é justamente o que está consumindo o nosso sono: é a inflação, juros altos, não ter emprego, não ter perspectiva de vida.

(Soa a campanha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então,



esse vai ser o desafio para os novos candidatos – ou para os velhos candidatos – ao governo do nosso país.

Obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Styvenson.

Eu quero lhe cumprimentar e só quero acrescentar uma coisa – se me permite – ao seu pronunciamento, e eu acho que o Girão concorda: nós estamos com muita gente no superendividamento por causa da farra dos consignados, e nós observamos isso na CPMI do INSS.

Então, a partir do momento em que, inclusive, algumas associações de aposentados, sindicatos operaram naquela farra dos consignados, nós levamos milhões de brasileiros a um superendividamento. E o que me deixa muito triste, Senador Girão: aposentados, pensionistas e pessoas que recebem benefícios sociais no superendividamento, extremamente endividados; pessoas recebendo 10% do seu salário apenas, porque já são descontados os tais dos consignados que, às vezes, a pessoa nem queria, mas a insistência no celular e o assédio eram tão absurdos...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E isso quando a pessoa dizia não, mas tem aqueles casos em que as pessoas nem diziam não, mas foram fraudadas; pessoas pagando consignados que nunca fizeram e estão sendo descontados no seu salário.

Então, eu acho que é tudo uma grande mistura, e é bem no momento em que vêm as *bets*, então ele faz o consignado para jogar nas *bets*, é um sistema que se retroalimenta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Pega com agiota, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pega com agiota... Eu vou dizer: o senhor trouxe um tema extremamente necessário e a gente vai ter que continuar fazendo esse debate.

Parabéns pelo seu pronunciamento e pelo seu cuidado e dedicação ao seu povo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Senadora Damares, minha Presidente, sobre esse tema do INSS, que a gente combateu na CPMI e a que todo mundo assistiu, o Estado do Rio Grande do Norte tem um grande participante disso, que deveria estar preso, mas ainda está solto e fazendo campanha lá pelo estado – ainda está fazendo campanha lá no Estado do Rio Grande do Norte.

Só que um outro tema que a gente precisa discutir – e eu acho que eu vou trazer aqui para a gente ter essa discussão, porque a fila, hoje, do INSS está três, quatro vezes maior... Ou seja, a gente acabou de passar por um escândalo para o qual, até agora, a gente não viu a solução, a gente não concluiu isso aí. E é um escândalo atrás do outro, um escândalo atrás do outro: é endividamento, é campanha, é Copa, é São João, e o brasileiro vai esquecendo tudo isso.

Só que os problemas que a gente realmente deveria estar discutindo, como eu disse aqui... Porque esses fatores não excluem o que a senhora disse, não excluem o que o Senador Girão falou; tudo isso contribui para o endividamento. Ora, se, em tudo isso que a senhora falou, não tivesse a inflação alta, não tivesse nada disso, talvez o impacto não fosse tão grande, porque é difícil a gente pensar como é a vida do brasileiro hoje, no seu cotidiano, que não consegue pagar um remédio. “Ah, mas tem o remédio gratuito”. Não é gratuito, gente, é pago com dinheiro público. Nada é gratuito neste país.

(Soa a campanha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não



tem nada de graça, não existe propaganda de Governo que diga que algo é gratuito; tudo é pago pelos cofres públicos, que é o bolso do brasileiro.

Então, não existe dinheiro de Lula nem de Bolsonaro, não existe dinheiro de Styvenson nem do Eduardo Girão. Existe dinheiro público aqui dentro. E é isso, sim, que a gente deveria estar discutindo para resolver esse problema, que também passa por isso que a senhora falou, cuja solução eu não vi ainda.

Obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Styvenson. (*Pausa.*)

O.k.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, eu registro a presença na galeria dos alunos do curso de Direito da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Sejam bem-vindos. Vocês estão tendo a honra de assistir a uma sessão presidida pela Senadora mais bonita do Brasil. Sejam bem-vindos... Olhe, concordaram. (*Risos.*)

Sejam bem-vindos ao Senado Federal. Nós estamos tendo uma sessão de debates e de pronunciamentos, não é uma sessão deliberativa, mas sejam bem-vindos. É uma honra recebê-los na nossa Casa.

Na sequência nós vamos ouvir o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Ceará, que tem até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, minha querida Presidente, Senadora Damares Alves. Muito obrigado pela disponibilidade sua de abrir esta sessão. Quero agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre também por abrir esta exceção, já que nós temos uma regra, desde a gestão Rodrigo Pacheco, de que apenas Senadores da Mesa Diretora podem abrir sessões. Já cheguei outras vezes aqui com muita vontade de falar, de denunciar, e não pude fazê-lo por essa medida que eu espero que seja revogada, ainda, até o final do ano.

Eu quero saudar os funcionários desta Casa, os assessores, você, brasileira, brasileiro, que está nos acompanhando aí. Eu sei que a TV Senado, a Rádio Senado chegam aí nos rincões do Brasil. Quando eu estou no interior do Ceará, sempre vem alguém para me cumprimentar e dizer: “Olhe, eu estou assistindo, estou ouvindo”, e isso é muito bom, isso é cidadania para o brasileiro. Parabéns ao pessoal da comunicação da Casa.

Presidente, é o seguinte, eu não vou falar aqui hoje o que eu gostaria muito de falar sobre as declarações do Presidente do PT e da ex-Ministra Gleisi Hoffmann, que disse que deveria ter assinado a CPI ou CPMI do Banco Master. Depois da semana passada, houve um condão mágico que fez essa turma do Governo Lula querer o Banco Master, porque antes eles não queriam, com raríssimas exceções. E eu quero dizer: antes tarde do que nunca.

Eu vou amanhã – hoje, não; amanhã – entrar nesse assunto porque eu acho que a prioridade zero do Congresso Nacional e do povo brasileiro – para que toda a verdade venha à tona, para que o Brasil seja passado a limpo, de fato – é a de que tenha a investigação parlamentar da maior fraude do sistema financeiro do Brasil, porque quem vai pagar o pato é quem está nos ouvindo agora – você, brasileira, brasileiro –, nesses escândalos todos em relação ao Banco Master, com bilhões e bilhões, com gente poderosa envolvida. Enquanto o Brasil não tiver essa coragem de enfrentar, de punir esses responsáveis, o crime de colarinho-branco, a gente vai patinar. Para de patinar, já deu.

Presidente Damares, eu tive a oportunidade, uma semana exatamente depois que a senhora... Inclusive estou chegando do aeroporto direto aqui ao Plenário do Senado, vindo lá de Curitiba, após passar por Ponta Grossa, uma logística difícil. Estou com a roupa com que eu estive ontem na cadeia pública de Ponta Grossa, só coloquei a gravata aqui. E confesso que fiquei muito indignado com o que eu vi e ouvi do preso político clássico Filipe Martins, que está sofrendo tortura – e não é de hoje, é de muito tempo – não



das pessoas que estão lá, diga-se de passagem, dos agentes penitenciários, mas uma chamada tortura da toga no Brasil, que persegue críticos, adversários, por suas convicções políticas. É isso que nós vamos ver aqui, com dados.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a acolhida que eu tive do Sr. Ricardo Scheiffer, que é advogado do Filipe Martins, da Sra. Anne e da D. Telma, que eu tive a oportunidade de conhecer, fui à residência deles depois da visita.

E, só para a gente entender a gravidade disso, o cargo que o Filipe Martins ocupava no Governo em que a senhora era Ministra é o mesmo que o Embaixador Celso Amorim ocupa no Governo Lula, ou seja, alguém de projeção internacional.

E esse homem está comendo o pão que o diabo amassou. Ele é uma pessoa de tanta fé, Senadora Damares, de tanta resiliência, que é de emocionar, de inspirar qualquer cidadão. Até conversões ele está conseguindo fazer lá dentro do presídio, porque não há mal que não venha para um bem maior.

Eu digo aqui a você, brasileira, brasileiro, com quem eu quero compartilhar, porque é um trabalho de solidariedade a partir de agora e de ação firme no bem, na justiça e na verdade, que nós vamos precisar ter, para que essa injustiça suprema cesse no Brasil. Grave demais o que está acontecendo lá.

Sim, eu viajei a Ponta Grossa para visitar por apenas uma hora, marcada no relógio, milhares de quilômetros, para visitar o Filipe Garcia Martins Pereira. Não me perguntem por que o Ministro Alexandre de Moraes, que parece ter uma obsessão por Filipe Martins, liberou apenas uma hora. Não é assim com os outros presos. E olha que nós somos Parlamentares.

É muito estranho constatar que nem com a filha dele, a Aurora, de 6 anos de idade, ele consegue se comunicar, por conta da própria estrutura da cadeia pública, que é outra dúvida gigantesca minha – o que é que ele está fazendo numa cadeia pública, que é um lugar de trânsito, sem estrutura? E eu estive lá, Senadora Damares. A senhora deve ter visto que facções dividem, várias facções, as galerias daquela cadeia pública e pequena, ou seja, corre até risco de vida. Por que estão fazendo isso com esse cidadão brasileiro? Agora, vamos lá, para você entender a gravidade. Esse lugar é totalmente inadequado, com superlotação e alta rotatividade, com todo tipo de crime, como estupro e tráfico de droga.

Estamos aqui tratando de um dos casos mais emblemáticos entre os presos políticos do regime ditatorial formado por Lula e alguns Ministros do STF. Como eu vou destacar neste pronunciamento, ele não é apenas inocente, o Filipe, mas provou materialmente, nos autos, a falsidade de todas, de 100% das acusações.

Eu quero começar, Sra. Presidente, deixando algo muito claro: eu não venho aqui pedir privilégio para seu ninguém; não venho aqui pedir tratamento especial; não venho aqui para discutir simpatia ou antipatia política; eu não venho aqui para falar a convertidos nem para provocar adversários. Eu venho falar da Constituição brasileira. Eu queria pedir à Secretaria que me trouxesse aqui uma Constituição, a Carta Magna do nosso país. Eu venho aqui falar de ilegalidade.

Muito obrigado.

Está aqui. Está aqui o que a gente tem que seguir. A gente jurou. Eu venho aqui falar em dignidade humana, eu venho aqui falar de um brasileiro que está preso, acredite se quiser, há 814 dias. Eu estou vendo crianças, aqui no Plenário, coincidentemente da idade da filha dele. Peço à TV Senado – e agradeço – que as mostre.

Sejam bem-vindos todos vocês. Filipe Martins não pode ver a filha. Lá não tem condições, falta estrutura. Eu repito: são 814 dias preso – Senadora Damares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não é por acaso que a senhora está sentada aí agora, não existe coincidência –, 805 dias como preso preventivo, o Filipe Martins.

É preciso que o Brasil entenda o que isso significa. Prisão preventiva não é condenação. Prisão



preventiva não é castigo. Prisão preventiva não é instrumento de humilhação. Prisão preventiva não é ferramenta de pressão psicológica. Prisão preventiva não existe para quebrar um homem, para afastá-lo de sua família, para isolá-lo de sua fé.

Ele nem sequer pode receber auxílio espiritual, Senadora Damares, lá. Ele não pode receber, porque não tem estrutura. Não é permitido também por essa decisão bárbara do Ministro Alexandre de Moraes.

A prisão preventiva no Estado democrático de direito é medida excepcionalíssima. Ela deve ser fundada em fatos concretos, atuais, verificáveis e, sobretudo, deve ser proporcional. Mas o que aconteceu com Filipe Martins foi o contrário. Filipe foi preso em 8 de fevereiro de 2024, sob uma premissa que hoje se sabe falsa, a de que ele teria viajado aos Estados Unidos da América no final de 2022, uma viagem que ele não fez, uma viagem que ele jamais fez, uma viagem que foi usada como fundamento para dizer que havia risco de fuga, uma viagem que foi usada para sustentar a narrativa de que ele teria deixado o país, uma viagem que hoje está no centro de um escândalo internacional, porque, segundo informações já reconhecidas oficialmente por autoridades americanas, há investigação sobre possível fraude em registros migratórios dos Estados Unidos.

Estamos partindo para uma questão grave diplomática por causa dessa sandice. Isso depois de o próprio CBP (Customs and Border Protection), equivalente à nossa alfândega aqui no Brasil, ter oficialmente negado a entrada dele nos Estados Unidos em dezembro de 2022 – disse que ele não entrou nos Estados Unidos da América.

A defesa apresentou, Presidente, diversos elementos de que ele estava no Brasil, elementos físicos, provas documentais. Quando a narrativa da viagem caiu, esperava-se que o erro fosse reconhecido, que a cautelar fosse revista, que a liberdade fosse restabelecida e que as autoridades dissessem, abro aspas: “Houve um equívoco. Vamos corrigi-lo”. Esse é o princípio básico, inclusive, ter a humildade de reconhecê-lo. Mas, não; é soberba – não brinca, ela precede a queda, quero avisar, mas ela foi colocada em prática.

Quando um fundamento ruiu, outro apareceu, e, então, Filipe foi mantido preso por uma segunda acusação igualmente absurda: um suposto acesso a uma rede de busca de emprego. Não é para rir, não. Não é piada, não. O LinkedIn, busca de emprego, como se isso demonstrasse risco concreto. Só que a própria Microsoft, olha só, segundo a defesa, reconheceu que esse acesso nunca existiu. Então, nós estamos diante de uma sequência que desafia a lógica, Presidente.

Primeiro, prenderam Filipe por uma viagem que ele não fez; depois, sustentaram restrições por um acesso na internet que não ocorreu. E, ao longo desse caminho, aquilo que deveria ser o centro de qualquer processo penal – a prova – foi sendo tratado como detalhe inconveniente. Quando a prova servia à acusação, era prova robusta; quando a prova contrariava a acusação, era ignorada, minimizada ou reinterpretada.

É esse o ponto central a que eu quero chegar: quando a realidade precisa ser torcida para caber em uma condenação, alguma coisa muito grave aconteceu. Filipe foi preso por um crime que, comprovadamente, não cometeu. Isso, no mínimo, exigiria muita prudência, dúvida razoável e respeito ao princípio mais básico do processo penal: na dúvida, absolve-se.

Mas aqui parece ter vigorado outra lógica: na dúvida, condena-se; na prova contrária, ignora-se; na contradição, escreve-se uma narrativa maior. E eu pergunto: que Estado democrático de direito é esse em que a prova que absolve vira inconveniente, a prova que contradiz vira irrelevante e a prova que não existe vira fundamento da prisão?

Eu visitei, acompanhei e recebi informações sobre a situação de Filipe Martins, Sra. Presidente, não apenas como homem público, mas como ser humano, e é impossível ficar indiferente. Filipe está sendo mantido na cadeia pública de Ponta Grossa, no Paraná, por determinação do Ministro Alexandre de Moraes, apesar de sucessivos alertas do Departamento Penitenciário do Paraná sobre a inadequação da unidade. O próprio departamento penitenciário não recomenda, e o Ministro insiste.



Como é que pode isso? O que está por trás disso?

E aqui eu quero ser muito preciso: não se trata de reclamação genérica, não se trata de desconforto comum de quem está preso, não se trata de pedido de luxo. O próprio Departamento – repito – Penitenciário do Paraná produziu relatório e solicitou a transferência de Filipe Martins para outra unidade mais adequada ao caso.

A autoridade penitenciária alertou para riscos concretos à integridade física e moral de Filipe Martins; alertou para problemas estruturais; alertou para superlotação; alertou para o perfil da população carcerária; alertou para o fato de que aquela unidade é uma porta de entrada do sistema penitenciário...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não um local adequado para recolhimento prolongado, muito menos para execução da pena. Mesmo assim, segundo as informações que nos chegaram, o pedido vem sendo solenemente ignorado há quase dois meses. Quase dois meses, isso mesmo! Filipe segue isolado.

Em 2024, ele já havia sido submetido a dez dias em uma solitária, sem iluminação. Imagine, você, que está nos ouvindo, nos assistindo, numa cela, num cubículo, dez dias, sozinho, sem luz. Feche os olhos. Imagine que você está num lugar pequeno, dez dias. Isso é tortura ou não é? Tortura em série, diga-se de passagem.

Presidente querida, a situação é muito grave, muito grave.

Olhe só a sequência disso. Agora, de 3 de março até 3 de maio de 2026, agora, neste ano, foram 60 dias em isolamento em uma ala de apenas 4m² – 60 dias. A coisa só piora. Em uma ala de 4m², isso não é normal, gente. Isso não é compatível com a dignidade humana. Isso não é uma execução penal civilizada. O Estado pode prender alguém quando a lei permite, o Estado pode executar uma pena quando há condenação definitiva; mas o Estado não pode esmagar uma pessoa, o Estado não pode converter custódia em degradação, o Estado não pode usar a prisão como um ambiente de abandono moral!

E não é só isso. Você acha que já chegou no fundo do poço? Não.

Filipe tem sido impedido de exercer direitos básicos que são reconhecidos aos demais internos, todos os outros – o direito à assistência religiosa, por exemplo. Desde que foi preso, Filipe vem sendo proibido de ser atendido por líderes religiosos que atendem aos demais internos. A justificativa, segundo o relatado, é que esses religiosos não poderiam sequer falar com ele. Gente, é um ser humano! Nós não estamos na época medieval, não, na Idade Média, nas masmorras da vida! Meu Jesus! Ora, a liberdade religiosa não é prêmio, não é concessão graciosa, não é favor do carcereiro; é direito fundamental. O preso não perde sua alma ao entrar no sistema penitenciário. O preso não perde sua fé. O preso não deixa de ser gente.

A Constituição – está aqui ela, quem está nos assistindo está vendo que eu estou com ela na minha mão direita – garante a liberdade de crença. A Lei de Execução Penal reconhece a assistência religiosa, e a dignidade humana exige que o Estado não trate a fé como ameaça!

Também há o drama familiar: Filipe tem uma filha de apenas 6 anos – como eu disse, a Aurora. Desde que ele foi transferido para a unidade atual, ele tem sido impedido de manter contato com essa criança, enquanto os demais internos, segundo as informações recebidas, têm direito a videochamada com seus familiares ao menos uma vez por mês! Até isso está sendo negado a ele! Esse tempo não volta! Essa criança não está com... Com toda essa injustiça, essa criança está crescendo longe do pai, sem ver o pai; só o vê por foto.

Eu pergunto: qual é o risco institucional de uma criança de 6 anos falar com o pai? Que ameaça à ordem pública existe em uma filha ver o rosto do próprio pai? Que democracia se fortalece impedindo uma criança de ouvir a voz paterna? Inclusive, ele mostrou a foto da filha para mim, com os olhos marejados.



Isso é uma... é como se fosse uma facada nas costas que o Estado está perpetrando contra esse cidadão. Enquanto todos os outros presos do Brasil podem, ele não pode. Que coisa! Punir o homem para além da pena já é grave, mas punir uma criança junto com ele é crueldade.

Há ainda outro ponto gravíssimo: a restrição ao contato com os advogados. Ah, OAB! Alô, alô, OAB! Filipe tem tido contato limitado apenas com os advogados habilitados nos autos da ação penal brasileira. Com isso, tem sido impedido de conversar pessoalmente ou por vídeo com advogados que o representam em outros processos, inclusive em outros países...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... como os seus advogados lá nos Estados Unidos. Ele não pode conversar! Olhem o direito sendo negado! Isso viola frontalmente o direito à defesa; viola o Estatuto da Advocacia: o art. 7º, III, da Lei 8.906 é claro ao assegurar ao advogado o direito de “comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes [...] [estiverem] presos, detidos ou recolhidos [...]”.

Sra. Presidente, isso não é apenas uma sucessão de irregularidades, isso é um padrão de tortura; é quando o padrão é sempre contra o mesmo indivíduo, sempre contra a liberdade, sempre contra a família, sempre contra a defesa, sempre contra a fé.

O Senado Federal não pode se calar! Este Senado tem o dever de fiscalizar, tem o dever de denunciar abusos, tem o dever de defender garantias fundamentais. Direitos fundamentais existem sobretudo para proteger quem está sob o peso máximo do Estado.

A democracia não se mede pela forma como trata seus favoritos, mede-se pela forma como trata seus adversários, seus críticos, seus acusados, seus presos.

E é por isso que o caso Filipe Martins importa para todos nós.

Hoje é Filipe, amanhã pode ser qualquer cidadão – coloque-se no lugar dele – que se veja diante de uma acusação sustentada por premissas falsas, por provas distorcidas ou por uma engrenagem institucional que não admite voltar atrás.

Encerrando, Sra. Presidente, aqui eu quero fazer uma observação importante...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a derrubada do veto à chamada Lei da Dosimetria – eu, a Sra. e a maioria dos Senadores votaram para derrubar o veto vingativo do Lula – abre uma discussão jurídica relevante sobre a revisão da pena e sobre a aplicação de parâmetros mais proporcionais quando cabíveis.

Isso não é favor, isso não é anistia disfarçada; é a aplicação da lei penal mais benéfica quando juridicamente incidente, é a individualização da pena, é proporcionalidade, é execução penal nos termos da lei.

O que se pede, no mínimo, é que Filipe Martins seja tratado como qualquer outro cidadão brasileiro deveria ser tratado: com respeito à prova, com respeito à legalidade, com respeito à sua dignidade, com respeito à sua defesa, com respeito à sua família e com respeito à sua fé.

Eu encerro, Sra. Presidente, pedindo o mínimo de bom senso das pessoas de bem deste país...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É hora de as pessoas de bem se manifestarem de forma ordeira, pacífica, mas de forma firme.

Isso não deveria ser pregar no deserto; isso importa a todos nós. Que a lei seja cumprida, que se



acabe com essa sanha de revanche. Parem a perseguição política no Brasil enquanto é tempo! São vidas!

Eu encerro com esse profundo pensamento nos deixado por Francisco Cândido Xavier, o grande Chico Xavier – a minha vida, Senadora Damares, é antes e depois de ter conhecido a obra desse homem, desse mineiro.

Olha a frase dele: “Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim”. Isso vale para o Ministro Alexandre Moraes, para a sua equipe, para as pessoas de bem que se mantêm caladas diante disso, para este Senado Federal, que já deveria ter exercido, segundo a Constituição, a sua prerrogativa de impitimar quem está violando a Carta Magna deste país. E começa a dar sinais, o Senado – graças a Deus! Que se mantenha assim...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de que está se levantando.

Mas chegou a hora da capacidade de reflexão de cada um de nós, porque cada dia, para esse cidadão, Filipe Martins, significa um ano para outras pessoas que estão livres.

Que a aurora dos novos tempos da verdadeira justiça, da democracia volte a esta nação, que é o coração do mundo, a pátria do Evangelho.

Muito obrigado pela extrema tolerância benevolente que a senhora teve nesse meu discurso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão.

Eu o convido para assumir a Presidência, porque eu quero fazer o meu pronunciamento, inclusive completando o que o senhor trouxe à tribuna nesse momento.

(A Sra. Damares Alves deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra, Senadora Damares Alves, daqui, do Distrito Federal, que também é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa revisora da República.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Obrigada, Presidente.

Antes de começar a falar os dois assuntos que me trouxeram a esta tribuna, eu quero cumprimentar as pessoas que estão nos visitando na galeria. Sejam bem-vindos! Esta Casa os recebe com muito carinho. Observem que o nosso Plenário é lindo, esta Casa é linda e não se esqueçam de olhar para o teto, que é maravilhoso. Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal!

Sr. Presidente, antes de eu entrar nos dois assuntos que me trouxeram, eu só quero fazer um complemento à sua fala.

O senhor disse que o Ministro Alexandre nos liberou para visitar o Filipe por uma hora, mas o Brasil tem que saber que, no meu caso, foram 30 minutos, domingo de manhã, no interior do Paraná. Então, para a gente chegar lá, a gente tem que sair no sábado, dormir em Curitiba ou em Ponta Grossa – que ficam a 140km –, alugar um carro, dirigir pela estrada e chegar no presídio antes das 8h, numa fila com as esposas dos outros presos. Foi isso que nós passamos, sem nenhum privilégio por sermos Parlamentares. Em um certo momento, eles nos chamam para uma sala. Aí eu estava, inclusive, na chuva – lá chove –, e fiquei com muito dó porque as esposas ficam na chuva. Tive a chance de estar com o Filipe na sala da OAB, como o senhor. Estou fazendo um relatório. Não quis falar muito, na semana passada, sobre isso, porque, na semana passada, o foco deste Congresso era outro, mas eu saí de lá muito comovida com tudo o que vi.



A minha preocupação, Senador, é que aquelas galerias estão divididas em facções, que nós temos criminosos perigosos naquela unidade. Aquele presídio está dividido por galerias com facções, com criminosos perigosos. Filipe, neste momento, está separado, mas ele já dividiu cela com criminosos perigosos. Que Deus tenha piedade do Filipe, porque está preso por uma viagem que não fez, por um golpe que ele não deu; está preso por documento que não existiu, por um falso registro de entrada dele nos Estados Unidos. Eu espero que essa investigação nos Estados Unidos avance e se descubra o que, de fato, aconteceu. Mas é um jovem, um jovem lindo. Eu tenho um amor tão maternal por Filipe, porque eu o conheci antes de ser Ministra; eu o conheci, estudando sobre tudo o que acontece. Filipe trabalhou anos na Embaixada dos Estados Unidos, é um menino culto, preparadíssimo. Ele é um jovem, gente – ele é um jovem –, de 36 anos. Quando eu fui Ministra, ele foi ser Assessor Especial do Presidente Bolsonaro na área internacional. Ele é um menino na dele, quieto, que trabalhava muito, me ajudou muito nos fóruns internacionais de que eu participei, nos orientando. Eu tenho saudade do Filipe. E desde que nós nos separamos, que o Governo acabou, eu não tinha estado com ele. E domingo passado eu gastei o meu tempo com ele, de manhã. Tiveram um pouquinho de tolerância, porque estava chovendo muito quando eu entrei. Não consegui abraçar a esposa, mas estive com o Filipe. E eu estou entregando o relatório.

Mas, Presidente, o que me traz a esta tribuna – primeiro, eu estou de laranja. E espero que todo mundo tenha percebido a cor da minha blusa. Nós temos mais convidados aqui. Sejam bem-vindos ao Senado Federal – é que nós começamos o Maio Laranja. Nós estamos no quarto dia da campanha Maio Laranja, que é um mês dedicado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

E aí, Presidente, nós vamos ter que falar sobre isso.

Este final de semana o Brasil se chocou e todo mundo ficou falando muito, nas redes sociais, do estupro coletivo de dois meninos, que aconteceu em São Paulo, em que adolescentes – e parece que um ou dois já com mais de 18 anos de idade – estupraram, de forma bárbara e, além de terem estuprado, filmaram o estupro de duas crianças e colocaram nas redes sociais. E todo mundo ficou chocado, porque as imagens chegaram até vocês. E quando as imagens chegam, chocam. Mas aquilo acontece o tempo todo. Desde o momento em que eu subi aqui na tribuna até a hora em que estou me dirigindo ao senhor agora, Presidente, no mínimo, quatro crianças foram estupradas no Brasil. Essa é a realidade do meu país. E a realidade do meu país é bem pior: não são só crianças, mas bebês e recém-nascidos estão sendo estuprados no Brasil.

E agora, Senador Girão, o que está acontecendo é que não estão mais vendendo o vídeo do bebê estuprado. Foram além: vendem o *link* para você participar ao vivo do estupro de um bebê. E esses *links* têm valores. Dependendo do valor que você pagar, você pode dizer, do outro lado da câmera, o que você quer fazer com aquela criança. Então, dependendo do valor, você diz para o estuprador o que fazer e ele tem que fazer porque você pagou para isso. São monstros, são bárbaros. E infelizmente a internet virou um paraíso de bárbaros. E a gente vai ter que falar sobre isso.

Houve um momento em que eu era praticamente uma voz solitária no Brasil e fui chamada de louca por muito tempo. “Imagina que tem estupro de bebê. Essa mulher é louca. Imagina que tem criança sendo estuprada no Marajó. É louca!” Inclusive, não sei se o senhor sabia que o Messias, que foi candidato ao Supremo Tribunal, em 2024, ele entrou com uma investigação sobre *fake news* do Marajó, investigando Damares, porque eu menti que tinha estupro no Marajó, que tem estupro no Brasil.

Mas maio está aqui. É Maio Laranja. E eu quero convidar todo mundo a participar da campanha.

Faça o seguinte: faça uma postagem, pegue o seu perfil no Instagram e coloque laranja. Eu estou disponibilizando inúmeros cartazes, *banners*, imagens. É só entrar no meu perfil, mandar e eu mando para você um por dia, mando um *kit* para você usar. Fale.

E nós precisamos ensinar nossas crianças a denunciarem, Presidente. As crianças precisam ser



orientadas. E aproveitando que têm pais aqui, têm pessoas aqui, deixe-me dizer uma coisa: converse com os seus filhos e fale uma palavra que funciona muito: “Alguém está fazendo carinho esquisito em você?” É porque, quando você fala de abuso, a criança não entende a palavra abuso, mas pergunte: “Alguém está fazendo algum carinho esquisito em você?”

Nós precisamos empoderar as crianças. Se alguém tivesse me empoderado aos seis anos de idade, quando eu fui barbaramente estuprada, se eu soubesse que eu podia gritar, eu teria gritado! Se eu soubesse que aquelas investidas todas – porque foi uma série de investidas –, que aqueles carinhos eram esquisitos e proibidos, não teria acontecido comigo o que aconteceu com o homem que estava hospedado na minha casa. Então, a gente precisa proteger as crianças no Brasil. E eu convido todos a estarem comigo na campanha do Maio Laranja.

Quero cumprimentar os demais que estão chegando. A nossa galeria hoje está bonita, não é, Presidente? Entra uma turma, sai outra. Sejam todos bem-vindos ao Plenário do Senado Federal. Não esqueçam de olhar para o teto. Esse teto é incrível, é lindo! O guia depois vai explicar para vocês. Este Plenário é muito lindo.

Presidente, eu quero falar, especialmente com vocês que estão me assistindo de casa, com você, mãe de uma criança com deficiência, agora, sobre um outro tema, que é o desconto de IPI para carros de pessoas com deficiência. Quero falar com mãe e pai de criança com deficiência; com você, pai, que acorda de madrugada e luta todos os dias para dar um pingão de dignidade ao seu filho. Gente, meu coração está muito triste com o que vou denunciar aqui hoje. É de chorar, é revoltante! Eu acabo de receber, Presidente, um documento da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência, e o que tem aqui não é um ofício qualquer, não, é um pedido de socorro da associação, um grito de desespero contra uma maldade, contra uma covardia que o atual Governo está fazendo com quem sofre tanto. Sabe a isenção total do IPI para a compra de veículos por pessoas com deficiência? Aquela, Presidente Girão, conquista histórica da Lei 8.989, de 1995. Olhem quantos anos tem esse dinheiro garantido para que a pessoa que tem deficiência tenha desconto de IPI, para comprar o carro mais barato. Desde 1995. Lutamos tanto para manter viva essa lei até 2026, esse direito até 2026. Pois é. O Governo deu um jeito de passar a tesoura. De alguma forma, conseguiram cortar o direito dessas famílias, porque nós temos um Governo que só pensa em arrecadação. Eles estão reduzindo os descontos para 10%. As próprias montadoras já avisaram: era um desconto total do IPI, agora vai ser só 10%. E sabe como é que fizeram isso? Escondidos, na calada da noite.

Agora, acredite, Senador, no que fizeram conosco aqui dentro do Plenário. Na Lei Complementar 224, que entrou em vigor agora, em 1º de abril... Pelo amor de Deus, parece uma piada, mas foi no dia 1º de abril, no dia da mentira, mas é uma tragédia real que estou falando aqui... Eu avisei, lembram que eu votei contra esse projeto de lei? E o senhor também votou! Eu gritei que tinha uma armadilha, eu alertei dentro do Plenário: nós falamos de um jabuti dentro do projeto de lei. Eles misturaram o direito fundamental da pessoa com deficiência em um projeto sobre apostas de cota fixa – lembra-se disso, Senador? –, sobre imposto de jogatina, sobre responsabilidade fiscal. O que isenção de carro de cadeirante tem a ver com imposto de jogatina?! Aqui, estava todo mundo falando de aumentar o imposto para jogatina, aí apresentaram um jabuti dentro desse projeto de lei. Nós gritamos, nós falamos, mas colocaram um jabuti venenoso para atacar quem não tem como se defender. O legislador nem sabia que essa lei ia afetar as pessoas com deficiência. A estratégia do Governo foi vergonhosa, Presidente.

Hoje, a Receita Federal está negando os processos na cara dura. Pessoas do Brasil inteiro estão tendo seus pedidos indeferidos, porque a Receita agora exige que eles paguem esses 10%.

Gente, um carro adaptado não é luxo e não é para passear no *shopping*; é a única ferramenta que aquela mãe tem para levar o filho com paralisia para fazer fisioterapia; é o único jeito de aquele



pai amputado conseguir chegar ao trabalho e sustentar sua família. Aí essa família junta moedinha por moedinha, vende o que não tem, dá um adiantamento na concessionária, achando que o direito dele está garantido, e, de repente, o Governo anula, muda a regra no meio do jogo e fala: “Agora, tem que pagar mais 10%”. Tem gente que já deu sinal no carro e corre o risco de perder o dinheiro suado, porque não tem de onde tirar para inteirar esse imposto que agora será cobrado. Isso é desumano, Presidente! Isso é perversidade!

Onde está o lema que essas famílias tanto defendem: o “nada sobre nós sem nós”? Decidiram arrancar os 10% do sonho da dignidade das pessoas com deficiência sem avisá-las, de forma gradual e cruel, e sem trazê-las para o debate, Presidente.

É assim que o Governo quer fechar as contas?! Tirando de quem usa cadeira de rodas?! Tirando de uma mãe de uma criança com paralisia cerebral? Será que o Brasil ia falir por causa desse desconto, que já era lei, um direito desde 1995, Presidente?!

Eu não vou aceitar, eu não vou me calar. Eu vou conversar com todos os Parlamentares, porque, na hora em que a gente gritou aqui, ninguém entendeu. Eu agora vou mostrar no papel. Nós vamos trazer as famílias, e eu vou mostrar a negativa da Receita Federal, vou mostrar documentos do que já está acontecendo nas concessionárias.

Detalhe: aqui eu tenho o ofício da Fiat, ofícios de diversas montadoras aqui, vários ofícios, já avisando que a lei será aplicada. As montadoras já estão avisando às concessionárias.

Eu exijo daqui, desta tribuna, explicações imediatas da Receita Federal e do Ministério da Fazenda.

E pergunto às Mesas Diretoras do Congresso: nós fomos enganados? Aprovaram uma pauta com uma interpretação, e, agora, na prática, o Governo faz outra coisa?! Será que os Parlamentares que estavam todos aqui foram mesmo enganados? Alguns gritaram, eu gritei.

As pessoas com deficiência têm urgência diante dessa grande justiça. É ano eleitoral, e as pessoas com deficiência vão cobrar dos Parlamentares que aprovaram essa lei.

E eu digo a elas e a todas as famílias de PCDs no Brasil, a todas as pessoas com deficiência: vocês não estão sozinhos. Nós vamos cobrar, nós vamos expor essa vergonha, nós não vamos deixar que o ajuste fiscal deste Governo falido seja feito nas costas pesadas e sofridas das nossas pessoas com deficiência.

E quem sabe o Governo não toma a seguinte decisão: reconheça que não conseguiram governar, desista. Renuncie, Presidente! Ministros, renunciem! Dá tempo! Renunciem antes da eleição, a gente cuida do país. Não deram conta! Olhem aqui a fatura: endividamento, inflação...

Quem assistiu ontem ao programa daquela televisão, TV que tem uma tendência muito para a esquerda, a Rede Globo? Quem assistiu à reportagem sobre crime organizado? É um documentário de que estão falando chamado Território alguma coisa, mas, há dois anos, o Brasil Paralelo fez um chamado Entre Lobos que é a mesma coisa. É crime organizado mandando no Brasil, inflação, insegurança jurídica, confusão no campo, confusão na cidade. O Brasil está desgovernado! E, agora, para resolver o problema, vamos tirar das pessoas com deficiência! Que vergonha, Presidente Girão! Que vergonha!

Mas, olhem, nós vamos gritar. E eu conto contigo, Girão, nessa luta, pois as pessoas com deficiência não podem ser passadas para trás.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, querida Senadora Damares Alves, sempre muito humana nas suas pautas, muito coerente, a quem eu cumprimento pelo pronunciamento. E pode contar comigo – você sabe disso –: nós estamos juntos nessas causas nobres.

Eu aproveito para desejar a todos vocês que estão nos assistindo, nesta tarde de segunda-feira, dia 4 de maio de 2026... Como bem lembrou a Senadora Damares, é Maio Laranja, temos uma responsabilidade...



Em Fortaleza, sempre tem aquela caminhada do Maio Laranja. Eu participei no ano passado, descendo ali pela Praça Portugal indo até a Beira-Mar – importante. Essa conscientização contra o abuso infantil e de adolescentes também é algo muito importante dentro desse processo civilizatório, porque a gente precisa caminhar no Brasil. O Brasil tem números assustadores nesse sentido, e não podem ser ignorados.

Eu quero desejar uma ótima semana para todos vocês, de muita luz, de muita paz. Que a gente possa continuar orando por esta Casa, por todos os Senadores daqui, aliás, por todas as autoridades do Brasil, para que tomem as decisões pelo bem comum. E é mais uma semana que eu espero ser produtiva para o Senado Federal.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira: sessão solene do Congresso Nacional, às 10h, destinada a comemorar os 70 anos da indústria automotiva; sessão deliberativa ordinária semipresencial, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa; e sessão solene do Congresso Nacional, às 15h, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 139, de 2026, que altera a Constituição Federal para estabelecer os tribunais de contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Cumprida a finalidade desta sessão não deliberativa semipresencial do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 48 minutos.)

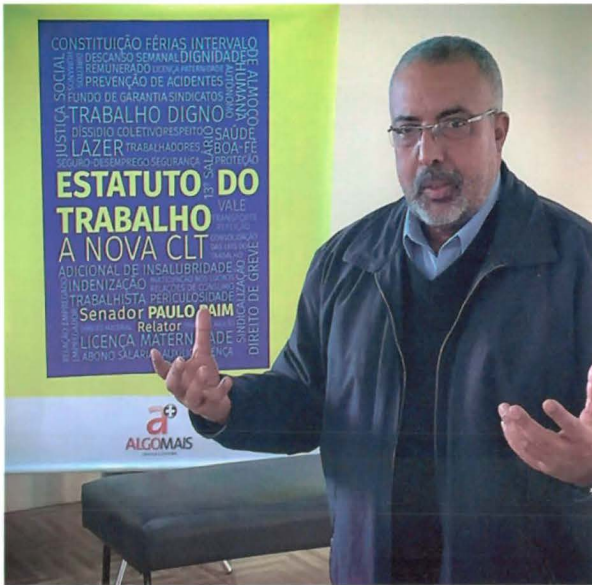


MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 46^a SESSÃO

EXPEDIENTE

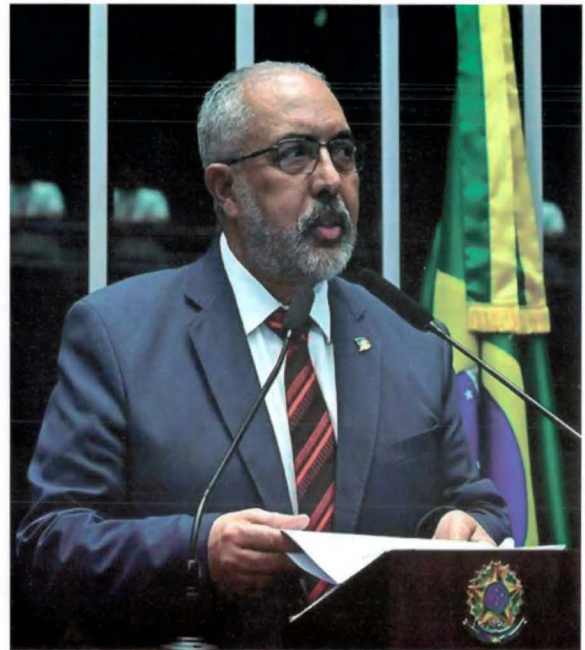
Documento encaminhado à publicação





Receba nosso forte e fraterno abraço.

Revista-homenagem da CUT
1º de Maio - 2026



PAULO RENATO PAIM

A LUTA FAZ A LEI

1º de Maio - 2026



Fontes consultadas e créditos

Senado Federal - biografia de Paulo Paim; perfil e atividade legislativa;

Câmara dos Deputados - biografia parlamentar; Biblioteca Digital do Senado;

Registros do gabinete de Paulo Paim. Normas do Senado para as Leis nº 9.459/1997, 10.741/2003, 12.288/2010 e 13.146/2015;

CUT - histórico de fundação da Central;

Senado Notícias sobre a CPI da Previdência; páginas oficiais de proposições como o PL 1231/2022.

Imagens

Fotos foram fornecidas pelo gabinete do Senador Paulo Paim.

Foto oficial - Senado Federal do Brasil, via Wikimedia Commons.
Constituinte - Arquivo Câmara dos Deputados/Senado Federal, CC BY 2.0.

CPI da Previdência - Geraldo Magela/Agência Senado, CC BY 2.0.

Audiência da terceirização - Geraldo Magela/Agência Senado, CC BY 2.0.

Manifestação - Pillar Pedreira/Agência Senado, CC BY 2.0.

Plenário - Marcos Oliveira/Agência Senado, CC BY 2.0.

Um mandato nascido da classe trabalhadora

As Centrais Sindicais apresentam esta revista em homenagem, reconhecimento e agradecimento ao senador Paulo Renato Paim (PT/RS), pela sua longa e dedicada luta em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Este é o último 1º de Maio que o senador Paulo Paim passa conosco como Senador Federal. Contamos com sua presença forte e saudável em muitos outros. Parlamentar com sua trajetória e compromisso sempre será lembrado pelo que fez, faz e ainda fará pela classe trabalhadora.

Registramos sua trajetória porque a consideramos exemplar. E porque desde o começo, ainda lá na CIPA, no chão da fábrica, passando pela organização sindical dos metalúrgicos em Canoas e região, Paim ajudou a construir e foi dirigente da CUT.

Fostes nosso representante na Assembleia Nacional Constituinte e e como Senador, agora está em seu último mandato demonstrou seus compromissos em décadas de defesa do salário-mínimo, dos aposentados e pensionistas, da igualdade racial, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência e da dignidade do trabalho.

Paim, veio da classe trabalhadora, levou suas lutas ao Parlamento e ajudou a transformá-las em direitos. Muito obrigado pela sua dedicação e pela força de seus compromissos. Continuamos juntos na luta e continuaremos nos vendo após o fim de seu mandato. Desejamos muita saúde e muitos anos vida.

Em nome dos meus companheiros Miguel Torres (presidente da Força Sindical, Ricardo Patah (presidente da UGT), Adilson Araújo (presidente da CTB), Sônia Zerino (presidente NCST), Antonio Neto (presidente da CSB), Nilza Almeida (presidente Intersindial) e José Gozze (presidente da Pública), desejamos à você, companheiro Paim, muita saúde, longa vida e o nosso eterno agradecimento pelo teu excelente trabalho.

Sergio Nobre

Presidente da CUT

Pelo Fórum das Centrais Sindicais



Do chão da fábrica à Tribuna

A história de Paulo Paim é a história de um trabalhador que não abandonou sua origem ao chegar ao Parlamento. Ao contrário: fez da tribuna uma extensão das assembleias, das greves, das audiências públicas e das lutas sociais que deram forma à redemocratização brasileira.

Filho de metalúrgico, operário e dirigente sindical, Paim presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas entre 1981 e 1985. Participou da criação da Central Única dos Trabalhadores e integrou sua direção nacional no período de 1983 a 1986.

Na Constituinte, atuou na Comissão da Ordem Social e na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Depois, na Câmara e no Senado, converteu demandas históricas em leis, projetos, relatórios, CPIs, audiências públicas e resistência parlamentar.

Esta homenagem afirma uma ideia simples e poderosa: **Sem organização popular, a lei não nasce; sem disputa política, a lei não se conserva; sem memória, os direitos se perdem.**



O legado de Paim para as Centrais Sindicais

Síntese política

As Centrais Sindicais homenageiam e agradecem a Paulo Paim pela sua atuação parlamentar dedicada. Ela nos deixa enorme legado, do qual destacamos sua firme batalha em defesa dos que mais precisam, da valorização do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas; de sua luta em defesa da raça negra e dos indígenas; por conquistar e propiciar que a classe trabalhadora pudesse defender seus interesses em suas audiências públicas.

O legado de Paulo Paim vai muito além das proposições que defende e das que conseguiu transformar em legislação. Seu mandato foi uma trincheira de resistência contra a precarização do trabalho. Sua atuação assegurou que a classe trabalhadora sempre tivesse presença assegurada no Parlamento, com projeto, memória, coragem e vínculo social.

Paim mostra que é possível disputar institucionalmente sem abandonar o lado de quem vive do trabalho. Sua atuação atravessa sindicatos, CUT, Constituinte, Câmara, Senado, comissões, CPIs e leis estruturantes. Sempre esteve aberto a todas as Centrais Sindicais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores.

O legado principal é a coerência: salário-mínimo digno, Previdência pública, CLT protetiva, igualdade racial, direitos da pessoa idosa, inclusão da pessoa com deficiência e democracia sindical pertencem ao mesmo campo de luta.



Discurso, negociação e coerência



Homenagem das Centrais Sindicais ao Senador Paulo Paim

Página 27

Do trabalho manual à organização coletiva

1950 - Nascimento em Caxias do Sul

Paulo Renato Paim nasce em 15 de março, filho do metalúrgico Inácio Paim e de Itália Ventura Paim.

1979 - Forjasul e CIPA

Em Canoas, trabalhando na metalúrgica Forjasul, é eleito presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

1981 - Metalúrgicos de Canoas

É eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, cargo que exerce até 1985, em dois mandatos consecutivos.

1983 - CUT e caminhada popular

Participa da criação da CUT; sua linha de atuação já combina democracia, salário, emprego, renda e enfrentamento da ditadura.

1984-85 - Diretas Já e PT

Participa da campanha por eleições diretas e, em 1985, filia-se ao Partido dos Trabalhadores.



Homenagem das Centrais Sindicais ao Senador Paulo Paim

Página 4



Constituinte, Câmara e Senado

1986 - Deputado constituinte

Eleito deputado federal constituinte pelo PT do Rio Grande do Sul.

1987-88 - Ordem Social

Atua na Comissão da Ordem Social e na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

1991 - Salário-mínimo

Realiza greve de fome por mais de 72 horas no Plenário da Câmara em protesto contra o baixo valor do salário-mínimo, segundo registro de sua trajetória pública.

1995 - Frentes parlamentares

Coordena, com outros deputados, frentes em defesa da Previdência Social e do salário-mínimo.

2002-03 - Senado e Estatuto do Idoso

Eleito senador em 2002; em 2003, assume a vice-presidência do Senado e é sancionado o Estatuto do Idoso.

2010 - Igualdade racial

É sancionado o Estatuto da Igualdade Racial, marco legal de enfrentamento às desigualdades étnico-raciais.



Deputado
Constituinte



Deputado Paulo Palm, que propõe em 1989 um dos projetos de regulamentação do seguro-desemprego previsto na Constituição (CEDU/Câmara dos Deputados)

O mandato no plenário

No plenário, Paim combinou firmeza e persistência. Em mais de três décadas de Congresso, enfrentou derrotas, negociou avanços, apresentou alternativas e manteve o compromisso com os setores historicamente sub-representados.

A força de sua trajetória está em unir três dimensões: a experiência do chão de fábrica, a construção coletiva do movimento sindical e o domínio do processo legislativo.

O plenário e a TV do Senado foram ocupados sistematicamente pelo Senador Paulo Paim para denunciar, apresentar os argumentos em defesa da classe trabalhadora, defender a rejeição de retrocessos e aprovação dos avanços legislativos.



O mandato nas ruas: a política institucional a serviço da mobilização



Manifestação em Brasília, 2017. Foto: Pillar Pedreira/Agência Senado, via Wikimedia Commons, CC BY 2.0.

A trajetória de Paim mostra que o Parlamento pode ser espaço de luta, desde que não se separe das ruas. Em várias agendas - salário-mínimo, Previdência, reforma trabalhista, igualdade racial e inclusão - seu mandato funcionou como ponte entre movimentos sociais e processo legislativo.

Paim no meio do povo, cercado por trabalhadores, movimentos e entidades, sem perder o vínculo com a origem sindical.

A maturidade de um mandato social

2011-12 - Comissão de Direitos Humanos

Preside novamente a CDH; a comissão realiza ampla agenda de audiências públicas e análise de proposições sociais.

2015 - Lei Brasileira de Inclusão

É sancionada a Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de autoria registrada como senador Paulo Paim.

2017 - CPI da Previdência

Propõe e preside a CPI da Previdência; o relatório final é aprovado por unanimidade.

2018 - Estatuto do Trabalho

Apresenta projeto de lei criando o Estatuto do Trabalho, concebido como uma nova CLT de proteção social.

2022 - Valorização do mínimo

Apresenta o PL 1231/2022, para instituir política de valorização do salário-mínimo de longo prazo.

2026 - Homenagem em vida

As centrais sindicais preparam agradecimento público a uma trajetória parlamentar ligada às lutas imediatas e históricas dos trabalhadores.



2011-2026



Canoas: as lutas sindicais que precederam e orientaram seus mandatos

Antes do Congresso Nacional, houve fábrica, sindicato, CIPA, assembleia e enfrentamento político em plena transição da ditadura para a democracia. Essa origem importa porque dá sentido à coerência posterior de Paim: sua pauta legislativa nasce da experiência concreta do trabalho.

A presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, entre 1981 e 1985, ocorre em um período de reorganização do sindicalismo brasileiro. O movimento operário havia voltado a ocupar as ruas, a disputar democracia real e a exigir que salário, saúde, segurança e dignidade fossem tratados como direitos.

Paim é um operário que se tornou dirigente e levou o sindicalismo classista para a política institucional, tornando-se deputado federal e assumiu como Senador Federal pelo Rio Grande do Sul, sem abandonar ou esquecer sua origem e base social.



Proposições e lutas emblemáticas

Inventário seletivo

Tema	Proposição/fato	Síntese política
Salário-mínimo	PLS 200/2004; PL 1231/2022	Reajuste constitucional e política de valorização de longo prazo.
Aposentados	PLS 58/2003; PL 2286/1996 PLC 76/2015	Recomposição de benefícios e justiça contributiva.
Previdência	CPI da Previdência, 2017	Investigação da contabilidade, dívidas e narrativa fiscal da reforma.
Jornada	PL 1004/1988; PL 3129/1997	Redução do tempo de trabalho sem rebaixamento social.
Trabalho	Voto em separado ao PLC 38/2017; Estatuto do Trabalho	Resistência à reforma trabalhista e defesa de nova CLT protetiva.



Leis que viraram cidadania

Inventário seletivo

Lei	Eixo	Contribuição para a classe trabalhadora e a cidadania
9.459/1997	Racismo	Amplia legislação penal contra discriminação e preconceito; autoria registrada como deputado Paulo Paim.
107412/003	Pessoa idosa	Institui o Estatuto da Pessoa Idosa, marco de proteção, prioridade e dignidade.
12.2882/010	Igualdade racial	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, instrumento de combate a desigualdades estruturais.
13.146/2015	Inclusão	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; autoria registrada no Senado.



A fundação e direção da CUT

A CUT nasce em 1983, em São Bernardo do Campo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCUT). Paim integrou a geração que transformou greves, oposições sindicais, associações e comissões de fábrica em uma central nacional de trabalhadores.

Foi secretário-geral e vice-presidente da CUT Nacional, entre 1983 e 1986, quando foi eleito como deputado constituinte.

Paim não é só um parlamentar "sensível" à pauta trabalhista.

Ele é expressão orgânica da classe trabalhadora organizada.

Esta homenagem das 8 Centrais Sindicais reconhece o Senador Paulo Paim como parte da própria história do sindicalismo e das lutas dos trabalhadores brasileiros pós-ditadura militar.



A voz operária na Constituição Cidadã

Na Assembleia Nacional Constituinte, Paim atuou exatamente onde a classe trabalhadora precisava estar: na Comissão da Ordem Social e na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

O Senado registra 183 emendas apresentadas, 18 aprovadas integralmente e 35 parcialmente, além de presença em mais de 95% das votações. Mais do que números, esses dados revelam participação substantiva na arquitetura social da Constituição de 1988.



Deputado Paulo Paim, que propôs em 1989 um dos projetos de regulamentação do seguro-desemprego previsto na Constituição (CEDI/Câmara dos Deputados)

Comissão de Direitos Humanos: mandato de escuta popular

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi uma das formas de Paim transformar o Senado em espaço de escuta social. A CDH recebeu aposentados, sindicatos, movimentos negros, pessoas com deficiência, mulheres, indígenas, juventudes, defensores de direitos humanos e entidades populares.

A trajetória pública registra presidências da CDH em 2007/2008, 2011/2012 e 2015/2016. No biênio 2011/2012, seu histórico aponta 152 audiências públicas e análise de 530 proposições.

O sentido político é claro: direitos humanos não como abstração, mas como proteção concreta contra desigualdades, violências e exclusões vividas no cotidiano. **A CDH foi, sob Paim, lugar de Parlamento aberto: microfone para quem raramente é ouvido.**



Jornada de trabalho: produzir melhor e viver mais

A redução da jornada sem redução salarial é uma pauta histórica da classe trabalhadora. Em Paim, ela aparece desde os primeiros anos de atuação parlamentar, sempre ligada à saúde, ao emprego, ao tempo livre, à família e à democracia no local de trabalho.

A defesa das 40 horas, depois de propostas ainda mais ousadas, dialoga com a pauta contemporânea de redução da escala 6x1, fortalecimento de ACTs e CCTs e reequilíbrio da correlação de forças entre trabalhadores e empresas.

A chave política para a homenagem é mostrar que Paim antecipou debates que hoje voltam ao centro da agenda sindical.

Proposição	Ideia central
PL 1004/1988	Duração normal do trabalho não superior a 8 horas diárias e 40 semanais.
PL 3129/1997	Jornada não superior a 6 horas diárias ou 30 semanais, com adicional elevado para sobrejornada.
Debate atual	Redução da jornada, fim da escala 6x1 e valorização da negociação coletiva.

“Nós trabalhadoras e trabalhadores da educação básica do Brasil, agradecemos muito ao nosso querido Senador Paulo Paim pelo seu compromisso com a classe trabalhadora e em especial com a educação básica e os direitos humanos. Avançamos muito em nosso país e você teve papel fundamental nestas lutas coletivas. Valeu! Receba nossos fortes e afetuosos abraços!”

Helena Araújo - Vice-Presidente da Internacional da Educação

Constituinte de 1988: direitos que continuam em disputa

A Constituição de 1988 foi resultado da pressão organizada de trabalhadores, movimentos populares, entidades democráticas, mulheres, negros, servidores públicos, aposentados e movimentos por direitos civis.

O constituinte Paulo Paim defendeu a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a definição do conceito de racismo e a regulamentação do salário-mínimo. Também votou em favor de direitos trabalhistas como estabilidade no emprego, adicional de horas extras, turno ininterrupto de seis horas, aviso prévio proporcional e liberdade sindical.

Por isso, sua trajetória posterior pode ser lida como defesa permanente da Constituição social: contra o arrocho salarial, contra o desmonte previdenciário, contra a discriminação racial, contra a precarização e pela cidadania plena.

Indicador	Registro
Emendas apresentadas	183
Aprovadas integralmente	18
Aprovadas parcialmente	35
Presença nas votações	95%+



Salário-mínimo: a luta de uma vida por renda e dignidade

Poucas bandeiras atravessam a vida pública de Paim com tanta força quanto o salário-mínimo. A defesa do mínimo digno sempre foi, para ele, defesa da Constituição, da mesa do trabalhador, da renda dos aposentados e da economia popular.

Nos anos 1990, a bandeira dos 100 dólares e a greve de fome no Plenário da Câmara deram visibilidade a uma causa simples: nenhum país democrático pode aceitar que a remuneração básica do trabalho seja insuficiente para arcar com alimentação, moradia, transporte, saúde e educação.

No Senado, essa luta aparece em proposições como o PLS 200/2004 e, mais recentemente, o PL 1231/2022, que institui política de valorização do salário-mínimo de longo prazo.

Salário-mínimo é cláusula de civilização: mede a distância entre a promessa constitucional e a vida real da classe trabalhadora.



Homenagem das Centrais Sindicais ao Senador Paulo Paim

Página 11

Contra a precarização da reforma trabalhista, terceirização e pejetização

Em 2017, no debate da reforma trabalhista, Paim apresentou voto em separado ao PLC 38/2017. O documento qualificou a reforma como ataque às conquistas sociais históricas do operariado, do campesinato e dos homens e mulheres que vivem do trabalho.

Sua atuação parlamentar combinou denúncia, obstrução, audiências públicas, diálogo com centrais sindicais e produção de alternativas. Em 2018, apresentou o Estatuto do Trabalho, uma proposta de nova CLT protetiva, concebida para reorganizar o sistema de direitos após a reforma.

No contexto atual, em que pejetização, terceirização irrestrita, uberização e fraudes contratuais desafiam a proteção trabalhista, o legado de Paim ganha renovada atualidade.

Defender a CLT é defender o patamar mínimo de civilização nas relações de trabalho.



Homenagem das Centrais Sindicais ao Senador Paulo Paim

Página 20



CLT, jornada de trabalho e resistência



Audiência pública da CDH sobre terceirização, 2015. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado, via Wikimedia Commons, CC BY 2.0.

Paim manteve uma linha de atuação trabalhista marcada por defesa da CLT, redução da jornada, combate à terceirização precarizante e crítica às reformas que ampliam assimetria entre capital e trabalho.

Desde a Câmara, apresentou propostas de redução da jornada, como o PL 1004/1988, que tratava da jornada de 40 horas semanais, e o PL 3129/1997, com proposta de 30 horas semanais.

Valorização do salário-mínimo do protesto à política pública

O registro da trajetória de Paim informa que, em 2007, o governo estabeleceu política permanente de valorização do salário-mínimo baseada em projeto de sua autoria, com reposição da inflação e variação do PIB de dois anos anteriores.

O PL 1231/2022 atualiza esse compromisso: cria diretrizes de longo prazo, preservação do poder de compra e aumento real associado ao crescimento econômico.

A importância política desta luta está em conectar trabalhadores ativos, aposentados, pensionistas, beneficiários de políticas sociais e economias locais. Cada reajuste real no mínimo reverbera no comércio, no orçamento das famílias e na proteção previdenciária.



Ano	Marco
2004	PLS 200/2004: reajuste constitucional do mínimo
2007	Política de valorização com inflação + PIB
2022	PL 1231/2022: diretriz de longo prazo



Aposentados e pensionistas: direitos de quem trabalhou uma vida

A defesa dos aposentados e pensionistas é uma das marcas mais reconhecidas de Paim. Ela se expressa na luta por recomposição dos benefícios, por reajustes mais justos, contra o fator previdenciário e contra a ideia de que a Previdência pública é obstáculo ao desenvolvimento nacional.

O PLS 58/2003 buscava recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões, considerando o número de salários mínimos que o benefício representava na data da concessão. O PL 2286/1996, posteriormente PLC 76/2015, tratou da chamada desaposentação, tema ligado à justiça contributiva de quem se aposenta e continua trabalhando.

Na linguagem das Centrais Sindicais, esta é uma causa de solidariedade intergeracional: proteger aposentados é proteger o trabalhador de hoje e o futuro de todos.



Lei Brasileira de Inclusão: cidadania sem barreiras

Lei nº 13.146/2015

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é outro marco do mandato de Paim. A página de normas do Senado registra a origem SCD 4/2015 e a autoria do senador Paulo Paim.

A LBI afirma o direito à igualdade, à acessibilidade, à educação inclusiva, ao trabalho, à previdência, à assistência social, à cultura, ao esporte, ao transporte, à informação, à comunicação e à participação política.

No mundo do trabalho, a inclusão exige mais que cotas formais: requer acessibilidade real, combate à discriminação, adaptação razoável, fiscalização e construção de ambientes laborais dignos.



Pessoa idosa: envelhecer com direitos, não com abandono

O Estatuto do Idoso, hoje Estatuto da Pessoa Idosa, está entre as leis mais lembradas quando se fala no legado de Paulo Paim. A Lei nº 10.741/2003 dispõe sobre proteção integral, prioridade, dignidade, convivência familiar, saúde, transporte, assistência e combate à violência contra a pessoa idosa.

A mudança terminológica posterior para “pessoa idosa” reforçou uma visão de direitos humanos: não se trata de caridade, mas de cidadania plena em todas as fases da vida.

A luta pelos idosos é inseparável da luta previdenciária, do salário-mínimo e do SUS. O trabalhador de hoje é o idoso de amanhã; uma sociedade que abandona seus idosos abandona sua própria memória.



CPI da Previdência: a investigação enfrentou a narrativa do déficit



CPI da Previdência, 2017. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado, via Wikimedia Commons, CC BY 2.0.

Em 2017, Paim propôs e presidiu a CPI da Previdência. O relatório final foi aprovado por unanimidade e confrontou a narrativa de que a Previdência Social seria, por si, insustentável.

Segundo matéria do Senado sobre o relatório, a CPI apontou inconsistências de dados e destacou grandes dívidas de empresas privadas com a Previdência. A disputa era política e técnica: mostrar que retirar direitos não é a única resposta possível.



Igualdade racial: uma agenda histórica da democracia brasileira

A atuação de Paim no combate ao racismo começa na Constituinte, passa pela definição constitucional do racismo como crime e chega a leis que mudaram o ordenamento jurídico brasileiro.

A Lei nº 9.459/1997, de autoria do então deputado Paulo Paim, alterou a Lei nº 7.716/1989 e o Código Penal, ampliando a repressão legal aos crimes resultantes de discriminação e preconceito.

Essa trajetória se desdobra no Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, que consolidou instrumentos de promoção da igualdade de oportunidades, combate à discriminação e defesa de direitos étnicos individuais, coletivos e difusos.

A luta racial e a luta trabalhista se encontram no mesmo território: o combate às desigualdades estruturais que organizam o mercado de trabalho brasileiro.



Homenagem das Centrais Sindicais ao Senador Paulo Paim

Página 15

Estatuto da Igualdade Racial: lei, reparação e futuro

O Estatuto da Igualdade Racial é um marco de afirmação jurídica da população negra. Sua importância não está apenas em declarar princípios, mas em organizar políticas públicas, reconhecer desigualdades históricas e obrigar o Estado a enfrentá-las.

O material da Biblioteca do Senado identifica o texto como substitutivo ao Projeto de Lei do Senado do senador Paulo Paim, voltado à defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de etnia, raça e cor.

Para as centrais sindicais, esse legado deve ser lido também na chave do mundo do trabalho: desigualdade racial aparece nos salários, no desemprego, na informalidade, no acesso a postos de comando e na violência cotidiana.

Sua atuação resultou na aprovação da Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, marco de políticas públicas e combate à discriminação.

De sua autoria também a Lei 0.459/1997, que amplia a legislação penal contra discriminação e preconceito.



Homenagem das Centrais Sindicais ao Senador Paulo Paim

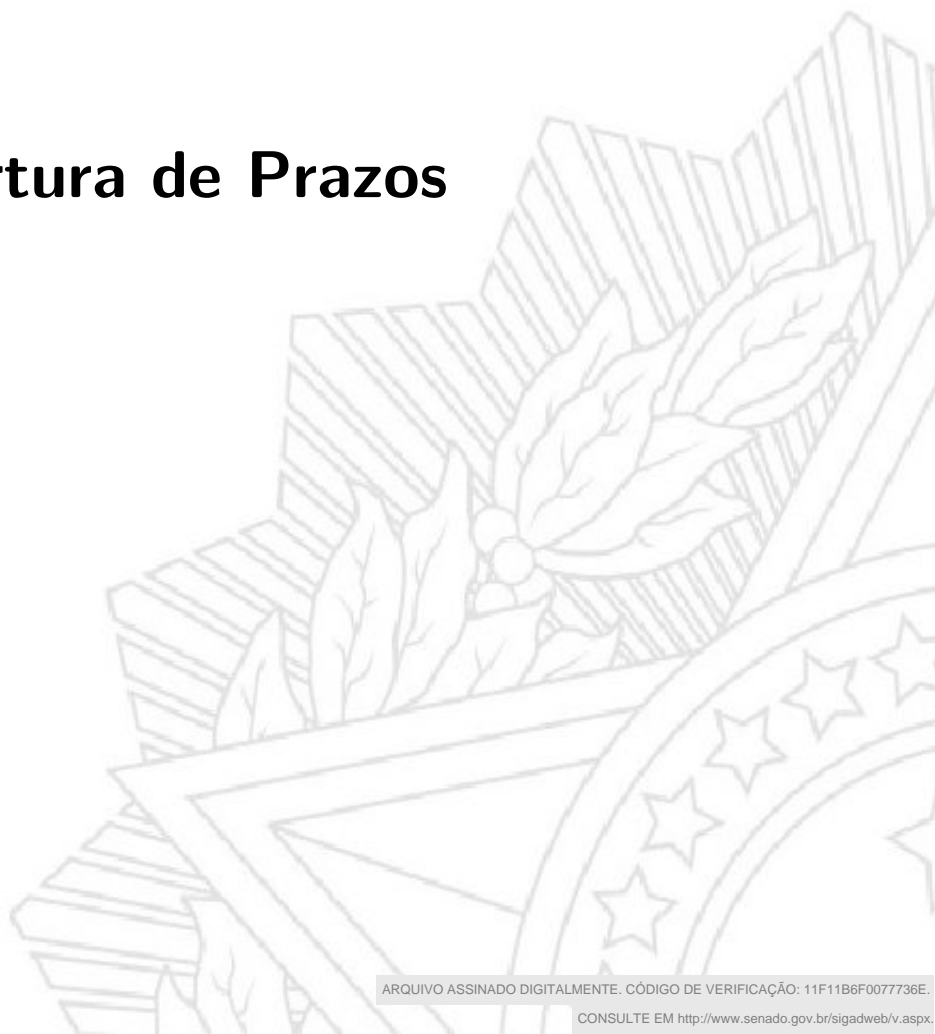
Página 16



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 427/2026	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Apoio ao Terceiro Setor (FUNATS), destinado ao fomento da governança e fortalecimento institucional de organizações da sociedade civil, e dá outras providências.	C AE/CCJ (DT)
PL 4876/2024	Proíbe que pessoas físicas beneficiárias de programas sociais e bolsas de subsistência promovidos pelo governo federal utilizem recursos recebidos para realizar apostas on-line e fixa penalidades para o descumprimento.	CAS/CAE/CCJ (DT)
PL 1374/2025	Altera o art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de julho de 2019, para detalhar a autonomia administrativa das agências reguladoras federais.	CCJ (DT)
PL 304/2025	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para prever que a postulação a Tribunais de Contas é atividade privativa de advocacia.	C AE/CCJ (DT)
PL 4552/2025	Acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11. 788, de 25 de setembro de 2008, para vedar a exigência de experiência prévia como requisito para a seleção de candidatos a estágio.	CAS/CE (DT)

Prazo: de 5/5/2026 a 11/5/2026.



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 4742/2025	Institui o Programa Nacional Produtor de Água.	CAE/CMA (DT)
PL 5749/2025	Institui o Marco Nacional das Cidades Climáticas, estabelece diretrizes para o planejamento urbano sustentável e a adaptação às mudanças climáticas nos municípios brasileiros, e dá outras providências.	CCJ/CMA (DT)
PL 5924/2025	Institui a Lei Nacional da Transição Energética e estabelece diretrizes, metas, instrumentos e mecanismos de governança para a transição energética brasileira, em alinhamento às responsabilidades climáticas internacionais e às necessidades estratégicas do País.	CI/CMA (DT)
PL 1297/2026	Institui a Política Nacional de Monitoramento e Restauração Ecológica Inteligente (PNREI) e estabelece diretrizes para o uso de tecnologias autônomas na conservação da biodiversidade.	CCT/CMA (DT)
PL 1683/2026	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para instituir diretrizes de regionalização, transparência digital e comunicação direta no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).	CAE/CRA (DT)

Prazo: de 5/5/2026 a 11/5/2026.



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 160/2026	Dispõe sobre a adoção de licenciamento compulsório do medicamento tirzepatida (comercialmente conhecido como Mounjaro), sua produção no Brasil e medidas de acesso ao tratamento da obesidade, e dá outras providências.	CCT/CAS (DT)
PL 931/2026	Dispõe sobre os princípios éticos, diretrizes de governança, requisitos de transparência e mecanismos de controle aplicáveis ao uso de sistemas de Inteligência Artificial (IA) na área da saúde, e dá outras providências.	CAS/CCT (DT)
PL 932/2026	Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de alimentação especial às pessoas com restrições alimentares, nos voos domésticos e internacionais com origem no território nacional, e dá outras providências.	CI/CTFC (DT)
PL 935/2026	Dispõe sobre o uso do polimetilmetacrilato (PMMA), para fins estéticos, e dá outras providências.	CAS (DT)
PL 1328/2026	Dispõe sobre a inclusão do exame de refração ocular entre os procedimentos ofertados pelo Sistema Único de Saúde.	CAE/CAS (DT)
PL 1985/2026	Institui o Protocolo Nacional Obrigatório de Padronização do Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, com foco na humanização.	CCJ/CDH (DT)

Prazo: de 5/5/2026 a 11/5/2026.



Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

Ofício nº 023/2026

Brasília, 4 de maio de 2026

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 04/05/2026 a 07/05/2026.

Atenciosamente,

Senadora Roberta Acioly
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Roberta Acioly

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1974766694>.



Encaminhamentos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 4709/2025	Dispõe sobre a prevenção e repressão ao denominado golpe do falso advogado e outras fraudes processuais eletrônicas; estabelece diretrizes à proteção de dados pessoais nos sistemas judiciais eletrônicos; determina medidas de segurança e auditoria para o acesso a processos eletrônicos; institui o Cadastro Nacional de Condenados por Estelionato Eletrônico (CANCEE); e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.	CCJ
PLP 6/2026	Altera a Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, para que a redução de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia não se aplique sobre os incentivos previstos nos arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – Lei do Bem.	CCT/CAE



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 2584/2025	Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).	CEsp/CAE
PLP 109/2025	Dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do § 1º do art. 145 da Constituição Federal.	CTFC/CI



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 1933/2021	Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Pessoas com Doença de Alzheimer e outras Doenças Demenciais.	CCJ/CAS
PL 2922/2022	Institui o Protocolo de Emergência Justa e Ágil (Proteja), para estabelecer mecanismos que contribuam para a segurança dos usuários e dos motoristas de plataformas digitais de transporte individual privado, de forma a possibilitar o seu acionamento imediato (Lei Proteja).	CTFC/CSP
PL 2673/2025	Institui a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho (PNGCMar); e altera a Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.	CI/CMA
PL 5672/2025	Dispõe sobre a transferência simbólica da sede do Governo Federal para o Município de Salvador, no Estado da Bahia, na data de 2 de julho de cada ano; e dá outras providências.	CCJ
PLP 177/2025	Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador, para dispor sobre a criação do Cadastro Nacional de Startups de Bioeconomia.	CCT/CAE/ CMA



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 580, DE 2022

Altera as Leis nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer penalidades pelo descarte irregular de resíduos.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2148435&filename=PL-580-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 580/2022 [1 de 7]



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera as Leis n°s 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer penalidades pelo descarte irregular de resíduos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Esta Lei altera as Leis n°s 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer penalidades pelo descarte irregular de resíduos.

Art. 2° A Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.

.....
 XX - meios de fiscalização e sanções pecuniárias a pessoas físicas e jurídicas que promovam o descarte irregular de resíduos em vias ou espaços públicos.

.....” (NR)

“Art. 30-A. As pessoas físicas e jurídicas são responsáveis, civil e administrativamente, pelos danos ambientais causados pelo descarte irregular de qualquer forma de lixo em vias públicas ou logradouros, sem prejuízo de eventual responsabilidade penal por crime ambiental.”

“Art. 47.

.....

§ 3° São proibidos o acúmulo e o descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas ou no interior de imóveis urbanos ou rurais,



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 580/2022 [2 de 7]

3120411

Data do Documento: 29/04/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

ressalvados aqueles especialmente destinados à gestão e ao manejo de resíduos sólidos, nos termos da legislação em vigor.

§ 4º Não configuram infração a manutenção ou o armazenamento de resíduos no interior de imóvel de propriedade do próprio agente, desde que, cumulativamente:

I - estejam em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e urbanísticas aplicáveis;

II - não ocasionem nem possam ocasionar riscos ou danos à saúde pública, ao meio ambiente, à segurança ou a terceiros;

III - sejam adotadas medidas adequadas de acondicionamento, de segregação e de destinação, conforme a natureza dos resíduos;

IV - não favoreçam a proliferação de vetores, a geração de odores incômodos, a contaminação do solo ou da água ou ofereçam risco de incêndio;

V - não haja transbordamento, dispersão por ação do vento ou carreamento por águas pluviais para áreas externas ao imóvel." (NR)

Art. 3º O Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 76-A:

"Art. 76-A. Constitui infração administrativa acumular ou descartar irregularmente resíduos em vias ou logradouros públicos, bem como em imóveis urbanos ou rurais, quando a conduta



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 580/2022 [3 de 7]

3120411

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

estiver em desacordo com a legislação aplicável ou causar ou possa causar danos à saúde pública, ao meio ambiente ou à segurança de terceiros, salvo se do fato resultar infração mais grave.

§ 1º Para fins de caracterização da infração prevista no *caput* deste artigo, consideram-se, entre outros elementos, indícios de risco ou dano:

I - presença de vetores ou de condições propícias à sua proliferação;

II - emissão de odores que ultrapassem os limites do imóvel e causem incômodo à vizinhança;

III - sinais de contaminação do solo, da água ou de drenagens pluviais;

IV - acúmulo de resíduos combustíveis sem medidas de prevenção de incêndio;

V - disposição em desacordo com normas técnicas ou com o serviço de coleta pública disponível.

§ 2º Se cometida a infração prevista no *caput* deste artigo por pessoa física:

Pena - multa, de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, observados o volume de resíduos, o grau de risco ou dano e o porte econômico do infrator.

§ 3º Se cometida a infração prevista no *caput* deste artigo, no âmbito de atividade empresarial, por pessoa jurídica ou por seus funcionários:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 580/2022 [4 de 7]

3120411

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

Pena - multa, de 5 (cinco) a 100 (cem) salários mínimos, observados o volume de resíduos, o grau de risco ou dano e o porte econômico do infrator.

§ 4º Não configuram infração a manutenção ou o armazenamento de resíduos no interior de imóvel de propriedade ou posse do próprio agente, desde que, cumulativamente:

I - estejam em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e urbanísticas aplicáveis;

II - não ocasionem nem possam ocasionar riscos ou danos à saúde pública, ao meio ambiente, à segurança ou a terceiros;

III - sejam adotadas medidas adequadas de acondicionamento, de segregação e de destinação, conforme a natureza dos resíduos;

IV - não favoreçam a proliferação de vetores, a geração de odores incômodos, a contaminação do solo ou da água ou ofereçam risco de incêndio; e

V - não haja transbordamento, dispersão por ação do vento ou carreamento por águas pluviais para áreas externas ao imóvel."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente

3120411



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.camara.gov.br>

Avulso do PL 580/2022 [5 de 7]

Data do Documento: 29/04/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 91/2026/SGM-P

Brasília, 23 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 580, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Altera as Leis nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer penalidades pelo descarte irregular de resíduos”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 580/2022 [6 de 7]

3120412

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3025, DE 2023

Estabelece normas de controle de origem, alienação, transporte e rastreabilidade de ouro no território nacional; altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos das Leis nºs 11.685, de 2 de junho de 2008, e 12.844, de 19 de julho de 2013.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2286678&filename=PL-3025-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3025/2023 [1 de 19]



Data do Documento: 29/04/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Estabelece normas de controle de origem, alienação, transporte e rastreabilidade de ouro no território nacional; altera a Lei n° 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Medida Provisória n° 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos das Leis n°s 11.685, de 2 de junho de 2008, e 12.844, de 19 de julho de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Esta Lei estabelece normas de controle de origem, alienação, transporte e rastreabilidade obrigatória de ouro de qualquer natureza, origem ou regime de aproveitamento no território nacional, bem como altera a Lei n° 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Medida Provisória n° 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e revoga dispositivos das Leis n°s 11.685, de 2 de junho de 2008, e 12.844, de 19 de julho de 2013.

Art. 2° No regime de permissão de lavra garimpeira, o ouro será considerado ativo financeiro ou instrumento cambial até a sua primeira venda, que será exclusiva para instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1° A primeira venda do ouro somente poderá ser realizada pelo titular da permissão de lavra garimpeira ou mandatário legalmente constituído, expressamente autorizado e devidamente registrado no sistema eletrônico previsto no art. 7° desta Lei, vedado o substabelecimento.

§ 2° As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 3025/2023 [2 de 19]

3120819





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Central do Brasil deverão registrar, na forma do regulamento, todas as aquisições de ouro realizadas, com a identificação:

I - do posto de atendimento, da agência ou do estabelecimento congênere responsável pela compra;

II - da região aurífera produtora;

III - do número da permissão de lavra garimpeira de origem;

IV - da massa de ouro bruto adquirida e transacionada;

V - dos dados de identificação do vendedor, incluídos:

a) o nome;

b) o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

c) o número de registro no órgão de registro do comércio da sede do vendedor, quando for o caso;

d) os dados do representante do vendedor no ato objeto de registro;

VI - outras informações exigidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

§ 3º O pagamento referente à operação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de crédito à conta de depósito ou de pagamento.

Art. 3º A utilização de nota fiscal emitida eletronicamente é obrigatória nas operações com ouro, a qual será registrada, obrigatoriamente, no sistema previsto no art. 7º desta Lei.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [3 de 19]

3120819





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 29/04/2026

Parágrafo único. A emissão da Nota Fiscal Eletrônica nas operações com ouro ativo financeiro ou ouro instrumento cambial deverá observar as normas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º O transporte e a custódia de ouro, independentemente de sua natureza, origem ou regime de aproveitamento, para qualquer parte do território nacional, ocorrerão acompanhados da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que:

I - será expedida eletronicamente pelo vendedor, por meio do sistema previsto no art. 7º desta Lei, em cada transação;

II - terá número de registro próprio e individualizado e será exclusiva para a massa de ouro nela identificada;

III - perderá a validade após consumada a venda, registrado o número da guia na Nota Fiscal Eletrônica da primeira aquisição.

§ 1º O transporte de ouro a que se refere o *caput* deste artigo será realizado pelo emissor da Guia de Transporte e Custódia de Ouro ou pelo mandatário legalmente constituído, expressamente autorizado e devidamente registrado no sistema previsto no art. 7º desta Lei, vedado o substabelecimento.

§ 2º O emissor da Guia de Transporte e Custódia de Ouro será responsável civil e criminalmente pelas informações prestadas sobre o ouro vendido e transportado.

§ 3º O transporte do ouro da área de extração sob regime de permissão de lavra garimpeira até a instituição



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[https](https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp)

Avulso do PL 3025/2023 [4 de 19]

3120819



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

legalmente autorizada a realizar a primeira aquisição ocorrerá exclusivamente na circunscrição da região aurífera produtora, acompanhado da Guia de Transporte e Custódia de Ouro.

§ 4º Entendem-se por região aurífera produtora os Municípios localizados na região geográfica coberta pela província ou pelo distrito aurífero nos quais estão localizadas as frentes de lavra, conforme estabelecido pela ANM, com fundamento em estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil.

§ 5º Estará sujeito à apreensão e ao perdimento o ouro produzido sob regime de permissão de lavra garimpeira que, antes de sua primeira aquisição, seja transportado para fora da região aurífera produtora.

§ 6º A ANM disporá sobre a emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, que deverá conter, no mínimo:

I - os dados completos de identificação do vendedor e do comprador, ou do estabelecimento responsável pela custódia, incluídos:

- a) o número do registro geral;
- b) o número do CPF ou do CNPJ; e
- c) o endereço completo;

II - o Estado e o Município do local de origem do ouro;

III - a Guia de Transporte e Custódia de Ouro referente à primeira comercialização, com as seguintes informações:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [5 de 19]

3120819



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Data do Documento: 29/04/2026

a) o número do processo minerário da permissão de lavra garimpeira, da concessão de lavra ou de outro título minerário que tenha autorizado a extração e a venda do ouro;

b) o número da licença ambiental e o órgão emissor;

c) a indicação da origem do mercúrio utilizado no processo de extração do ouro, caso faça parte desse processo;

IV - a massa de ouro objeto da transação, em grama (g);

V - o teor do ouro;

VI - o local para onde o ouro será transportado;

VII - os dados de identificação do transportador;

VIII - o período no qual o transporte ocorrerá, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

IX - os números das Guias de Transporte e Custódia de Ouro anteriores, para os transportes e as custódias posteriores à primeira aquisição; e

X - os demais documentos comprobatórios da legalidade na rastreabilidade do ouro desde a origem.

§ 7º Caberá à ANM regulamentar o uso do sistema previsto no art. 7º desta Lei de forma a possibilitar:

I - o registro das informações cadastrais dos outorgados, bem como das informações por eles prestadas, para fins do procedimento fiscalizatório;

II - o registro das aquisições de ouro realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do § 2º do art. 2º desta Lei;

III - a gestão das informações sobre as Guias de Transporte e Custódia de Ouro;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [6 de 19]

3120819



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

6

IV - a disponibilização das informações, em transparência ativa e para os fins previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

V - o compartilhamento de dados e de informações com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, o Banco Central do Brasil, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e os órgãos de segurança pública.

Art. 5º A prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino será realizada, mediante o registro das informações e a marcação física, na forma prevista no art. 7º desta Lei, e:

I - até a primeira aquisição, mediante a apresentação da respectiva Guia de Transporte e Custódia de Ouro;

II - após a primeira aquisição, mediante a apresentação da Guia de Transporte e Custódia de Ouro e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, relativa à última transação, sem prejuízo de outras informações exigidas pela ANM ou por órgãos ambientais.

Parágrafo único. Estará sujeito à apreensão pelos órgãos competentes e ao perdimento no âmbito administrativo pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil o ouro transportado ou sob custódia que esteja:

I - sem a devida documentação, incluídos o registro no sistema de rastreabilidade e a marcação física, conforme disposto no art. 7º desta Lei; ou

II - acompanhado por documentação fiscal irregular ou que contenha informações incompletas ou falsas.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[https](https://www.senado.gov.br)

Avulso do PL 3025/2023 [7 de 19]

3120819



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 6º Fica instituída a Taxa de Registro das Transações e de Marcação Física do Ouro (Touro), pela utilização do Sistema de Rastreabilidade do Ouro, de que trata o art. 7º desta Lei.

§ 1º Constituem fato gerador da Touro:

I - a emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro; e

II - a marcação física do metal.

§ 2º Os contribuintes da Touro são as pessoas físicas e jurídicas que estejam obrigadas à utilização do sistema de rastreabilidade, nos termos do § 5º do art. 7º desta Lei.

§ 3º O valor devido pela cobrança da Touro é de:

I - R\$ 2,00 (dois reais), pela emissão da Guia de Transporte e Custódia de Ouro; e

II - R\$ 5,00 (cinco reais) por grama de ouro, pela marcação física do metal.

§ 4º As alíquotas específicas de que trata o § 3º deste artigo serão reajustadas, anualmente, mediante ato do Poder Executivo, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

§ 5º É autorizado ao Poder Executivo reduzir e restabelecer o valor das alíquotas específicas de que trata o § 3º deste artigo, inclusive para diferenciá-las para grupos específicos de contribuintes, considerados as informações de que trata o § 6º do art. 7º desta Lei e os princípios previstos no § 3º do art. 145 da Constituição Federal.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [8 de 19]

3120819





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 29/04/2026

§ 6º A Touro deverá ser recolhida pelos contribuintes previamente à realização dos atos previstos no § 1º deste artigo.

§ 7º O produto da arrecadação da Touro constituirá receita vinculada no orçamento geral da União e será destinada integralmente à Casa da Moeda do Brasil, considerada a competência prevista no § 2º do art. 2º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973.

Art. 7º Fica instituído o Sistema de Rastreabilidade do Ouro, que deverá incluir o registro obrigatório de todas as transações e de todos os envolvidos na cadeia produtiva, com marcação física e digital, com o fim de identificar a origem legítima e de combater a comercialização ilegal em todo o território nacional.

§ 1º A marcação inequívoca e segura será confeccionada, aplicada e gerida pela Casa da Moeda do Brasil e conterà dispositivos de segurança aprovados pela ANM, de forma a possibilitar a verificação de sua autenticidade no momento da aplicação e ao longo da cadeia produtiva, mediante a utilização de equipamentos de inspeção exclusivos dos órgãos de controle.

§ 2º O sistema de que trata o *caput* deste artigo não excluirá as competências dos órgãos ambientais, fiscais e regulatórios, as atividades de perícia ou o gerenciamento de bancos de dados de perfis auríferos de responsabilidade técnico-científica da Polícia Federal.

§ 3º A operacionalização do sistema de que trata o *caput* deste artigo será realizada exclusivamente pela Casa da Moeda do Brasil e englobará a implantação, a manutenção



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [9 de 19]

3120819



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

preventiva e corretiva do sistema, o fornecimento dos equipamentos exclusivos de inspeção e o desenvolvimento contínuo de tecnologia, em observância dos requisitos estabelecidos no regulamento da ANM.

§ 4º Regulamento expedido pela ANM, no prazo de até 60 (sessenta) dias, detalhará os procedimentos, a auditoria por órgãos regulares e de segurança, o cronograma para entrada em operação do sistema, a qual iniciará em até 90 (noventa) dias a partir da publicação do regulamento, e a forma de recolhimento da Touro.

§ 5º As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades autorizadas de extração, tratamento, refino, beneficiamento, depósito, custódia, transporte, primeira aquisição, compra e venda de ouro, inclusive para exportação, ficam obrigadas à utilização do sistema de que trata este artigo.

§ 6º A Casa da Moeda do Brasil informará anualmente ao Poder Executivo os dados relativos à operacionalização do sistema de que trata este artigo.

Art. 8º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil manterão, na forma de regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional, estruturas de gerenciamento de riscos capazes de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos advindos da aquisição de ouro, que compreendam, no mínimo:

I - diligências quanto à verificação da veracidade das informações fornecidas pelo vendedor, inclusive quanto à origem lícita do ouro comercializado;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://www.camara.gov.br/legislacao/documentos/3120819>

Avulso do PL 3025/2023 [10 de 19]

3120819



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

II - medidas de prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, e em regulamento do Banco Central do Brasil.

§ 1º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão manter em seus arquivos e em via digital, por 10 (dez) anos, independentemente do valor da operação, todos os documentos que comprovem as informações da alienação do ouro.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º deste artigo poderão ser solicitados, a qualquer tempo, pelo Banco Central do Brasil, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º Verificada qualquer irregularidade na tentativa de alienação de ouro, a instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional a que se refere o *caput* deste artigo reportará o ocorrido à ANM, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e à autoridade policial competente, para adoção das providências cabíveis.

§ 4º As instituições financeiras e seus representantes que descumprirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 5º a 10 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [11 de 19]

3120819



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Data do Documento: 29/04/2026

Art. 9º São impedidas de exercer o controle societário, de participar do grupo de controle societário e de ocupar cargos de administração ou funções em órgãos estatutários ou contratuais de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que realizem a atividade de primeira aquisição de ouro oriundo de lavra garimpeira as pessoas que:

I - sejam titulares de processos minerários;

II - tenham recebido poderes para atuar em nome de titulares de direitos minerários para a comercialização de ouro;

III - tenham condenação penal transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática de algum dos seguintes crimes:

a) organização criminosa, previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013;

b) receptação qualificada, previsto nos §§ 1º, 6º, 7º e 8º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

c) extração, transporte ou comercialização de ouro sem título minerário, previsto no art. 2º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, ou sem licenciamento ambiental, conforme o disposto no art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

d) "lavagem", previsto no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro);

e) grilagem, previsto no art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [12 de 19]

3120819





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Data do Documento: 29/04/2026

f) concussão, previsto no art. 316 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

g) corrupção ativa, previsto no art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

h) corrupção passiva, previsto no art. 317 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

i) contra a economia popular, previsto nos arts. 2º a 4º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951;

j) contra a fé pública, previsto nos arts. 289 a 311-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

k) contra a ordem tributária, previsto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

l) apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

m) sonegação de contribuição previdenciária, previsto no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

IV - tenham cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I e II do deste *caput*.

§ 1º As pessoas que se encontrarem, na data de publicação desta Lei, nas hipóteses de impedimento de que trata o *caput* deste artigo deverão regularizar sua situação em até 60 (sessenta) dias, no caso de administradores, e em até 120 (cento e vinte) dias, no caso de controladores,



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https>

Avulso do PL 3025/2023 [13 de 19]

3120819



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

observadas a forma e as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e a legislação aplicável.

§ 2º O descumprimento do disposto no § 1º deste artigo sujeitará as pessoas envolvidas às penalidades previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, sem prejuízo da adoção de outras medidas de supervisão, como o afastamento do exercício do cargo ou da função referidos no *caput* deste artigo e o cancelamento da autorização para funcionamento da instituição, nos termos da legislação aplicável.

Art. 10. A Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 1º

.....

II - (revogado);

III - o ouro extraído sob regime de permissão de lavra garimpeira.

.....” (NR)

“Art. 3º As operações e a destinação do ouro a que se refere o art. 1º desta Lei serão comprovadas por meio das notas fiscais emitidas eletronicamente e da Guia de Transporte e Custódia de Ouro, nos termos previstos em legislação própria, sem prejuízo de outros documentos exigidos em regulamentação.

§ 1º (Revogado).

§ 2º O ouro desacompanhado da documentação prevista em lei, ou acompanhado por

3120819



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://www.camara.gov.br/legis/assinado>

Avulso do PL 3025/2023 [14 de 19]



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

14

documentação fiscal irregular ou que contenha informações incompletas ou falsas, ou fora do sistema de rastreabilidade do ouro, estará sujeito a:

I - apreensão pelos órgãos competentes; e

II - perdimento pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”(NR)

Art. 11. A custódia, a comercialização e o transporte de ouro em desacordo com o previsto nesta Lei sujeitarão os envolvidos à responsabilização cível e criminal, além das penalidades previstas nos arts. 70 a 76 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nos arts. 63 e 64 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 12. Eventuais despesas decorrentes do disposto nesta Lei estarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 13. O art. 68 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 68. Quando houver indícios de infração punível com a pena de perdimento, a mercadoria importada ou a ser exportada será retida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, até que seja concluído o correspondente procedimento de fiscalização.

.....”(NR)

Art. 14. Ficam revogados:

I - na data de publicação desta Lei:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
https

Avulso do PL 3025/2023 [15 de 19]

3120819





CÂMARA DOS DEPUTADOS

a) o inciso II do § 1º do art. 1º, o art. 2º e o § 1º do art. 3º da Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989;

b) os arts. 37 a 42 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013; e

II - em 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, o art. 9º da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto nas alíneas *b* e *c* do inciso III do *caput* do art. 150 da Constituição Federal, para fins de início da cobrança da taxa instituída por esta Lei.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[https](https://www.senado.gov.br)

Avulso do PL 3025/2023 [16 de 19]

3120819



Data do Documento: 29/04/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 92/2026/SGM-P

Brasília, 24 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, do Poder Executivo, que “Estabelece normas de controle de origem, alienação, transporte e rastreabilidade de ouro no território nacional; altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos das Leis nºs 11.685, de 2 de junho de 2008, e 12.844, de 19 de julho de 2013”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 3025/2023 [17 de 19]

3118178



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art145_par3
 - art150_cpt_inc3_ali2
 - art150_cpt_inc3_ali3
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
 - art168-1
 - art180_par1
 - art180_par6
 - art180_par7
 - art180_par8
 - art316
 - art317
 - art333
 - art337-1
- Decreto-Lei nº 227, de 28 de Fevereiro de 1967 - Código de Mineração (1967) - 227/67
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967;227>
 - art63
 - art64
- Lei nº 1.521, de 26 de Dezembro de 1951 - Lei dos Crimes contra a Economia Popular (1951) - 1521/51
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1951;1521>
- Lei nº 5.895, de 19 de Junho de 1973 - LEI-5895-1973-06-19 - 5895/73
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1973;5895>
 - art2_par2
- Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976 - Lei da CVM (1976) - 6385/76
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1976;6385>
 - art11
- Lei nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 - Lei do Parcelamento do Solo Urbano (1979) - 6766/79
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1979;6766>
 - art50
- Lei nº 7.766, de 11 de Maio de 1989 - LEI-7766-1989-05-11 - 7766/89
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1989;7766>
 - art1_par1_inc2
 - art2
 - art3_par1
- Lei nº 8.137, de 27 de Dezembro de 1990 - Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária (1990) - 8137/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8137>
 - art1



- art2
- Lei nº 8.176, de 8 de Fevereiro de 1991 - LEI-8176-1991-02-08 - 8176/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8176>
- art2
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais (1998) - 9605/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
- art55
- Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro - 9613/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9613>
- art1
- Lei nº 11.685, de 2 de Junho de 2008 - Estatuto do Garimpeiro - 11685/08
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11685>
- art9
- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (2011) - 12527/11
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>
- Lei nº 12.844, de 19 de Julho de 2013 - Lei da Boa-Fé (2013) - 12844/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12844>
- Lei nº 12.850, de 2 de Agosto de 2013 - Lei de Combate ao Crime Organizado (2013) - 12850/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12850>
- art2
- Lei nº 13.260, de 16 de Março de 2016 - LEI-13260-2016-03-16 - 13260/16
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13260>
- Lei nº 13.506, de 13 de Novembro de 2017 - LEI-13506-2017-11-13 - 13506/17
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13506>
- Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2158-35-2001-08-24 - 2158-35/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2158-35>
- art68





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4820, DE 2023

Dispõe sobre a atenção integral à pessoa com epidermólise bolhosa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui pensão especial destinada às pessoas com a doença.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2339142&filename=PL-4820-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4820/2023 [1 de 5]



Data do Documento: 29/04/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre a atenção integral à pessoa com epidermólise bolhosa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui pensão especial destinada às pessoas com a doença.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a atenção integral à pessoa com epidermólise bolhosa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui pensão especial destinada às pessoas com a doença.

Art. 2º São direitos da pessoa com epidermólise bolhosa, entre outros:

I - acesso a consultas, a exames complementares e a testes necessários ao diagnóstico precoce;

II - tratamento integral e multidisciplinar, iniciado imediatamente após a conclusão diagnóstica;

III - acesso a medicamentos, a curativos, a coberturas, a suplementos e a demais insumos necessários à atenção à saúde, de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aprovados pelo Ministério da Saúde;

IV - atendimento domiciliar, quando houver impossibilidade de locomoção do paciente ou quando indicado pela equipe assistente;

V - acompanhamento genético, quando indicado;

VI - acompanhamento em saúde mental, quando necessário, para o paciente e sua família;

VII - não discriminação em razão de sua condição de saúde.

Art. 3º O poder público garantirá, por meio do SUS, a atenção integral à pessoa com epidermólise bolhosa.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 4820/2023 [2 de 5]

3120722



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

§ 1º O SUS deverá organizar serviços e fluxos assistenciais aptos ao atendimento da pessoa com epidermólise bolhosa, inclusive com equipes multidisciplinares capacitadas.

§ 2º O atendimento integral de que trata o *caput* deste artigo compreende ações de promoção, de prevenção, de diagnóstico, de tratamento, de reabilitação e de cuidados paliativos, conforme o caso.

§ 3º O poder público promoverá campanhas educativas e de conscientização sobre a epidermólise bolhosa, com o objetivo de ampliar a informação, de reduzir o preconceito e de favorecer o diagnóstico precoce.

Art. 4º À pessoa com epidermólise bolhosa será concedida pensão especial mensal, de caráter personalíssimo e intransferível, no valor de 1 (um) salário mínimo.

§ 1º Quando a pessoa beneficiária for menor de idade ou incapaz, a pensão especial de que trata este artigo será paga ao seu representante legal, em nome e em benefício do menor ou incapaz.

§ 2º A pensão especial de que trata este artigo:

I - não poderá ser acumulada com benefícios previdenciários, assistenciais ou indenizações pagas pela União em razão dos mesmos fatos, assegurado o direito de opção pelo benefício mais vantajoso;

II - não gerará direito a abono anual;

III - não gerará pensão por morte;

IV - não será transmissível a herdeiros ou dependentes.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 4820/2023 [3 de 5]

3120722



Data do Documento: 29/04/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

3

Art. 5º O requerimento da pensão especial prevista no art. 4º desta Lei será realizado perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Parágrafo único. A concessão do benefício dependerá de avaliação médica e de avaliação social, na forma do regulamento.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas se for necessário, observada, quanto à pensão especial, a programação orçamentária pertinente às indenizações e às pensões especiais de responsabilidade da União.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 4820/2023 [4 de 5]

3120722

Data do Documento: 29/04/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 94/2026/SGM-P

Brasília, 29 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.820, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre a atenção integral à pessoa com epidermólise bolhosa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e institui pensão especial destinada às pessoas com a doença”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp)

Avulso do PL 4820/2023 [5 de 5]

3120724



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 533, DE 2024

Institui a Política Nacional Mais Cultura nas Escolas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2391116&filename=PL-533-2024



[Página da matéria](#)



Data do Documento: 29/04/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui a Política Nacional Mais Cultura nas Escolas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional Mais Cultura nas Escolas, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no País.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional Mais Cultura nas Escolas:

I - ampliar o acesso à cultura e o repertório cultural de estudantes, de professores e de comunidades em que as escolas estão inseridas, contemplando a diversidade cultural na vivência escolar, bem como o acesso às diversas formas de linguagens artísticas;

II - promover e integrar atividades artístico-culturais no currículo de escolas públicas, em alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular e a perspectiva da educação integral, conforme disponibilidade orçamentária;

III - promover, fortalecer e consolidar territórios educativos, com a valorização do diálogo entre saberes comunitários e escolares e a integração à realidade escolar das potencialidades educativas do território em que a escola está inserida;

IV - ampliar a inserção de conteúdos artísticos que contemplem a diversidade cultural na vivência escolar;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 533/2024 [2 de 10]

3119593



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

V - proporcionar o encontro da vivência escolar com as manifestações artísticas desenvolvidas fora do contexto escolar;

VI - promover o reconhecimento do processo educativo como construção cultural em constante formação e transformação;

VII - fomentar o comprometimento de professores e de estudantes com os saberes culturais locais;

VIII - contribuir para o fortalecimento da prática e do ensino das manifestações culturais populares e das expressões artísticas regionais no âmbito do currículo e das práticas pedagógicas das escolas de educação básica;

IX - proporcionar aos estudantes vivências artísticas e culturais que promovam a afetividade e a criatividade existentes no processo de ensino e aprendizagem;

X - fortalecer a cooperação, o intercâmbio e a produção artística entre diferentes profissionais da educação e da cultura, incluídos artistas, mestres da cultura, agentes culturais do território, professores, estudantes e comunidades escolares; e

XI - garantir a realização de parcerias para iniciativas culturais para a implementação de plano de atividade cultural anual em escolas públicas de educação básica dos sistemas de ensino dos entes federativos.

Art. 3º A União prestará apoio operacional aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que aderirem à Política Nacional Mais Cultura nas Escolas, na forma do regulamento.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://>

Avulso do PL 533/2024 [3 de 10]

3119593

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 1º O apoio operacional compreenderá a orientação, a articulação, o acompanhamento, os instrumentos e os recursos necessários à elaboração, à seleção, à execução e ao monitoramento dos planos de atividade cultural.

§ 2º A seleção dos projetos direcionados à implementação da Política Nacional Mais Cultura nas Escolas observará procedimento público e critérios definidos em regulamento e poderá contar com acompanhamento do conselho escolar ou de instância equivalente.

§ 3º O plano de atividade cultural conterá a delimitação das ações, as metas, o cronograma de execução e a previsão de início e término das atividades.

§ 4º A execução dos planos de atividade cultural poderá abranger bens, serviços e demais meios necessários à realização das atividades artísticas, culturais e pedagógicas neles previstas.

Art. 4º O plano de atividade cultural deverá considerar, com base na realidade escolar, pelo menos 1 (um) dos seguintes eixos temáticos:

I - residência de artistas para pesquisa e experimentação nas escolas: desenvolvimento de propostas com artistas da arte contemporânea ou mestres da cultura popular e tradicional de diferentes segmentos e linguagens que, por meio da residência artística, promovam intercâmbio cultural e estético contínuo entre o artista proponente e a escola, devendo as ações propostas romper os limites socialmente determinados nas linguagens artísticas entre arte consagrada e cultura popular, de forma a valorizar a inovação e,



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 533/2024 [4 de 10]

3119593

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

concomitantemente, a potencializar as escolas como espaços de experimentação e de reflexão artística;

II - criação, circulação e difusão da produção artística: atividades de formação cultural e aprendizado que compreendam as manifestações populares e eruditas que fazem uso de linguagens artísticas, como artes cênicas, audiovisual, música, artes da palavra e artes visuais;

III - atividades em ambientes culturais fora da escola: atividades de formação em espaços próprios da cultura, como teatros, museus, galerias de arte, ateliês de artistas, pontos de cultura, praças, parques, cinemas, bibliotecas, sítios históricos, públicos, privados ou do terceiro setor, compreendidos esses equipamentos como ambientes de formação artística e de repertórios culturais, por meio de visitas guiadas, oficinas, minicursos, residências artísticas, atividades e vivências em diferentes locais, possibilitada a utilização das edificações e dos espaços culturais das universidades;

IV - educação patrimonial, que compreende patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social: atividades participativas de formação cultural e aprendizado que promovam vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à memória e à identidade cultural dos variados segmentos da população brasileira, como os monumentos e obras de arte, os modos de vida, as festas, as comidas, as danças, as brincadeiras, as palavras e expressões, os saberes e fazeres da cultura brasileira, inclusive com produção de materiais didáticos, realização de



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 533/2024 [5 de 10]

3119593



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

5

oficinas de transmissão de saberes tradicionais, pesquisas em arquivos e locais referenciais para a história e a identidade local, regional e nacional, entre outras atividades;

V - cultura digital e comunicação: atividades de formação cultural e aprendizado que abrangem técnicas de comunicação tradicionais e contemporâneas, entre as quais ambientes digitais que utilizem, preferencialmente, *software* livre, internet e mídias diversas, tais como multimídia, rádio e TV comunitárias, videoclipe, videoarte, *web* arte, para democratização da produção, acesso, registro e divulgação da informação e dos conteúdos culturais;

VI - cultura afro-brasileira: atividades de formação cultural e aprendizado que valorizam o conjunto de manifestações culturais que contenham elementos históricos, sociais e econômicos responsáveis pela formação sociocultural brasileira e suas instituições;

VII - culturas indígenas: atividades de formação cultural e aprendizado que valorizam o conjunto de manifestações culturais indígenas em suas diversas expressões;

VIII - educação museal: atividades de identificação, pesquisa, seleção, coleta, preservação, registro, exposição e divulgação de objetos, expressões culturais materiais e imateriais e de valorização do meio ambiente e dos saberes da comunidade, bem como a utilização de ferramentas educacionais para a interpretação e a difusão do patrimônio cultural; práticas museais que possibilitam à comunidade escolar e aos territórios educativos experimentarem situações de ensino-aprendizagem relacionadas



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 533/2024 [6 de 10]

3119593

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

6

à fruição da memória e à construção da cidadania cultural; museus escolares como espaços dialógicos que permitem a interdisciplinaridade de diferentes áreas do conhecimento ligadas à realidade escolar e ao seu entorno;

IX - promoção da leitura e da literatura no ambiente escolar: realização de projetos de formação de leitores e da promoção da literatura no ambiente escolar, por meio da criação de clubes de leitura, organização de salas de leitura e bibliotecas escolares, eventos literários, saraus, competições de poesia, formação de mediadores de leitura, entre outras atividades, com ênfase na dimensão cultural da leitura como elemento para ampliação dos repertórios culturais e na formação de leitores críticos, inventivos e autônomos;

X - audiovisual e cinema: projetos de produção audiovisual e aprendizagem da linguagem audiovisual, bem como o estímulo à criação de cineclubes e à exibição de filmes de produção nacional com mediação pedagógica, prevista no § 8º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de forma integrada à proposta pedagógica da escola; e

XI - cultura do acesso e direitos culturais das pessoas com deficiência: qualquer ação que aproxime a comunidade escolar da realidade das pessoas com deficiência, como visitas a institutos e a associações, presença de artistas com deficiência, rodas de conversa.

Art. 5º Para a execução das medidas de que trata esta Lei, poderão ser utilizados recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 533/2024 [7 de 10]

3119593



Data do Documento: 29/04/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

7

Direto na Escola (PDDE), de que trata a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009.

Art. 6° A implementação da Política Nacional Mais Cultura nas Escolas será custeada por dotações orçamentárias de todos os entes federativos consignadas anualmente nos respectivos orçamentos, observada a legislação orçamentária e fiscal.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 22 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 533/2024 [8 de 10]

3119593



Data do Documento: 29/04/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 87/2026/SGM-P

Brasília, 22 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 533, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Política Nacional Mais Cultura nas Escolas”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp)

Avulso do PL 533/2024 [9 de 10]

3119318

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - art26_par8
- Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009 - Lei da Alimentação Escolar (2009) - 11947/09
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;11947>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3453, DE 2024

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2472842&filename=PL-3453-2024



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3453/2024 [1 de 4]



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 34 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 34.

Parágrafo único. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreverá em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que tiver cessado a permanência.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 3453/2024 [2 de 4]

3120723

Data do Documento: 29/04/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 95/2026/SGM-P

Brasília, 29 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.453, de 2024, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 3453/2024 [3 de 4]

3120725

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - Lei dos Cartórios; Lei dos Notários e Registradores - 8935/94

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1994;8935>

- art34

Avulso do PL 3453/2024 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2025

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para instituir a Taxa de Fiscalização e Serviços das Atividades das Indústrias do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Hidrogênio e da Captura e Estocagem Geológica de Dióxido de Carbono (TFS-ANP), a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis, a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para inibir o uso indiscriminado de ações judiciais para descumprimento das metas da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), e a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2854297&filename=PL-399-2025



[Página da matéria](#)



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para instituir a Taxa de Fiscalização e Serviços das Atividades das Indústrias do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Hidrogênio e da Captura e Estocagem Geológica de Dióxido de Carbono (TFS-ANP), a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis, a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para inibir o uso indiscriminado de ações judiciais para descumprimento das metas da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), e a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para instituir a Taxa de Fiscalização e Serviços das Atividades das Indústrias do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Hidrogênio e da Captura e Estocagem Geológica de Dióxido de Carbono (TFS-ANP), a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis, a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para inibir o uso indiscriminado de ações judiciais para descumprimento das metas da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), e a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Art. 2º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º
.....

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [2 de 34]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

XXIV - Biocombustível: substância derivada de biomassa renovável, tal como biodiesel, etanol, biometano e outras substâncias estabelecidas em regulamento da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), que pode ser empregada diretamente, como insumo para mistura obrigatória, ou mediante alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, podendo substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

....." (NR)

"Art. 15.

.....

VI - as taxas de que trata o art. 16-A desta Lei." (NR)

"Art. 16-A. Fica instituída a Taxa de Fiscalização e Serviços das Atividades das Indústrias do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Hidrogênio e da Captura e Estocagem Geológica de Dióxido de Carbono (TFS-ANP).

§ 1º Constitui fato gerador da taxa de que trata o *caput* deste artigo o exercício regular do poder de polícia ou a prestação de serviços públicos de competência da ANP, conforme a relação constante do Anexo desta Lei.

§ 2º A taxa de que trata o *caput* deste artigo será devida em conformidade com o respectivo



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [3 de 34]

3116542



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

fato gerador, no valor e na periodicidade previstos no Anexo desta Lei.

§ 3º A taxa de que trata o *caput* deste artigo deverá ser recolhida conforme os termos dispostos em ato da ANP.

§ 4º Às renovações de registros, autorizações e certificados aplicam-se o valor e a periodicidade estipulados para os atos iniciais na forma prevista no Anexo desta Lei.

§ 5º As taxas associadas ao cumprimento da obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural deverão ser abatidas da obrigação do ano do efetivo desembolso.”

“Art. 16-B. A TFS-ANP não paga no vencimento sujeita-se às regras previstas na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, ou na lei que vier a substituí-la.

Parágrafo único. O crédito poderá ser parcelado administrativamente, a juízo da ANP, antes de sua inscrição em dívida ativa.”

“Art. 16-C. A TFS-ANP será devida a partir de 1º de janeiro de 2027 e recolhida em conta bancária vinculada à ANP.”



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 399/2025 [4 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

“Art. 16-D. A TFS-ANP deverá ser atualizada monetariamente, por ato da ANP, em periodicidade anual, a partir de sua regulamentação, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice oficial que o substitua.

Parágrafo único. Os valores das multas previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, serão atualizados monetariamente, por ato da ANP, em periodicidade anual, nos termos do § 1º do art.3º da referida Lei, pelo IPCA ou outro índice oficial que o substitua.”

Art. 3º A Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I -

Multa - de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) a R\$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais);

II -

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais);

III -

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

IV -



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [5 de 34]

3116542



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais);

V -

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

VI -

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

VII -

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

VIII -

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

IX -

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais);

X -

Multa - de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

XI -

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [6 de 34]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais);

XII -

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais);

XIII -

Multa - de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

XIV -

Multa - de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais) a R\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais);

XV -

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais);

XVI -

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais);

XVII -

Multa - de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) a R\$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais);

XVIII -

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [7 de 34]



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais);

XIX -

Multa - de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais) a R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais);

XX -

Multa - de R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) a R\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil reais);

XXI - não cumprir as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, incluídas as metas de aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS) da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio):

Multa - de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

XXII - a não comprovação, por meio de lastro documental idôneo, do cumprimento da obrigação de adição de biocombustíveis aos combustíveis fósseis:

Multa - proporcional ao volume de biodiesel que deixou de ser adicionado, com valores a serem definidos em regulamento, podendo variar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [8 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

XXIII - emitir ou utilizar nota fiscal que ateste, de forma simulada ou fraudulenta, o cumprimento da obrigação de adição de biodiesel prevista em lei, sem que a operação tenha efetivamente ocorrido:

Multa - de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

§ 1º Os valores das multas previstas neste artigo serão atualizados anualmente, a partir da entrada em vigor deste parágrafo, em ato normativo da ANP e com base na variação de índice oficial de inflação.

§ 2º Os valores atualizados das multas incidirão apenas sobre fatos geradores ocorridos após a data de sua vigência, permanecendo os processos sancionadores em trâmite regidos pelos valores vigentes à época da infração.

§ 3º Na graduação das multas previstas nos incisos XI e XXI do *caput* deste artigo, a autoridade considerará, cumulativamente:

- I - gravidade e extensão do dano;
- II - vantagem auferida;
- III - porte e capacidade econômica do infrator;
- IV - reincidência específica;
- V - cooperação e prontidão na correção da irregularidade." (NR)

"Art. 5º

.....



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [9 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

V - suspender de forma cautelar a autorização, diante de fundadas razões de interesse público, nos casos previstos nos incisos II, V, VII, VIII, XI, XIII, XIV, XXI, XXII e XXIII do *caput* do art. 3º desta Lei, nos termos da regulação da ANP.

....." (NR)

"Art. 8º Observado o princípio da proporcionalidade, a pena de suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação, será aplicada:

.....

III - quando ficar comprovado em processo administrativo a não realização pelo agente econômico das adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis, conforme os parâmetros estabelecidos pela ANP.

....." (NR)

"Art. 9º A pena de revogação de autorização de filial será aplicada a estabelecimento ou instalação que:

I - já tiver sido punida com a pena de suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação;

II - reincidir nas infrações previstas nos incisos VIII e XI do *caput* do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. A pessoa jurídica não poderá, por 5 (cinco) anos, obter nova autorização

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [10 de 34]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

para o mesmo local, estabelecimento ou instalação.” (NR)

“Art. 10.

.....

II - já tiver sido punida com a pena de suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação e não existir outra instalação ou estabelecimento autorizado pela ANP;

III - reincidir nas infrações previstas nos incisos VIII e XI do *caput* do art. 3º desta Lei e não existir outra instalação ou estabelecimento autorizado pela ANP;

IV - descumprir a pena de suspensão temporária ou cautelar, total ou parcial, ou a pena de revogação de autorização de filial;

.....

VII - reincidir nas infrações previstas nos incisos VIII e XI do *caput* do art. 3º desta Lei e já tiver sido punida com a pena de revogação de autorização de filial em qualquer estabelecimento ou instalação, conforme o *caput* do art. 9º desta Lei;

VIII - atuar em desacordo com as disposições desta Lei ou regulamentação aplicável, existentes fundadas razões de interesse público; e

IX - for enquadrado como devedor contumaz, nos termos da Lei Complementar nº 225, de 8 de janeiro de 2026.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [11 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 1º Aplicada a penalidade prevista neste artigo, os responsáveis pela pessoa jurídica ao tempo da constatação da infração, incluídos o proprietário, todos os sócios de empresas de responsabilidade limitada, o acionista controlador, o administrador, o diretor e o representante legal, ficarão impedidos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado do processo administrativo, de exercer atividade prevista nesta Lei.

§ 2º (Revogado).

§ 3º Na hipótese prevista no inciso V do *caput* deste artigo, será resguardado o devido processo legal no âmbito também da ANP e ponderado o risco de desabastecimento.

§ 4º A penalidade prevista neste artigo será permanente e obstará novo pedido de autorização vinculado ao número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) afetada.

§ 5º Será concedido o prazo de 90 (noventa) dias para a retirada dos responsáveis punidos, conforme previsto no § 1º deste artigo, da estrutura societária e administrativa, do controle e da representação de todas as empresas autorizadas pela ANP, sob pena de revogação.

§ 6º A punição de que trata o § 1º deste artigo poderá ser estendida às estruturas societárias superiores da empresa, pela quantidade



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 399/2025 [12 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

12

de níveis julgados necessários, quando houver fundadas razões e ficar caracterizada a interposição de pessoas ou empresas ou a punição não cumprir os objetivos da regulação.” (NR)

“Art. 11.

.....

VI - não houver reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da apreensão.

.....

§ 3º A critério da ANP, o produto objeto de perdimento poderá ser doado, vendido em hasta pública, descartado ou incorporado ao seu patrimônio.

§ 4º Os custos de realocação e transporte dos bens ou das mercadorias correrão por conta do detentor original, desde o momento da apreensão até a ocorrência de sua liberação ou perdimento, no caso de apreensão de combustíveis.” (NR)

“Art. 13.

.....

§ 3º É admitida a participação de terceiros interessados no processo, inclusive na qualidade de assistente, bem como de outros legitimados que possam contribuir para o esclarecimento da matéria, nos termos dos incisos II, III e IV do *caput* do art. 9º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 4º As decisões administrativas proferidas pela ANP no julgamento dos processos

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [13 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

instaurados com base nesta Lei deverão ser disponibilizadas em plataformas de busca acessíveis na internet.

§ 5º Nos processos que possam resultar em revogação da autorização para o exercício da atividade, a decisão deverá ser precedida de parecer do órgão de assessoramento jurídico da ANP e da análise dos impactos no abastecimento nacional ou regional de combustíveis.”(NR)

“Art. 17. Constatada a prática das infrações previstas nos incisos V, VI, VIII, X, XI, XIII, XXI e XXII do caput do art. 3º desta Lei, e após a decisão de primeira instância proferida no processo administrativo, a autoridade competente da ANP, sob pena de responsabilidade, encaminhará ao Ministério Público cópia integral dos autos, para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), nas Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), 8.884, de 11 de junho de 1994, e 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e na legislação superveniente.”

Art. 4º A Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, equipara-se ao distribuidor de combustível o produtor de derivados de petróleo e gás natural que

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [14 de 34]





CÂMARA DOS DEPUTADOS

comercializar seus derivados diretamente ao consumidor final.”(NR)

“Art. 9º-D A concessão de tutela provisória de urgência ou de evidência, em qualquer grau de jurisdição, em ação que tenha por objeto a suspensão, a substituição ou o diferimento do cumprimento da meta individual de aquisição de CBIOS, somente será admitida quando o pedido for instruído com a comprovação do depósito do referido crédito em quantidade equivalente à fração incontroversa da meta declarada pelo autor da ação, nos termos do regulamento da ANP.

Parágrafo único. É vedado o segredo de justiça em ação judicial a que se refere o *caput* deste artigo, em razão do relevante interesse coletivo envolvido no cumprimento das metas compulsórias de descarbonização.”

Art. 5º A Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 13-A e 13-B:

“Art. 13-A. A sentença que anular, suspender ou, por qualquer modo, afastar a eficácia, no todo ou em parte, de ato normativo ou decisão final de caráter regulatório editado por agência reguladora ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição e não produzirá efeito antes de ser confirmada pelo tribunal competente.

§ 1º Nas ações que tenham por objeto os atos referidos no *caput* deste artigo, a tutela provisória será concedida, em regra, após a prévia



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 399/2025 [15 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

oitiva da agência reguladora e da pessoa jurídica diretamente afetada pela medida, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, salvo risco de dano grave, concreto e irreparável, devidamente demonstrado.

§ 2º A tutela provisória concedida sem a prévia oitiva de que trata o § 1º deste artigo deverá ser reapreciada pelo juiz, após manifestação da agência reguladora e da pessoa jurídica diretamente afetada pela medida, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e perderá a eficácia se não for expressamente mantida, modificada ou revogada nesse prazo.

§ 3º Não será cabível tutela provisória que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação ou produza efeitos irreversíveis sobre a regulação setorial ou sobre a continuidade, a segurança ou a adequação da prestação do serviço regulado, ressalvada hipótese excepcional em que, cumulativamente:

I - a fundamentação seja qualificada, com demonstração concreta e individualizada do risco de dano irreparável;

II - a agência reguladora tenha sido previamente ouvida, ainda que em prazo reduzido; e

III - seja determinada a reavaliação da medida em prazo razoável fixado pelo juiz, mediante nova fundamentação.

§ 4º A decisão que conceder tutela provisória poderá ser suspensa pelo presidente do



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 399/2025 [16 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

16

tribunal competente, a requerimento da agência reguladora ou da União, em caso de manifesto interesse público ou para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas.”

“Art. 13-B. O deferimento do processamento da recuperação judicial ou a decretação da falência não suspendem, impedem nem restringem o exercício, pela agência reguladora competente, de suas competências legais de regulação, de fiscalização e de sanção, nem a prática dos atos necessários à continuidade, à adequação e à segurança do serviço ou da atividade regulada, observada a legislação setorial aplicável.

§ 1º Sem prejuízo da competência do juízo da recuperação judicial ou da falência para deliberar sobre os efeitos patrimoniais e concursais previstos em lei, é vedado, no âmbito da recuperação judicial ou da falência, substituir-se à agência reguladora no exercício de suas competências legais ou rever o mérito técnico-regulatório de seus atos, assim considerados, em especial, os relativos à outorga, à modificação, à suspensão ou à extinção de concessões, permissões e autorizações, à fixação e revisão de tarifas e à imposição de penalidades regulatórias de natureza não pecuniária.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.camara.gov.br>

Avulso do PL 399/2025 [17 de 34]

3116542



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

17

§ 2º Eventual conflito entre deliberação proferida no âmbito da recuperação judicial ou da falência e ato de conteúdo técnico-regulatório será solucionado mediante cooperação jurisdicional entre o juízo da recuperação judicial ou da falência e o juízo competente para a apreciação da controvérsia regulatória, na forma dos arts. 67, 68 e 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 3º A cessão, a transferência ou a alienação, a qualquer título, de outorga detida por empresa em recuperação judicial ou falida, quando admitida pela legislação setorial, dependerá de prévia anuência da agência reguladora competente, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, não podendo o juízo da recuperação judicial ou da falência suprir ou substituir essa manifestação.”

Art. 6º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescida de Anexo, na forma do Anexo desta Lei.

Art. 7º Fica revogado o § 2º do art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 8 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 399/2025 [18 de 34]

3116542





CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO

(Anexo da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997)

ANEXO

FATOS GERADORES, VALORES E PERIODICIDADES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DAS ATIVIDADES DAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, BIOCOMBUSTÍVEIS, HIDROGÊNIO E DA CAPTURA E ESTOCAGEM GEOLÓGICA DE DIÓXIDO DE CARBONO (TFS-ANP)

Item	Fato gerador	Valor	Periodicidade
1	Fiscalização das atividades previstas no contrato de E&P e manutenção da qualificação ao longo da sua vigência, excluindo-se a obrigação de investimentos em PD&I - Concessão - Áreas contendo Acumulações Marginais	R\$ 16.000,00	Anual
2	Fiscalização das atividades previstas no contrato de E&P e manutenção da qualificação ao longo da sua vigência, excluindo-se a obrigação de investimentos em PD&I - Concessão - Terra	R\$ 40.000,00	Anual
3	Fiscalização das atividades previstas no contrato de E&P e manutenção da qualificação ao longo da sua vigência, excluindo-se a obrigação de investimentos em PD&I - Concessão - Águas rasas	R\$ 80.000,00	Anual
4	Fiscalização das atividades previstas no contrato de E&P e manutenção da qualificação ao longo da sua vigência, excluindo-se a obrigação de investimentos em PD&I - Concessão - Águas profundas e ultraprofundas	R\$ 160.000,00	Anual
5	Fiscalização das atividades previstas no contrato de E&P e manutenção da qualificação ao longo da sua vigência, excluindo-se a obrigação de investimentos em PD&I - Partilha da produção	R\$ 220.000,00	Anual
6	Cessão de contratos de (E&P) - Concessão - Áreas contendo Acumulações Marginais	R\$ 1.250,00	Por solicitação

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [19 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19

7	Cessão de contratos de (E&P) - Concessão - Terra	R\$ 2.500,00	Por solicitação
8	Cessão de contratos de (E&P) - Concessão - Águas rasas	R\$ 18.500,00	Por solicitação
9	Cessão de contratos de (E&P) - Concessão - Águas profundas e ultraprofundas	R\$ 37.500,00	Por solicitação
10	Cessão de contratos de (E&P) - Partilha da produção	R\$ 50.000,00	Por solicitação
11	Autorização operacional em sistema de medição de petróleo e gás natural - Operador A	R\$ 1.000,00	Por solicitação
12	Aprovação de projeto e autorização de uso de sistema de medição de petróleo e gás natural - Operador A - Terra	R\$ 20.000,00	Por solicitação
13	Aprovação de projeto e autorização de uso de sistema de medição de petróleo e gás natural - Operador A - Mar	R\$ 50.000,00	Por solicitação
14	Autorização de projeto de sistema de medição de petróleo e gás natural para Teste de Formação (TFR) - Operador A - Terra	R\$ 50.000,00	Por solicitação
15	Autorização de projeto de sistema de medição de petróleo e gás natural para Teste de Formação (TFR) - Operador A - Mar	R\$ 150.000,00	Por solicitação
16	Vistorias Prévias em Estaleiro no Brasil	R\$ 150.000,00	Por solicitação
17	Vistorias Prévias em Estaleiro no Exterior	R\$ 250.000,00	Por solicitação
18	Acompanhamento de ensaio de medidores multifásicos no Brasil	R\$ 100.000,00	Por solicitação
19	Acompanhamento de ensaio de medidores multifásicos no Exterior	R\$ 150.000,00	Por solicitação
20	Análise de Falhas de Medição e Validação da Produção - Operador A	R\$ 10.000,00	Por solicitação
21	Aprovação de anexação de áreas	R\$ 10.000,00	Por solicitação
22	Aprovação para realizar atividades prévias à aprovação do plano de desenvolvimento	R\$ 40.000,00	Por solicitação
23	Aprovação de interrupção da produção de petróleo e gás natural	R\$ 40.000,00	Por solicitação

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://>

Avulso do PL 399/2025 [20 de 34]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

24	Autorização para construção e operação de instalações de produção não-integrantes de campos de petróleo e gás natural	R\$ 20.000,00	Por solicitação
25	Aprovação da exploração da capa de gás livre associado	R\$ 10.000,00	Por solicitação
26	Autorização para prorrogações de prazos e redução ou cancelamento de garantias financeiras em áreas inativas de acumulações marginais	Isento	Por solicitação
27	Autorização para queima extraordinária de gás natural	R\$ 50.000,00	Por solicitação
28	Convalidação de queima extraordinária de gás natural	R\$ 50.000,00	Por solicitação
29	Aprovação de substituição de garantias financeiras para fins de descomissionamento, fora do período de atualização	R\$ 50.000,00	Por solicitação
30	Aprovação de revisão programa anual de produção, exceto quando solicitado pela ANP.	R\$ 20.000,00	Por solicitação
31	Aprovação de revisão do programa anual de trabalho e orçamento, exceto quando solicitado pela ANP.	R\$ 20.000,00	Por solicitação
32	Prorrogação contratual da Fase de Produção	R\$ 20.000,00	Por solicitação
33	Aprovação de recálculo da produção de água, petróleo e gás natural	R\$ 20.000,00	Por solicitação
34	Requisição de Redução da Alíquota de <i>Royalties</i> - Operador A	R\$ 60.000,00	Por solicitação
35	Requisição de Redução da Alíquota de <i>Royalties</i> - Operador B e C	R\$ 10.000,00	Por solicitação
36	Requisição de Redução da Alíquota de <i>Royalties</i> - Operador D	R\$ 2.000,00	Por solicitação
37	Auditoria pré-operacional dos sistemas de gestão de segurança operacional de unidades de produção, perfuração ou intervenção	R\$ 60.000,00	Por solicitação
38	Auditoria pré-operacional dos sistemas de gestão de segurança operacional de dutos, terrestres ou marítimos, e de sistemas	R\$ 60.000,00	Por solicitação

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [21 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

21

	subsea		
39	Aprovação de extensão de vida útil de unidade de produção	R\$ 60.000,00	Por solicitação
40	Aprovação de extensão de vida útil de dutos terrestres ou marítimos	R\$ 60.000,00	Por solicitação
41	Aceite de declaração de comercialidade ou de postergação de declaração de comercialidade na fase de exploração - Terra	R\$ 2.500,00	Por solicitação
42	Aceite de declaração de comercialidade ou de postergação de declaração de comercialidade na fase de exploração - Mar	R\$ 5.000,00	Por solicitação
43	Autorização de execução de atividade antes da aprovação do Plano de Avaliação de Descobertas - PAD - Terra	R\$ 500,00	Por solicitação
44	Autorização de execução de atividade antes da aprovação do Plano de Avaliação de Descobertas - PAD - Mar	R\$ 1.000,00	Por solicitação
45	Aprovação de solicitações referentes à apresentação e à devolução de garantias financeiras do Programa Exploratório Mínimo (PEM) - Terra	R\$ 500,00	Por solicitação
46	Aprovação de solicitações referentes à apresentação e à devolução de garantias financeiras do Programa Exploratório Mínimo (PEM) - Mar	R\$ 1.000,00	Por solicitação
47	Autorização de ações preparatórias e acessórias à exploração e avaliação durante a suspensão dos contratos - Terra	R\$ 500,00	Por solicitação
48	Autorização de ações preparatórias e acessórias à exploração e avaliação durante a suspensão dos contratos - Mar	R\$ 1.000,00	Por solicitação
49	Autorização de cumprimento do Programa Exploratório Mínimo fora do contrato original - Terra	R\$ 2.500,00	Por solicitação
50	Autorização de cumprimento do	R\$	Por

3116542

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [22 de 34]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	Programa Exploratório Mínimo fora do contrato original - Mar	5.000,00	solicitação
51	Aprovação de pleitos de prorrogação da Fase de Exploração e de suspensão do contrato - Mar	R\$ 1.000,00	Por solicitação
52	Aprovação de pleitos de prorrogação da Fase de Exploração e de suspensão do contrato - Terra	R\$ 2.000,00	Por solicitação
53	Autorização para captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono de que trata a Lei 14.993/2024	R\$ 50.000,00	Por solicitação
54	Autorização para a produção do hidrogênio de baixa emissão de carbono de que trata a Lei 14.948/2024	R\$ 50.000,00	Por solicitação
55	Outorga para fins de exploração e produção de hidrogênio natural no território nacional de que trata a Lei 14.948/2024	R\$ 50.000,00	Por solicitação
56	Fiscalização, consulta de enquadramento de mérito e pedidos de autorização de projetos com recursos da Cláusula de PD&I	2,5% da obrigação gerada no ano de referência	Anual
57	Credenciamento de unidades de pesquisa para a execução de projetos com recursos da Cláusula de PD&I	Isento	Por solicitação
58	Autorização para o uso de combustíveis experimentais	R\$ 2.000,00	Única
59	Autorização para uso experimental ou específico de biodiesel ou de sua mistura com óleo diesel A	R\$ 2.000,00	Única
60	Enquadramento de empreendimentos de produção de biometano no Regime de Incentivo para Desenvolvimento da Infraestrutura	Isento	Única
61	Cadastro de fornecedor de marcador	R\$ 6.000,00	Única
62	Credenciamento de empresas de inspeção da qualidade	R\$ 21.900,00	Única
63	Registro de óleos e graxas lubrificantes	R\$ 3.020,00	Única
64	Renovação do cadastro de	R\$	Anual

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [23 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

23

	fornecedor de marcador	1.800,00	
65	Transferência de titularidade de registros de produtos lubrificantes	R\$ 867,00	Única
66	Autorização de Operação de Distribuidor de GLP - documental	R\$ 700,00	Única
67	Autorização de Operação de Distribuidor de GLP - visita	R\$ 6.500,00	Única
68	Autorização de Operação de Instalação de Coletor de OLUK - documental	R\$ 500,00	Única
69	Autorização de Operação de Instalação de Coletor de OLUK - visita	R\$ 6.500,00	Única
70	Autorização de Operação de Instalação de Distribuição de Combustíveis de Aviação - documental	R\$ 700,00	Única
71	Autorização de Operação de Instalação de Distribuição de Combustíveis de Aviação - visita	R\$ 6.500,00	Única
72	Autorização de Operação de Instalação de Distribuição de Combustíveis Líquidos - documental	R\$ 700,00	Única
73	Autorização de Operação de Instalação de Distribuição de Combustíveis Líquidos - visita	R\$ 6.500,00	Única
74	Autorização de Operação de Instalação de Distribuição de Solventes - documental	R\$ 700,00	Única
75	Autorização de Operação de Instalação de Distribuição de Solventes - visita	R\$ 6.500,00	Única
76	Autorização de Operação de Instalação de Distribuidor de Asfaltos - documental	R\$ 500,00	Única
77	Autorização de Operação de Instalação de Distribuidor de Asfaltos - visita	R\$ 6.500,00	Única
78	Autorização de Operação de Instalação de TRR - documental	R\$ 500,00	Única
79	Autorização de Operação de Instalação de TRR - visita	R\$ 6.500,00	Única
80	Autorização de Operação de Produção de Óleo Lub. Acab. Aut. e Ind. - documental	R\$ 600,00	Única
81	Autorização de Operação de Produção de Óleo Lub. Acab.	R\$ 6.500,00	Única

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 399/2025 [24 de 34]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	Aut. e Ind. - visita		
82	Autorização de Operação de Rerrefinador - documental	R\$ 700,00	Única
83	Autorização de Operação de Rerrefinador - visita	R\$ 6.500,00	Única
84	Autorização para a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado	R\$ 500,00	Única
85	Autorização para Cessão de Espaço	R\$ 300,00	Única
86	Autorização para exercer atividade de agente de comércio exterior de biocombustíveis, petróleo e derivados de gás natural	R\$ 400,00	Única
87	Autorização para exercer atividade de distribuição de asfalto	R\$ 500,00	Única
88	Autorização para exercer atividade de distribuição de combustíveis de aviação	R\$ 700,00	Única
89	Autorização para exercer atividade de distribuição de combustíveis líquidos, exceto aviação	R\$ 700,00	Única
90	Autorização para exercer atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo	R\$ 700,00	Única
91	Autorização para exercer atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo a granel	R\$ 700,00	Única
92	Autorização para exercer atividade de distribuição de solventes	R\$ 700,00	Única
93	Autorização para exercer atividade de produtor de óleo lubrificante acabado	R\$ 600,00	Única
94	Autorização para exercer atividade de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado	R\$ 700,00	Única
95	Autorização para exercer atividade de transportador-revendedor-retalhista	R\$ 500,00	Única
96	Autorização para exercer atividade de transportador-revendedor-retalhista de navegação interior	R\$ 400,00	Única
97	Autorização para exercício de atividade de empresa comercial	R\$ 400,00	Única

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [25 de 34]



Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

25

	exportadora		
98	Autorização para operar ponto de abastecimento	R\$ 300,00	Única
99	Autorização para revenda de gás liquefeito de petróleo	R\$ 300,00	Única
100	Autorização para revenda varejista de combustíveis automotivos	R\$ 300,00	Única
101	Autorização para revenda varejista de combustíveis de aviação	R\$ 300,00	Única
102	Fiscalização do exercício da atividade de agente de comércio exterior de biocombustíveis, petróleo e derivados de gás natural	R\$ 300,00	Anual
103	Fiscalização do exercício da atividade de Coletor de OLC - documental	R\$ 7.000,00	Anual
104	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de asfalto	R\$ 7.000,00	Anual
105	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de combustíveis de aviação	R\$ 47.500,00	Anual
106	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos, exceto aviação	R\$ 47.500,00	Anual
107	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo	R\$ 26.500,00	Anual
108	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo a granel	R\$ 10.500,00	Anual
109	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de solventes	R\$ 14.500,00	Anual
110	Fiscalização do exercício da atividade de empresa comercial exportadora	R\$ 300,00	Anual
111	Fiscalização do exercício da atividade de Fornecedor de Etanol - Cooperativa	R\$ 50.000,00	Anual
112	Fiscalização do exercício da atividade de Fornecedor de Etanol - Empresa comercializadora	R\$ 50.000,00	Anual
113	Fiscalização do exercício da atividade de Fornecedor de	R\$ 50.000,00	Anual

3116542

Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 399/2025 [26 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	Etanol - Importador		
114	Fiscalização do exercício da atividade de operar ponto de abastecimento	R\$ 300,00	Anual
115	Fiscalização do exercício da atividade de produtor de óleo lubrificante acabado	R\$ 3.000,00	Anual
116	Fiscalização do exercício da atividade de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado	R\$ 28.500,00	Anual
117	Fiscalização do exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo	R\$ 300,00	Anual
118	Fiscalização do exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos	R\$ 300,00	Anual
119	Fiscalização do exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis de aviação	R\$ 300,00	Anual
120	Fiscalização do exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista	R\$ 6.500,00	Anual
121	Fiscalização do exercício da atividade de transportador-revendedor-retalhista de navegação interior	R\$ 3.250,00	Anual
122	Homologação de contratos de aquisição de gasolina, diesel e OCTE	Isento	Única
123	Homologação de contratos de fornecimento de asfaltos	Isento	Única
124	Homologação de contratos de fornecimento de GLP	Isento	Única
125	Homologação de extratos de contrato de fornecimento de biodiesel	Isento	Única
126	Homologação de extratos de contrato de fornecimento de etanol anidro	Isento	Única
127	Análise de pedido de Declaração de Utilidade Pública (DUP) de área, para implantação do gasoduto	Isento	Única
128	Análise de pedido de enquadramento de projeto ao REIDI, para instrução de processo e fornecimento de subsídios ao MME	Isento	Única
129	Autorização para o exercício da atividade de distribuição	R\$ 6.000,00	Única

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 399/2025 [27 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

27

	de gás natural comprimido (GNC) a granel		
130	Autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás natural liquefeito (GNL) a granel	R\$ 6.000,00	Única
131	Autorização para o exercício da atividade de importação de gás natural	R\$ 6.000,00	Única
132	Autorização para construção de projeto estruturante (GNC)	R\$ 6.000,00	Única
133	Autorização para construção ou ampliação de central de distribuição de gás natural liquefeito (GNL)	R\$ 6.000,00	Única
134	Autorização para construção ou ampliação de gasodutos e suas instalações acessórias	R\$ 6.000,00	Única
135	Autorização para construção ou ampliação de oleodutos	R\$ 6.000,00	Única
136	Autorização para construção ou ampliação de terminal	R\$ 6.000,00	Única
137	Autorização para construção ou ampliação de terminal de GNL	R\$ 6.000,00	Única
138	Autorização para construção ou ampliação de unidade de compressão de gás natural comprimido (GNC)	R\$ 6.000,00	Única
139	Autorização para construção ou ampliação de unidade de liquefação ou de regaseificação de gás natural	R\$ 6.000,00	Única
140	Autorização para operação de central de distribuição de gás natural liquefeito (GNL)	R\$ 6.000,00	Única
141	Autorização para operação de gasodutos e suas instalações acessórias	R\$ 6.000,00	Única
142	Autorização para operação de oleodutos	R\$ 6.000,00	Única
143	Autorização para operação de terminal	R\$ 6.000,00	Única
144	Autorização para operação de terminal de GNL	R\$ 6.000,00	Única
145	Autorização para operação de unidade de compressão de gás natural comprimido (GNC)	R\$ 6.000,00	Única
146	Autorização para operação de unidade de liquefação ou de regaseificação de gás natural	R\$ 6.000,00	Única
147	Autorização para operações de	R\$	Única



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://>

Avulso do PL 399/2025 [28 de 34]

3116542

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

28

	transbordo entre embarcações (<i>ship-to-ship</i>)	6.000,00	
148	Autorização para projeto de uso próprio (GNC)	R\$ 6.000,00	Única
149	Autorização para realizar a atividade de carregamento de gás natural	R\$ 6.000,00	Única
150	Autorização para realizar atividade de comercialização de gás natural e registro de agente vendedor	R\$ 6.000,00	Única
151	Autorização para realizar atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis por meio aquaviário	R\$ 6.000,00	Única
152	Enquadramento de empreendimentos de processamento de gás natural no Regime de Incentivo para Desenvolvimento da Infraestrutura	Isento	Única
153	Fiscalização do exercício da atividade de carregamento de gás natural	R\$ 1.200,00	Anual
154	Fiscalização do exercício da atividade de comercialização de gás natural e registro de agente vendedor	R\$ 1.200,00	Anual
155	Fiscalização do exercício da atividade de distribuição de gás natural comprimido (GNC) a granel	R\$ 1.200,00	Anual
156	Fiscalização do exercício da atividade de importação de gás natural	R\$ 1.200,00	Anual
157	Fiscalização do exercício da atividade de operação de central de distribuição de gás natural liquefeito (GNL)	R\$ 1.200,00	Anual
158	Fiscalização do exercício da atividade de operação de gasodutos e suas instalações acessórias	R\$ 1.200,00	Anual
159	Fiscalização do exercício da atividade de operação de oleodutos	R\$ 1.200,00	Anual
160	Fiscalização do exercício da atividade de operação de terminal	R\$ 1.200,00	Anual

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[http:](http://)

Avulso do PL 399/2025 [29 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

29

161	Fiscalização do exercício da atividade de operação de terminal de GNL	R\$ 1.200,00	Anual
162	Fiscalização do exercício da atividade de operação de unidade de compressão de gás natural comprimido (GNC)	R\$ 1.200,00	Anual
163	Fiscalização do exercício da atividade de operação de unidade de liquefação ou de regaseificação de gás natural	R\$ 1.200,00	Anual
164	Fiscalização do exercício da atividade de operações de transbordo entre embarcações (<i>ship-to-ship</i>)	R\$ 1.200,00	Anual
165	Fiscalização do exercício da atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis por meio aquaviário	R\$ 1.200,00	Anual
166	Renovação da autorização para projeto de uso próprio (GNC)	R\$ 1.200,00	Anual
167	Transferência de titularidade da autorização para o exercício da atividade de distribuição de GNC a granel	R\$ 6.000,00	Única
168	Transferência de titularidade da autorização para o exercício da atividade de distribuição de GNL a granel	R\$ 6.000,00	Única
169	Transferência de titularidade de autorização para a operação de unidade de compressão de gás natural comprimido (GNC)	R\$ 6.000,00	Única
170	Transferência de titularidade de autorização para a operação de unidade de liquefação ou de regaseificação de gás natural	R\$ 6.000,00	Única
171	Transferência de titularidade de autorização para operação de gasodutos e suas instalações acessórias	R\$ 6.000,00	Única
172	Transferência de titularidade de autorização para operação de oleodutos	R\$ 6.000,00	Única
173	Transferência de titularidade de autorização para operação de terminal	R\$ 6.000,00	Única
174	Alteração de área de armazenamento de líquidos	R\$ 1.200,00	Por solicitação

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 399/2025 [30 de 34]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	inflamáveis e combustíveis do produtor de biocombustíveis		
175	Aprovação de alteração da área de armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis para produtor de derivados de petróleo e gás natural	R\$ 1.200,00	Por solicitação
176	Aprovação de alteração da instalação produtora de biocombustíveis (sem alteração de capacidade)	R\$ 1.200,00	Por solicitação
177	Aprovação de alterações nas instalações produtoras de derivados de petróleo e gás natural (sem alteração de capacidade)	R\$ 1.200,00	Por solicitação
178	Aprovação de retomada de operação após paralisação das atividades por período igual ou superior a 1 ano - Biocombustíveis	R\$ 1.200,00	Por solicitação
179	Aprovação de retomada de operação após paralisação das atividades por período igual ou superior a 1 ano - Refino	R\$ 1.200,00	Por solicitação
180	Aprovação de retomada de operação após paralisação das atividades por período igual ou superior a 1 ano - UPGNs	R\$ 1.200,00	Por solicitação
181	Aprovação para realização de teste de capacidade	R\$ 1.200,00	Por solicitação
182	Aprovação para realização de testes prévios à autorização de operação em instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural	R\$ 1.200,00	Por solicitação
183	Autorização de extratos de contrato de prestação de serviço de armazenagem.	R\$ 1.200,00	Por solicitação
184	Autorização para construção, modificação ou ampliação de capacidade de produtoras de solventes	R\$ 1.200,00	Única
185	Autorização para construção, modificação ou ampliação de capacidade de produtoras de solventes	R\$ 1.200,00	Por solicitação
186	Autorização para exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural	R\$ 6.000,00	Única

3116542



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 399/2025 [31 de 34]

Data do Documento: 29/04/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

31

187	Autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e a outorga da primeira autorização de operação da instalação	R\$ 6.000,00	Única
188	Autorização para operação de plantas de solventes	R\$ 6.000,00	Única
189	Autorização para operação em instalação produtora de biocombustíveis a partir da segunda outorga	R\$ 6.000,00	Única
190	Fiscalização do exercício da atividade de operação de plantas de solventes	R\$ 1.200,00	Anual
191	Fiscalização do exercício da atividade de operação em instalação produtora de biocombustíveis a partir da segunda outorga	R\$ 1.200,00	Anual
192	Fiscalização do exercício da atividade de produção de biocombustíveis e a outorga da primeira autorização de operação da instalação	R\$ 1.200,00	Anual
193	Fiscalização do exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural	R\$ 1.200,00	Anual
194	Solicitar atualização de cadastro de instalação produtora de biocombustíveis	R\$ 1.200,00	Por solicitação
195	Solicitar cadastro de contratante de prestação de serviço de refino e/ou processamento de gás natural	R\$ 1.200,00	Por solicitação



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 399/2025 [32 de 34]

3116542

Data do Documento: 29/04/2026

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. nº 78/2026/SGM-P

Brasília, 16 de abril de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 399, de 2025, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para instituir a Taxa de Fiscalização e Serviços das Atividades das Indústrias do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Hidrogênio e da Captura e Estocagem Geológica de Dióxido de Carbono (TFS-ANP), a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para dispor sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis, a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para inibir o uso indiscriminado de ações judiciais para descumprimento das metas da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), e a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 399/2025 [33 de 34]

3115140

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:lei:1940;2848>
- Lei Complementar nº 225 de 08/01/2026 - LCP-225-2026-01-08 , Código de Defesa do Contribuinte - 225/26
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2026;225>
- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor (1990) - 8078/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>
- Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997 - Lei do Petróleo; Lei da ANP; Lei da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Lei de Petróleo e Gás - 9478/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9478>
- Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 - Lei Geral do Processo Administrativo; Lei do Processo Administrativo Federal - 9784/99
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9784>
 - art9_cpt_inc2
 - art9_cpt_inc3
 - art9_cpt_inc4
- Lei nº 9.847, de 26 de Outubro de 1999 - Lei do Abastecimento Nacional de Combustíveis - 9847/99
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9847>
 - art10_par2
- Lei nº 10.522, de 19 de Julho de 2002 - LEI-10522-2002-07-19 - 10522/02
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10522>
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>
 - art67
 - art68
 - art69
- Lei nº 13.576, de 26 de Dezembro de 2017 - LEI-13576-2017-12-26 - 13576/17
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017;13576>
- Lei nº 13.848, de 25 de Junho de 2019 - LEI-13848-2019-06-25 - 13848/19
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;13848>
- Lei nº 14.948 de 02/08/2024 - LEI-14948-2024-08-02 , Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono - 14948/24
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14948>
- Lei nº 14.993 de 08/10/2024 - LEI-14993-2024-10-08 - 14993/24
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14993>





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2026

(nº 383/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera os arts. 167 e 204 da Constituição Federal para dispor sobre o financiamento mínimo e conjunto das ações e serviços da assistência social pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios; e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto da proposta de emenda à Constituição](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1620954&filename=PEC-383-2017



[Página da matéria](#)

Avulso da PEC 7/2026 [1 de 6]



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera os arts. 167 e 204 da Constituição Federal para dispor sobre o financiamento mínimo e conjunto das ações e serviços de assistência social pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios; e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações, numerado o parágrafo único do art. 204 como 1º:

“Art. 167.

.....

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino, para realização de atividades da administração tributária e para ações e serviços de assistência social, como determinado, respectivamente, pelo § 2º do art. 198, pelo art. 212, pelo inciso XXII do *caput* do art. 37 e pelo § 2º do art. 204, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita,



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

2

previstas no § 8º do art. 165 desta Constituição, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

.....”(NR)

“Art. 204. As ações e serviços governamentais na área da assistência social serão realizados com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195 desta Constituição, além de outras fontes, e organizados em sistema único com base nas seguintes diretrizes:

.....

III - financiamento conjunto pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

§ 1º

§ 2º Serão aplicados, anualmente, em ações e serviços da assistência social:

I - no caso da União, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, garantida a descentralização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com base no crescimento proporcional, na forma da lei;

II - no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, adicionalmente aos valores recebidos da União nos termos do inciso I deste parágrafo, um limite mínimo de 1% (um por cento) de suas respectivas receitas correntes líquidas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

§ 3º As ações e serviços da assistência social abrangidos pelo financiamento mínimo de que trata o § 2º deste artigo são os de proteção social, definidos na forma da lei federal que dispõe sobre a organização da assistência social, observada a lei orçamentária anual, vedada a contabilização do benefício de que trata o inciso V do *caput* do art. 203, dos benefícios que cumprem a finalidade prevista no inciso VI do *caput* do art. 203, do benefício de que trata o parágrafo único do art. 6º desta Constituição, de outros programas de transferência de renda e de benefícios eventuais.

§ 4º A receita corrente líquida prevista no inciso II do § 2º deste artigo será calculada com a dedução das transferências destinadas à assistência social recebidas da União e, no caso dos Municípios, também as recebidas dos Estados.”(NR)

Art. 2º No primeiro, no segundo e no terceiro exercícios financeiros subsequentes ao da data de publicação desta Emenda Constitucional, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, no mínimo, 0,3% (três décimos por cento), 0,5% (cinco décimos por cento) e 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), respectivamente, de sua receita corrente líquida em ações e serviços da assistência social, garantida a descentralização dos recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

4

Municípios, com base no crescimento proporcional, na forma da lei.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor:

I - no primeiro dia do quarto ano subsequente ao de sua data de publicação, em relação ao disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 204 da Constituição Federal; e

II - na data de sua publicação, para os demais dispositivos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28 de abril de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente

Avulso da PEC 7/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60_par3

- art167

- art204

- art204_par2_inc1

- art204_par2_inc2



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 262/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 3.257, de 2019, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir, como causa de afastamento do agressor, o risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher ou de seus dependentes”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 30/04/2026 17:33:13.033 - Mesa

DOC n.456/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD261675833300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



* C D 2 6 1 6 7 5 8 3 3 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 264/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 5.609, de 2019, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência em geral e estipular que aquelas de natureza cível constituem título executivo judicial de pleno direito e dispensam propositura de ação principal”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 30/04/2026 17:33:13.033 - Mesa

DOC n.458/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD260095502000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



* C D 2 6 0 0 9 5 5 0 2 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 266/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 4.928, de 2023, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 30/04/2026 17:33:13.033 - Mesa

DOC n.460/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265162782700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



* C D 2 6 5 1 6 2 7 8 2 7 0 0 *

Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 262, de 2026, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 3.257, de 2019.

Nº 264, de 2026, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 5.609, de 2019.

Nº 266, de 2026, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 4.928, de 2023.

As matérias vão à Secretaria de Expediente.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2026

Susta a Portaria MTUR nº 41, de 14 de novembro de 2025, que institui a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH), em meio digital, e dispõe sobre a Plataforma FNRH Digital.

AUTORIA: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 273/2026 [1 de 4]



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta a Portaria MTUR nº 41, de 14 de novembro de 2025, que institui a *Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH)*, em meio digital, e dispõe sobre a *Plataforma FNRH Digital*.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Portaria MTUR nº 41, de 14 de novembro de 2025, que institui a *Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH)*, em meio digital, e dispõe sobre a *Plataforma FNRH Digital*, fica sustada nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Portaria do Ministério do Turismo (MTUR) nº 41, de 14 de novembro de 2025, que institui a *Ficha Nacional de Registro de Hóspedes (FNRH)*, em meio digital, e dispõe sobre a *Plataforma FNRH Digital*, ultrapassa os limites regulamentares impostos ao Poder Executivo e viola princípios estruturantes da formulação de políticas públicas, configurando exorbitância do poder regulamentar nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Embora estando embasado no poder de regulamentar, previsto nos incisos I e II do art. 87 da Constituição Federal, o Ministro do Turismo ultrapassa os preceitos do art. 26 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), que prevê, em seu § 1º, que “os meios de hospedagem fornecerão os dados determinados em regulamento, observadas as normas que protegem os direitos à privacidade e à intimidade do hóspede”. Entendemos



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran
Para verifica

Avulso do PDL 273/2026 [2 de 4]



que a Portaria supracitada viola esses direitos claramente ao exigir que hóspedes utilizem a Plataforma FNRH Digital por meio de credenciais gov.br e tenham vários dados pessoais informados diretamente ao governo federal, que passa a ter vigilância sobre os cidadãos brasileiros em relação a seus deslocamentos e suas estadias em meios de hospedagem.

Além disso, os incisos I e II do *caput* do art. 26 suprarreferido são claros em definir quais informações agregadas aos meios de hospedagem devem fornecer periodicamente ao Ministério do Turismo: I – o perfil dos hóspedes referidos; e II – o registro quantitativo de hóspedes, inclusive as taxas de ocupação e de permanência, e o número médio de hóspedes por unidade habitacional. A Portaria MTUR 41/2025 revogou a Portaria MTUR 177/2011, que criou a FNRH, feita num sistema computacional interno aos meios de hospedagem, cujos dados pedidos aos hóspedes serviam para gerar as informações unificadas a serem repassadas ao MTUR, mantendo a privacidade de cada hóspede. Pela nova Portaria, aumentam os dados pedidos e, com a exigência do credenciamento no portal do governo federal na maioria dos casos, possibilita a individualização dos hóspedes.

Lembramos que este texto da Lei foi recentemente alterado pela Lei nº 14.978, de 18 de setembro de 2024, norma que modernizou vários aspectos do turismo nacional, não cabendo retrocessos por regulamento.

Cabe ao Congresso Nacional reestabelecer o equilíbrio entre a melhoria e o desenvolvimento de políticas relativas ao turismo nacional e direito à privacidade e à intimidade dos cidadãos brasileiros, evitando que portarias ministeriais assumam o papel que a Constituição Federal reserva à lei.

Sala das Sessões,

Senador DR. HIRAN



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran
Para verifica

Avulso do PDL 273/2026 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- art87_cpt_inc1

- art87_cpt_inc2

- Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 - Lei Geral do Turismo (2008) - 11771/08

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2008;11771>

- art26

- Lei nº 14.978 de 18/09/2024 - LEI-14978-2024-09-18 - 14978/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;14978>



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 332, DE 2026

Requer voto de aplauso ao Senhor Walter Maria de Arruda, Presidente da Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros (FEMAB), por ocasião do Dia do Líder Comunitário.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 332/2026 [1 de 9]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Senhor Walter Maria de Arruda, Presidente da FEMAB-Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros, por ocasião do Dia do Líder Comunitário, em reconhecimento ao seu trabalho de articulação junto às diversas Associações de Moradores de Bairros que compõem a referida Federação.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Sem sobra de dúvida, um dos principais avanços da democracia em nosso país foi a admissão das associações de moradores como elemento ativo da interlocução entre as autoridades públicas e os cidadãos. Tais entidades, nascidas da experiência cotidiana dos próprios moradores dos bairros, facilitam o encontro de soluções para os problemas locais, especialmente no que diz respeito a questões relacionadas à infraestrutura, aos serviços públicos e à efetivação de direitos básicos.

Praticamente não existem mais municípios brasileiros sem associações de moradores, com todos os recortes possíveis, desde uma rua até uma coletividade de diferentes bairros nas cidades. Essas organizações



cumprem papel essencial na identificação das demandas reais da população, no encaminhamento de reivindicações, na mobilização social e na construção de soluções concretas para problemas que afetam diretamente a vida das famílias.

No caso de Mato Grosso, essas associações optaram por uma articulação maior em nível estadual, por meio da FEMAB – Federação Matogrossense de Associações de Moradores de Bairros, que não apenas congrega as já existentes, como também atua de forma estratégica na formação de novas lideranças, no estímulo à organização comunitária e na ampliação da representatividade social.

A atuação da FEMAB tem sido relevante por conferir maior unidade, visibilidade e capacidade de articulação às demandas das comunidades matogrossenses. Ao reunir associações de moradores e lideranças de diferentes regiões, a Federação transforma demandas locais em pautas estruturadas, aptas a dialogar com os diversos níveis de governo, fortalecendo a interlocução institucional com gestores públicos e parlamentares. Tem sido notável a atuação da FEMAB em suas principais linhas, voltadas à regularização fundiária, ao desenvolvimento e apoio a projetos de habitação de interesse social, à busca de recursos e projetos para melhorias na qualidade de vida nas comunidades – centrados em infraestrutura, saúde, educação, lazer, saneamento e segurança pública –, à capacitação de lideranças para fortalecimento e nucleação de conselhos comunitários, à articulação de grandes projetos relacionados a direitos e ao desenvolvimento de políticas públicas, além da representação direta das comunidades.

Além disso, a FEMAB exerce papel relevante na formação cidadã, ao incentivar a participação ativa dos moradores na definição de prioridades e no acompanhamento das políticas públicas. Sua atuação contribui para ampliar o acesso à informação, fortalecer o controle social e consolidar práticas de democracia participativa no estado.



Ao longo de sua trajetória, a Federação tem se consolidado como importante ponte entre as comunidades e o poder público, especialmente em um estado de grandes dimensões territoriais como Mato Grosso, onde a organização social é fundamental para garantir que as demandas locais alcancem os espaços de decisão.

Por ocasião do Dia Nacional do Líder Comunitário, instituído pela Lei nº 11.287/2006 e comemorado em 5 de maio, solicitamos o presente Voto de Aplauso em nome do presidente da FEMAB, destacado responsável pelo crescimento dos movimentos comunitários no estado do Mato Grosso, em reconhecimento à sua capacidade e à sua liderança, que ultrapassa os limites do estado.



FEDERAÇÃO MATO-GROSSENSE DAS ASSOCIAÇÕES
DE MORADORES DE BAIRRO - FEMAB
RELAÇÃO DAS UNIÕES MUNICIPAIS E ENTIDADES AFINS FILIADAS

Presidente - Entidade:

- SUELY GOMES ALDAVES — CAMNC-Central das Associações de Mulheres Comunitárias.
- LIOMAGNA PEDROSA DA SILVA SENA — INAC- Instituto Nacional das Associações Comunitárias.
- JOLINETE TEREZINHA SIQUEIRA DA CONCEIÇÃO — UACAJU- União das Associações Comunitária de Juara.
- FABIO MORAES — UACAMP- União das Associação Comunitária Campo Novo do Parecis.
- IZABEL ROSA SILVA DA COSTA — UACDA - União das Associações Comunitária do Dom Aquino.
- FRANCISCO ANTÔNIO DE MATOS — UMACO - União de Mirassol do Oeste das Associações Comunitária
- CLAUDIO MENDES DA SILVA — UACNOR- União das Associações Comunitária de Nortelândia.
- MARIA SOCORRO B. DA SILVA — AMLEC – Associação das Mulheres Empreendedoras do Coxipó da Ponte
- JURANDIR LEMES — UACOP- União das Associação Comunitária Porto Estrela.
- JOÃO BATISTA DE SOUZA — UARCV – União das Associações Rurais de Capão Verde
- FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA RODRIGUES — UAMPAZ- União das Associação Comunitária Peixoto do Azevedo.
- SAMUEL LEITE MOREIRA — UAMSAL- União das Associações de Moradores Santo Antônio do Leverger.
- WILCLÉIA MOREIRA — DIVA - Instituto de Proteção Animal



- JOSE NETO DA SILVA — UANBG- União de Moradores de Barra do Garças.
- GUIONES SALETE DE GODOY — UANOL- União das associações de Nova Olímpia.
- NILSON MAGALHÃES — UCAC - União Cacerense das Associações Comunitárias
- JOSÉ MAURICIO PEREIRA — UCAM - União Coxipoense das Associações de Moradores
- ANTONIO DA SILVA TAQUES FILHO — UCAMPPBR- União Comunitária das Associações de Moradores de Bairros e Pequenos Produtores Rurais de Barão de Melgaço
- MARIA ORLY — UCCM- União Cuiabana do Club de Mães.
- MARENICE QUEIROZ DA SILVA — UDAC- União Diamantinense das Associação Comunitária.
- MARCELA FRANÇA CORREA — UJAC-União Jaciarense das Associações Comunitárias.
- LORRAINE CAMPOS — ULAC- União Livramentense das Associações Comunitárias.
- VALMIR JOSE LEME — UNAC - União das Associações Comunitária de Pontes e Lacerda
- CARLOS ROBERTO OLIVEIRA — UXAC - União Xavantinese das Associações Comunitárias
- ELZIRA SALETE BERGAMIN — UNAJUR- União das Associações de Juína
- NILSON DA SILVA CAMPOS — UNAMB- União Nobrense das Associações de Moradores de Bairros.
- ARMANDO PAULO DE OLIVEIRA — UNIAB-União de Associações de Moradores de Barra do Bugres.
- JACY LINEI PRAXEDES — UPAC- União Poconeana das Associações Comunitários.



- SILVIO ALVES DE MATOS — UPAC- União Poxoreense das Associação de Moradores.
- RENATO MORAES DOS SANTOS — UPRAINB- União Primaveraense das Associações de Moradores de Bairros.
- CLAUDIO CELESTINO BATISTA — UNIVAB – União Várzea-grandense das Associações de Moradores de Bairros
- MARIONEY WILLIANS — URAM- União Rosariense das Associação de Moradores.
- NILZA MARIA NUNES SIRQUEIRA SANTOS — URAMB – União Rondonopolitana das Associações de Moradores de Bairros
- LUIZ DA PENHA ARAUJO — USAMB- União das Associação Comunitária de SINOP.
- LUIZ MARCOS — UTAC-União Tangaraense das Associações Comunitárias.
- JONAIL DA COSTA SILVA — UCAMB – União Cuiabana das Associações de Moradores de Bairro
- EDENIR PEREIR DA SILVA — Casa de Apoio Bom Pastor
- JOAQUIM VIRGENIR XAVIER — FEMAC – Federação de Karatê Inter Estilo
- MARCIO JOSE PEREIRA DA SILVA — União Chapadense das Associações Comunitárias
- JOSÉ PEREIRA FILHO — UNEGRO PANTANAL.MT – União de Negros e Negras pela Igualdade
- JESSICA NUNES LEMOS — IDAF – Instituto De Desenvolvimento da Agricultura Familiar
- SEBASTIAO DE SOUZA — UACCV – União das Associações Comunitárias de Campo Verde
- EDILSON NUNES — UACQM – UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS DE QUATRO MARCOS
- SEVERINO ALVES DE SOUZA — CBC - Comunidade Brisas do Coxipó



- LEANDRO CRUZ SOUZA — ASCOM SANTA LUZIA - Associação Comunitária Rural de Moradores da Vila Santa Luzia
- MARIA APARECIDA DE SOUZA — AAGBS - Associação dos Acampados da Gleba Boa Sorte
- BENILTON MONTEIRO — AEAP - Associação Estadual de Aposentados e Pensionistas
- EMIDIO ANTONIO DE SOUZA — ACDHAM - associação Comunitária de Habitação do Estado de Mato Grosso
- LIOMAGNA SENA — INCAE - Instituto Cuiabano de Artes e Inclusão
- Pastor DINEY RIBEIRO CAMPOS — AVDF - Associação Varzeagrandense de Pessoas com Deficiência
- DINÁ SILVA TOLEDO PIZZA — AMFA - Associação Movimento de Famílias Atípicas
- Pastor AGENOR SALES DA SILVA — ARPV - Associação Retorno para a Vida

DIRETORIA EXECUTIVA da FEMAB

- Presidente de Honra: ADONIAS FERNANDES
- Presidente: WALTER MARIA DE ARRUDA
- 1º Vice-Presidente: HÉLIO FRANCISCO LUZ
- Conselho Fiscal: ANTÔNIO PINHEIRO DA SILVA
- Primeiro Vice-Presidente Regional Sul: MAURO CAMPOS
- Segundo Vice-Presidente Regional Leste: ONOFRE SEBASTIÃO DE SOUZA
- Primeiro Vice-Presidente Regional Oeste: NILSON MAGALHÃES
- Segundo Vice-Presidente Regional Oeste: MANOEL LEOPOLDO
- Diretor Estadual Administrativo: BENEDITO PAULO NUNES DE ABREU



- Diretor Estadual da Infância e Juventude: ODENIL RODRIGUES JARCEM
- Diretor Estadual de Assessoria Jurídica: FAUSTINO ANTONIO DA SILVA NETO
- Diretor Estadual Especial de Assessoria à Presidência: EDSON DA SILVA PIRES
- Assessor Jurídico: VITOR LIMA DE ARRUDA
- Assessor Jurídico: CLECIUS JUNIOR SANTOS

Sala das Sessões, 5 de maio de 2026.

Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)



Apresentado o Requerimento nº 332, de 2026, do Senador Wellington Fagundes, *solicitando o envio de voto de aplauso ao Senhor Walter Maria de Arruda, Presidente da Federação Mato-grossense das Associações de Moradores de Bairros (FEMAB), por ocasião do Dia do Líder Comunitário.*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

PSD - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PSD - Carlos Viana*
PSB - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Camilo Santana**

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
PL - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
AVANTE - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PSDB - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Renan Filho**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PSB - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 20

PSD-13 / PSB-7

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Carlos Viana.	PSD / MG
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fernando Dueire.	PSD / PE
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSB / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Soraya Thronicke.	PSB / MS
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 18

PL-16 / NOVO-1 / AVANTE-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Efraim Filho.	PL / PB
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Marcos do Val.	AVANTE / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-9 / UNIÃO-3 / PODEMOS-3 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Dra. Eudócia.	PSDB / AL
Eduardo Braga.	MDB / AM
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL

Renan Filho.	MDB / AL
Styverson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 13

PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Damares Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12

PT-10 / PDT-2

Beto Faro.	PT / PA
Camilo Santana.	PT / CE
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Wellington Dias.	PT / PI
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	20
Bloco Parlamentar Vanguarda.	18
Bloco Parlamentar Democracia.	18
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Dueire* (PSD-PE)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Paulo Paim* (PT-RS)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Giordano* (PODEMOS-SP)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Beto Faro** (PT-PA)	Humberto Costa* (PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Camilo Santana** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Carlos Viana* (PSD-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Pacheco* (PSB-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Romário** (PL-RJ)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Sergio Moro** (PL-PR)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PSB-MS)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Dra. Eudócia* (PSDB-AL)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Dias** (PT-PI)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Efraim Filho** (PL-PB)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos do Val* (AVANTE-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Omar Aziz** (PSD-AM)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PSB-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 20</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 13 Omar Aziz (13,53)</p> <p>Líder do PSB - 7 Cid Gomes (73)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 18</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 9 Eduardo Braga (59)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85)</p> <p>Líder do UNIÃO - 3 Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102,122,123)</p> <p>Vice-Líder do UNIÃO Jayme Campos (93,125)</p> <p>Líder do PODEMOS - 3 Giordano (86,119)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Dra. Eudócia (124)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO/AVANTE) - 18</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 16 Carlos Portinho (68)</p> <p>Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jorge Seif (80,89) Jaime Bagattoli (82,90)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38)</p> <p>Líder do AVANTE - 1 Marcos do Val (30,120)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13</p> <p>Líder Dr. Hiran - PP (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)</p>	<p>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Weverton - PDT (20,62,72)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 10 Teresa Leitão (35,64,99,106,116)</p> <p>Vice-Líderes do PT Camilo Santana (117) Beto Faro (28,118)</p> <p>Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)</p>	<p>AVANTE - 1 Líder Marcos do Val - AVANTE (30,120)</p>
<p>Maioria</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Leila Barros (79)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (50,70)</p> <p>Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)</p>	

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Wevertton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Wevertton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogério Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLI/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLI/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mebias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLI/GLREPUBL).
114. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
115. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
116. Em 07.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
117. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
118. Em 07.04.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
119. Em 09.04.2026, o Senador Giordano foi designado Líder do Podemos (Of. nº 01/2026-GLPODEMOS).
120. Em 13.04.2026, o Senador Marcos do Val foi designado Líder do Partido AVANTE (Of. nº 006/2026-GSMVAL).
121. Em 14.04.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 0008/2026-GSPVALER).
122. Em 14.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do União Brasil (Of. nº 43/2026-GLUNIAO).
123. Em 15.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 48/2026-GLUNIAO).
124. Em 15.04.2026, a Senadora Dra. Eudécia foi designada Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 009/2026-GSPVALER).
125. Em 16.04.2026, o Senador Jayme Campos foi designado 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 51/2026-GLUNIAO).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA**

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾
RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025
Instalação: 21/10/2025
Prazo final: 30/05/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

VAGO ^(2,4)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))

2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeram os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. VAGO ^(1,10,25)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,19)	3. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(9,26)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,20,24,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimaraes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
25. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 020/2026-BLPBRA).
27. Em 08.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 018/2026-GABLD/BLALIAN).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,32,39,40)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,36,41)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrielli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLDEM). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLDEM). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
39. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
40. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 028/2026-BLVANG).
41. Em 28.04.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 032/2026-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

- Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12,50)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,12,47)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12,50)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. VAGO ^(9,12,47)
Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(3,12,50)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,12)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,12,47)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(8,12)	7. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,12,40,41,51)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,12,40,41,51)	8. VAGO ^(10,12,45)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(11,12,47)	9. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,48,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ^(4,27)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(4,31,33,34,36,49)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(2,53)	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(2,52)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(5,46)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11,43)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 23](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Conarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))
38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))
39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))
40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))
41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).
42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
44. Em 01.04.2026, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2026-BLPBRA).
45. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
46. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 021/2026-BLPBRA).
47. Em 07.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a compor a comissão como membro suplente; e o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 017/2026-BLDEMO).
48. Em 09.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 026/2026/GSEGAMA).
49. Em 23.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 031/2026-BLRESDEM).
50. Em 24.04.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão; e o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 021/2026-BLDEMO).
51. Em 28.04.2026, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a 7º suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 022/2026-BLDEMO).
52. Em 28.04.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 033/2026-BLVANG).
53. Em 29.04.2026, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 034/2026-BLVANG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(22,30)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ^(4,22,28)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13,21,27,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,15,18,26)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 023/2026-BLPBRA).
27. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
28. Em 14.04.2026, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 028/2026-GSEGAMA).
29. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
30. Em 15.04.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Finalidade: acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

(Requerimento 22, de 2026 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽²³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,23)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. VAGO ^(18,22)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrielli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))
22. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
23. Em 07.04.2026, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 024/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,10,12,36)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(20,22,32)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,28,34,35)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,17,33,37)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA).
33. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
35. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
36. Em 24.04.2026, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2026-BLEMO).
37. Em 27.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2026-BLPBRA).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2.
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁾	3.
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	4.
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 28.04.2026, os Senadores Damares Alves, Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 179/2026-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Instalação:** 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,11)
VAGO ^(1,11,29)	3. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
VAGO ^(4,20,21,25)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,24)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
29. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. VAGO ^(4,9,21)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,22)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 30](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). ([DSF de 20/02/2025, p. 192](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). ([DSF de 21/03/2025, p. 19](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 20](#))
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 88](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
21. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 024/2026-BLPBRA).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. VAGO ^(8,11,12,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,22,23,26,34)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14,21,32)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,28,30,33)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 31](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pela liderança do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
31. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
32. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
33. Em 07.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
34. Em 30.04.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 35/2026-BLRESDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(22,23,25)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(4,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecção e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).
27. Em 06.04.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 014/2026-GABLID/BLALIAN).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	1.
	2.
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽³⁾	1. VAGO ^(8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 35](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
- Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(21,26,33,34)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(18,32)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeram os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLIID/BLALIAN).
32. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 022/2026-BLPBRA).
33. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 027/2026-BLVANG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19,32,35)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,31,33,34)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 07.04.2026, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
35. Em 28.04.2026, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 031/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
- Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



**15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS**

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,16,17,18,21,22)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(12,20)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrielli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
- Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
- Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).

20. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.

21. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.

22. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 01/06/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



5) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



9) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



10) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



11) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



12) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



14) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



15) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal n° 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



20) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



21) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



23) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal José Dantas Filho
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante do INEP Eduardo Carvalho Sousa
Comitê Técnico Independente - Representante do UNICEF no Brasil Júlia Medeiros Netto Ribeiro
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Lemann Thamires Mirolli
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representante da Associação Bem Comum Débora de Freitas Viégas
Comitê Técnico Independente - Representante do Instituto Natura Márcia Ferri



31) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



33) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



34) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



35) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



36) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa



NPG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

